

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ENTRE FRAGMENTOS E VÍNCULOS TERRITORIAIS:
Colônia São Pedro de Alcântara

ANA STUMPF MITCHELL

ORIENTADOR: PROF. Dr. ÁLVARO LUIZ HEIDRICH

PORTO ALEGRE, JUNHO DE 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ENTRE FRAGMENTOS E VÍNCULOS TERRITORIAIS:
Colônia São Pedro de Alcântara

ANA STUMPF MITCHELL
brasiliana@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Andreas Kindel (Departamento de Ecologia/UFRGS)

Profa. Dra. Dirce Maria Antunes Suertegaray (Departamento de Geografia/UFRGS)

Prof. Dr. Nelson Rego (Departamento de Geografia/UFRGS)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia/UFRGS como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Porto Alegre, junho de 2011.

CIP - Catalogação na Publicação

Mitchell, Ana Stumpf
Entre fragmentos e vínculos territoriais: Colônia
São Pedro de Alcântara / Ana Stumpf Mitchell. -- 2011.
172 f.

Orientador: Álvaro Luiz Heidrich.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre,
BR-RS, 2011.

1. vínculos territoriais. 2. corredores ecológicos.
3. agroecologia. 4. Dom Pedro de Alcântara/RS/Brasil.
I. Heidrich, Álvaro Luiz, orient. II. Título.



Dedico este trabalho aos vínculos de solidariedade iniciados e
àqueles reforçados nesta jornada.
À libertação do espontâneo.

Para as manas, a mãe e o pai.

REFERÊNCIAS VINCULARES

“ *O motor da vida é o vínculo. Tudo está vinculado. Nada se basta a si mesmo.* ”

(Yann Arthus-Bertrand - HOME, 2008)

A princípio, a página de agradecimentos aos parceiros de caminhada seria bastante genérica. Optei por relacionar os nomes das pessoas que colaboraram com a pesquisa – que foram muitas – ao longo da dissertação, associados às contribuições, tal como fazemos com as citações e correspondentes referências bibliográficas. Mas como não há “referências bibliográficas” de todas as contribuições, faço das próximas palavras as “referências vinculares”, dos vínculos estabelecidos ao longo da pesquisa.

Álvaro Luiz Heidrich, a partir do ensino, pesquisa e extensão. Mestre Yodrich.

Isabel Stumpf Mitchell (Bel), Maria Inez Osório Stumpf (Mãe), Rafael de Medeiros Mitchell (Pai) e Sara Stumpf Mitchell (Saritcha), a partir do amor.

Rafael Devos, a partir da Antropologia da UFRGS.

Adriana e Dona Zenira, Ana Luiza Carvalho Barros Meirelles, Ana Paula Schardosim Constante, Anderson Pereira Tavares, André Luiz Rodrigues Gonçalves, André Marcos Jacob Silveira, Antonio Borges Model (Toninho), Beto e Nísia (Tenda do Beto), Bianca Evaldt Cardoso, Bruna Evaldt Magnus, Carolina Barbosa dos S., Cassio Pereira, Cecizmundo Cardoso (Ceci), Celso Pedro Magnus, Cleiton Hahn Magnus, Cristiane Justo Leffa, Cristiano Magnus Oliveira, Danilo Oliveira, Eduardo Santos, Elisângela Martins da Silva, Eronita da Cunha Mengue, Profa. Fátima, Giovane Schütz Leffa, Dona Helena, Profa. Ieda, Jair Farias, Joel Pereira Dimer, Jonas da Silva Model, Joselda Farias, Juliana Mengue Leffa, Leci Maria Santos da Silva, Leni da Rosa Hendler, Leolcino Raimundo da Silva, Luan de Lima Rosa, Luan Dimer Martins, Lúcia Lummertz Magnus, Marcos Justo Hahn, Maria Magnus da Cunha, Marlene, Maurício Bernst Souza, Nelson Bellé, Noema de Medeiros Lipert Model, Olavo Oliveira Paulo, Olga Magnus, Oni Cardoso, Paola da Silva Paulo, Paula Justo Schwanck, Paulo César Peretto Dalpiaz, Renato Leão, Robertha Matos Figueiredo, Padre Roberto, Rodrigo Teixeira Maia, Rosângela Kreuzbeurg Paulo, Solete Hertzog Dimer e Valdir Raup Paulo (Garrincha), a partir da Colônia São Pedro de Alcântara.

Erica Nelly Brandt, a partir da Psicologia Transpessoal.

Famílias Mitchell e Stumpf, a partir do aprendizado solidário.

Ademir Baptista Chiappetti (Tio Ademir), Bárbara Perdigão Stumpf, Beatriz de Medeiros Mitchell (Tia Bea), Clara Stumpf Chiappetti (Beterraba), Doroty Osório Stumpf (Vó), Gilmar Santos da Conceição, Guilherme Cervantes (Mexicano), Humberto Osório Stumpf (Tio Beto), Maria Beatriz Osório Stumpf (Tia Bia), Maria Isabel Stumpf Chiappetti (Tia Isabel) e Maria Rita Osório Stumpf (Tia Tuca), a partir das ideias e dos afetos.

Francéia Veiga Liedtke, Juliana Virgínio, Vitória Almeida Lunardelli e Viviane R. Philipsen, amigas de infância conhecidas na adolescência.

Blandine Lhote, Camila Xavier Nunes, Evandro Sergio Pacheco Martins, Evelin Cunha Biondo, Janaína Penteado Dourado, Lucas Manassi Panitz, Márcia Fernandes, Márcia Milene Müller, Marlon Meneghel e Paulo Henrique de Oliveira Porto Amorim, primos que a Geografia vinculou ao meu coração.

Bernardete Beschorner Heidrich, Dirce Maria Antunes Suertegaray, Francisco Eliseu Aquino, Ivanira Falcade, Leila Christina Dias, Nelson Rego, Nilce Azevedo Cardoso, Sérgio Leite e Vera Lucia Nehls Dias, a partir da admiração (minha) e do apoio zeloso (deles).

Leia Schneider e Marcos Abrahão, a partir da BioGeoSofia.

Chana Karin Tsai (Kai Lin), a partir do encanto pela incrível China, e Flávia Fontana e Ricardo Martins da Veiga, a partir do Centro Sino-Brasileiro.

Bruno Ortiz Monllor, Polliane Nunes e Víctor Geuer, a partir da Poesia.

Adriana Dorfmann, André Souza Martinello, Carla Hirt, Cláudia Aresi, Eduardo Clarino, Fabrício Caetano, Felipe Ferro, Gonzalo Tinajeros, Helisane Mahlke, Janaína Zanchin, Jodival Mauricio da Costa, Kinsey Pinto, Luciana de Mello, Luiza Dias Flores, Márcio Oliveira Fernandes, Marli Michelsen Andrade, Neudy Alexandro Demichei, Pedro Torres, Renata Ferreira Silveira, Ricardo Dagnino, Rita Rosa Coronel, Rodrigo Costa de Aguiar, Tiago Bassani Rech, Zélia Zaghetto (e todo mundo que me perguntava sobre a dissertação) de uma forma ou de outra, a partir da Geografia.

Beatriz Noll, a partir da Música.

Nena Ainhoren, a partir do Teatro.

Alexandre Krob, André Venzon, Andreas Kindel, Carla Sov, Clarissa Britz Hassdenteufel (Cissa Passarinha), Gabriela Volkmer, Gislene Monticelli, Jan Mähler Jr., Júlia Rovena Witt, Karyne Maurmann, Luís Rios de Moura Baptista, Mateus Reck, Patrícia Bohrer, Ricardo Dobrovolski, Ricardo Dalbem e Sofia Zank, a partir do Instituto Curicaca.

Flávia Bulhões, Gabriela Coelho-de-Souza, José Carlos Gomes dos Anjos e Rumi Regina Kubo, a partir do PGDR.

Barbara Nicolaiewsky, Carlo Franzato, Carlos Igor Possan, Carolina Brandt Gualdi, David Cunha, Diana de Souza, Diana Kolker, Eduardo Haesbaert, Gabriela de Mello, Iliriana Rodrigues, Jayr Salgado, Juliana Pepl, Karina Amaral, Lucila Mello, Luiza Prokopiuk, Marcelo Lunardi, Marcos Rosemberg, Maria Lunardi, Mauro Fuke, Mônica Zielinsky, Néfer Kroll, Priscila Zigunovas, Rafa Éis, Rosana Tomazini, Swami Silva, Talita Kanashiro, Valéria Payeras e Wagner Luis Santos da Silva, a partir da Fundação Iberê Camargo.

Adriana Dias, Antonio C. P. Brasil Junior, Claudio Bohrer, Cristine Muggler, Elena Charlotte Landau, Emiliana Debetir, Fabiana Maraschin da Silva, Henrique Chaves, Janaina Sant'Ana Maia Santos, Jonas da Silva Doge, José Carlos Motta-Junior, Lena

Geise, Loreley Garcia, Lorétti Portofé de Mello, Mário Diniz, Monika Richter, Paulo Soares, Paulo Roberto Porto, Roberto Malheiros, Roy Funch e Sueli Furlan, a partir da solidariedade científica.

Edna Espíndola, Josiane Estigarribia e Rita Espíndola, gurias da Graphideia, por toparem minhas invenções.

Centro de Formação Pastoral - Dom Pedro de Alcântara

Centro Ecológico - Núcleo Litoral

Conselho Nacional de Pesquisa

EMATER de Dom Pedro de Alcântara

E.E.E.M. Dom Pedro de Alcântara

Instituto Curicaca

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (especialmente bibliotecas e difusão cultural).

Povo brasileiro, a partir do financiamento do PPGea/UFRGS e da bolsa de estudos do CNPq.

Incatalogável, por fim e por princípio, agradeço a toda sabedoria na natureza.

*

“Gracias a la vida que me ha dado tanto”

(Violeta Parra, 1994 [1964-1965])

Me habéis preguntado qué hila el crustáceo entre
sus patas de oro y os respondo: El mar lo sabe.
¿Me decís qué espera la ascidia en su campana transparente?
¿Qué espera? Yo os digo, espera como vosotros el tiempo.
Me preguntáis a quién alcanza el abrazo del alga Macrocostis?
Indagadlo, indagadlo a cierta hora, en cierto mar que conozco.
Sin duda me preguntareis por el marfil maldito
del narval, para que yo os conteste de qué modo
el unicornio marino agoniza arponeado.

¿Me preguntáis tal vez por las plumas alcionarias
que tiemblan en los puros orígenes de la marea austral?
¿Y sobre la construcción cristalina del polipo habéis
barajado, sin duda, una pregunta más, desgranándola ahora?

¿Queréis saber la eléctrica materia de las púas del fondo?
¿La armada estalactita que camina quebrándose?
¿El anzuelo del pez pescador, la música extendida
en la profundidad como un hilo en el agua?

Yo os quiero decir que esto lo sabe el mar, que la vida
en sus arcas es ancha como la arena, innumerable y pura
y entre las uvas sanguinarias el tiempo ha pulido
la dureza de un pétalo, la luz de la medusa
y ha desgranado el ramo de sus hebras corales
desde una cornucopia de nácar infinito.

Yo no soy sino la red vacía que adelanta
ojos humanos, muertos en aquellas tinieblas,
dedos acostumbrados al triangulo, medidas
de un tímido hemisferio de naranja.

Anduve como vosotros escarbando
la estrella interminable,
y en mi red, en la noche, me desperté desnudo,
única presa, pez encerrado en el viento.

(Pablo Neruda, 1952)

Caminante, son tus huellas
el camino, y nada más;
caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.

Al andar se hace camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.
Caminante, no hay camino,
sino estelas en la mar.

(Antonio Machado, 1997)

A pesquisa está centrada em tensões entre processos de fragmentação e conexão territorial no município de Dom Pedro de Alcântara/RS. A fragmentação, decorrente de lógicas territoriais especialmente a partir do projeto moderno, provoca enfraquecimento da biodiversidade, o que gera a necessidade de áreas que conectem os fragmentos. Corredores ecológicos, por sua vez, geralmente são pensados na própria lógica territorial, a exemplo de políticas públicas de conservação da natureza. A categoria território foi um importante instrumental analítico tanto para pensar fragmentação de ambientes quanto estratégias de conectividade. O conceito de vínculos territoriais operacionalizou as análises, através dos conceitos de ocupação, uso e imaginário. Os significados de isolamento e de conectividade apresentam-se geralmente ligados ao imaginário de progresso que, direcionado ao exterior, fortaleceu vínculos territoriais mais ligados a esferas privadas, enquanto espaços de encontro ficaram enfraquecidos. Assim, a hipótese é a de que o isolamento sentido no município originou-se na própria comunidade. Os atuais espaços de sociabilidade identificados durante a pesquisa talvez possibilitem a reconstrução de esferas públicas, notadamente associadas a conceitos agroecológicos. Por haver um reforço em distinções de vínculos territoriais entre *agricultores ecologistas* e *agricultores convencionais*, estes podem sentir-se excluídos da comunidade, cuja segregação simbólica pode resultar em uma fragmentação de vínculos territoriais. Os *agricultores ecologistas*, no entanto, eram em sua maioria *agricultores convencionais* no início de suas vidas na agricultura. As distinções que criam identificações, portanto, prejudicam o reforço do diálogo entre os moradores do município. Como corredores ecológicos se formam espontaneamente pela conexão de sistemas agroflorestais entre vizinhos, o fortalecimento de “corredores” de vínculos de solidariedade é importante.

Palavras-chave: vínculos territoriais, corredores ecológicos, agroecologia, Dom Pedro de Alcântara/RS/Brasil.

Cette recherche traite des tensions entre les processus de fragmentation et de connexion territoriales sur le municípe de Dom Pedro de Alcântara. La fragmentation, issue de logiques territoriales liées en particulier aux projets modernes, cause un affaiblissement de la biodiversité, ce qui nécessite la création de zones qui relient les différentes aires fragmentées. Les corridors écologiques, sont généralement réfléchis dans une logique territoriale propre, comme le montre l'exemple des politiques publiques pour la conservation de la nature. À l'échelle territoriale a été un important outil d'analyse pour réfléchir au découpage des milieux et aux stratégies de connexion. La notion de liens territoriaux produit des analyses à travers les concepts de l'occupation, de l'usage et de l'imaginaire. L'isolement et les relations sont généralement liés à l'image de ce que représente le progrès, qui orienté vers l'extérieur, renforce les liens territoriaux davantage liés aux sphères privées, tandis que des espaces de rencontre ont été affaiblis. Par conséquent, l'hypothèse est que l'isolement ressenti dans le municípe a pour origine la communauté elle-même. Les espaces actuels de sociabilité identifiés au cours de la recherche permettent peut-être la reconstruction des espaces publics, en particulier associés à des concepts agroécologiques. Du fait du renforcement de la distinction des liens territoriaux entre les agriculteurs écologistes et les agriculteurs conventionnels ceux-ci peuvent se sentir exclus de la communauté, dont la symbolique ségrégation peut conduire à une fragmentation des liens territoriaux. Toutefois, les agriculteurs écologistes ont été la plupart des agriculteurs conventionnels au début de leur vie dans l'agriculture. Les distinctions qui créent des identités, par conséquent, compromettent le renforcement du dialogue entre les résidents du municípe. Comme les corridors sont formés spontanément par la connexion de systèmes d'agroforesterie entre voisins, le renforcement des «couloirs» de liens de solidarité est important.

Mots-clés: liens territoriaux, les corridors fauniques, agroécologie, Dom Pedro de Alcântara/RS/Brésil.

¹ Agradeço a revisão feita por Blandine Lhote.

PARA ENCONTRAR AS FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - (CAPA DO ELO I) Placa indicativa de localidades do município de Dom Pedro de Alcântara, no Centro. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.....	16
Fotografia 2 - (CAPA DO ELO II) Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Baixada. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.....	43
Fotografia 3 - (CAPA DO ELO III) Município de Dom Pedro de Alcântara, em diferentes localidades. Fotografias de Ana Stumpf Mitchell, 2008.	84
Fotografia 4 - Visão panorâmica das localidades Baixada e Centro a partir do "Retão" (Acesso Municipal - Sede do Município à Rodovia BR-101) - Município de Dom Pedro de Alcântara. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.	90
Fotografia 5 - Pórtico de entrada do município de Dom Pedro de Alcântara. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.	94
Fotografia 6 - Placa indicativa da Gruta Nossa Senhora de Lourdes - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Baixada. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.	96
Fotografia 7 - Vista para a Gruta Nossa Senhora de Lourdes - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Baixada. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.....	98
Fotografia 8 - Nomes gravados nas escadarias: entre homenagens e reconhecimentos - Gruta Nossa Senhora de Lourdes - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Baixada. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.....	98
Fotografia 9 - Imagens de Nossa Senhora de Lourdes (de pé) e Santa Bernardete (ajoelhada) - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Baixada. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.....	99
Fotografia 10 - Vista do município a partir da Gruta Nossa Senhora de Lourdes - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Baixada. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.....	99
Fotografia 11 - Placa indicativa da Romaria à gruta Nossa Senhora de Lourdes - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Baixada. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.	101
Fotografia 12 - Detalhe da Grutinha na fachada da casa de Padre Roberto - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Centro. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.	104
Fotografia 13 - Fachada da casa de Padre Roberto - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Centro. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.	104
Fotografia 14 - Capela de São Sebastião - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Baixada. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.....	105
Fotografia 15 - Tinturas e elixires manipulados por integrantes da Farmácia Caseira - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Centro. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.....	113
Fotografia 16 - Horta da Farmácia Caseira - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Centro. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.....	113
Fotografia 17 - Cultivo de banana em sistema agroflorestal - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Morro do Coco. Fotografia de Clarissa Britz Hassdenteufel, 2008.	117

Fotografia 18 - Contraste entre paisagens: sistema agroflorestal e monocultivo - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Morro do Coco. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.	117
Fotografia 19 - Figueira que divide o acesso a Dom Pedro de Alcântara e o Mato da Cova Funda (ou Mato do Professor) - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Baixada. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.....	138
Fotografia 20 - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Porto Fagundes. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.....	145

PARA ENCONTRAR AS FIGURAS

Figura 1 - Diagrama ontológico de Humberto Maturana	18
Figura 2 - Carlos IV de España con su familia, de Francisco de Goya	20
Figura 3 - The Five Skins of Man, de Hundertwasser	22
Figura 4 - Procrastinação, de Ana Stumpf Mitchell	28
Figura 5 - Bruanas de Avelã, de Bruno Ortiz e Ana Stumpf Mitchell	28
Figura 6 - Localização do Município de Dom Pedro de Alcântara	32
Figura 7 - Rede Socioespacial dos entrevistados	34
Figura 8 - Legenda do Diário de Campo	39
Figura 9 - Página inicial do sítio virtual do complexo turístico Vila Ventura	50
Figura 10 - Ilustração de Branca de Neve na perigosa floresta.....	50
Figura 11 - Charge sobre o processo espacial de fragmentação	58
Figura 12 - Traçado do assentamento de Dom Pedro de Alcântara	88
Figura 13 - Cartaz da IV Romaria dos Motociclistas (2009)	101
Figura 14 - Dia de festa do centenário da Igreja, 1953.....	102
Figura 15 - Igreja Matriz da Colônia (primeiro plano), construída pelos imigrantes em 1853 e demolida em 1957	102
Figura 16 - Localização do município Dom Pedro de Alcântara e remanescentes florestais da Mata Atlântica (2005)	142
Figura 17 - Mapa conceitual de conclusões formuladas a partir da pesquisa e que não puderam ser aprofundadas na dissertação	147

PARA ENCONTRAR O QUADRO

Quadro 1 - Características dos companheiros de trabalhos de campo (em 2008)	35
---	----

INTRODUÇÃO	13
ELO I - TRAJETÓRIAS DA PESQUISA: METODOLOGIA E MÉTODOS	15
1.1 PONTO DE PARTIDA	17
1.2 AUTO-RETRATO PINTADO A MUITAS MÃOS	21
1.3 TRABALHOS DE CAMPO	32
1.4 DO DIÁRIO DE CAMPO À ORGANIZAÇÃO DAS IDEIAS.....	38
ELO II - FRAGMENTAÇÃO ESPACIAL E CONSTRUÇÃO DE CAMINHOS.....	42
2.1 PONTO PARTIDO: O ESPAÇO FRAGMENTADO	44
2.2 NATUREZA FRAGMENTADA E CONECTIVIDADE DA VIDA	55
2.3 A CONSTRUÇÃO DE CAMINHOS NA "GRANDE TORRES".....	64
2.4 DO TERRITÓRIO AOS VÍNCULOS: OCUPAÇÃO, USO E IMAGINÁRIO	68
ELO III - DOM PEDRO DE ALCÂNTARA: ISOLAMENTOS E CONECTIVIDADES NA "COLÔNIA"	83
3.1 TERRITORIALIZAÇÕES DE PODERES LOCAIS: CONEXÕES QUE DISTANCIAM	86
3.2 BRUXINHAS DE DEUS (FARMÁCIA CASEIRA - GRUPO ROSA BRANCA): CONEXÕES FEMININAS.	108
3.3 AGRICULTURA CONVENCIONAL E AGROECOLOGIA: CRENÇAS QUE PODEM DESCONECTAR.....	115
3.4 VÍNCULOS TERRITORIAIS ENTRE PIONEIRISMOS, COOPERAÇÕES E SOLITÁRIAS FRUSTRAÇÕES .	129
3.5 A NATUREZA IMAGINADA E O IMAGINÁRIO SOBRE CORREDORES ECOLÓGICOS	137
"ILHAS DE PASSAGEM"	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
REFERÊNCIAS	154
APÊNDICE.....	163
ANEXOS	167

INTRODUÇÃO

Uma confissão: o fato é que eu não sei por onde começar a escrever. Uma página em branco pode ser como o silêncio que agrupa todas as palavras, um silêncio confuso, quase barulhento. Por onde se começa um texto? Em que ponto ele termina? Como traçar uma linha de raciocínio em um conjunto de **ideias fragmentadas**?

Certamente a pessoa que lê este texto tem consigo o texto finalizado, então por que falar no vazio que o antecedeu? Esta confissão serviu a pelo menos dois propósitos. Primeiro, o de romper o vazio da página em branco, propósito bem particular desta que escreve. Segundo, o de introduzir o tema desta dissertação à pessoa que a lê: para podermos traçar uma explicação e assim vincular ideias, desenvolvê-las, precisamos abdicar do todo, partir de algum lugar, com o desafio de não nos apegarmos a uma ideia em particular, de não fragmentar o todo. Este desafio está presente tanto no exercício da escrita, para comunicarmos um universo de ideias diante de uma folha em branco, quanto no exercício cotidiano de sermos humanos: **a existência, em cada um, de vínculos e apegos, de conexões e fragmentações.**

O objetivo da pesquisa, como um todo, era o de encontrar vínculos com o território que possibilitem estabelecer corredores ecológicos, que são conexões entre fragmentos de biodiversidade. A escolha pelo município de Dom Pedro de Alcântara, no nordeste do Rio Grande do Sul, foi quase ingênua, diante da complexidade que se apresentou com o decorrer da pesquisa. Assim, o foco dos corredores ecológicos foi antecedido pela aproximação aos processos de fragmentação e conectividade estabelecidos no município, conhecido como “Colônia” ou “Colônia São Pedro”. Nesta dissertação, são essas as reflexões presentes.

A dissertação está construída a partir de três elos, cuja ordem coincide com a linha de raciocínio que segui para chegar às conclusões apresentadas neste documento.

No **Elo I – “Trajetórias da pesquisa: metodologia e métodos”** –, apoiada em reflexões de Humberto Maturana (2001) e Pierre Bourdieu (1996, 1998, 2009), explico meu lugar na pesquisa enquanto sujeito-pesquisadora e as condições conscientes de produção do conhecimento aqui presente (“Ponto de partida”, “Auto-retrato pintado a muitas mãos”). Também exponho a rede de entrevistados, na tentativa de fornecer ao leitor a maior quantidade possível de elementos que me auxiliaram a chegar às reflexões que apresento (“Trabalhos de campo” e “Do diário de campo à organização das ideias”).

No **Elo II – “Fragmentação espacial e construção de caminhos”** –, a partir de reflexões de Erich Fromm (1979) e Hannah Arendt (2005), há uma discussão sobre ligações entre lógicas modernas e processos de fragmentação espacial (“Ponto partido: o espaço fragmentado”), assim como necessidades de diminuir ou amenizar esses

processos. É neste sentido que abordo estratégias de preservação da biodiversidade, como os corredores ecológicos ("Natureza fragmentada e conectividade da vida"). A ideia de corredor, de formação de caminhos, está presente na construção do espaço geográfico conhecido como "Grande Torres", de onde Dom Pedro de Alcântara emancipou-se em 1995 ("A construção de caminhos na 'Grande Torres'").

O conceito de território foi muito importante durante todo andamento da pesquisa, com destaque ao estudo de vínculos territoriais – conceito desenvolvido por Álvaro Heidrich (2004; 2006; 2007; 2009a) ("Do território aos vínculos: ocupação, uso e imaginário"). Enquanto instrumento analítico, possibilitou a não padronização de seres humanos como seres predatórios e degradantes da biodiversidade, além da reflexão sobre construções de espaços geográficos mais saudáveis. Reflexões a partir de Milton Santos (1987, 1996, 1997, 2002, 2003) também estão presentes ao longo da dissertação.

Nesta pesquisa, a valorização do integral tornou mais acessível uma leitura de mundo não dicotomizada, assumindo um papel no debate sobre o direito de todos os seres vivos à reprodução de suas vidas. O **Elo III – "Dom Pedro de Alcântara: isolamentos e conectividades na 'Colônia'"** – é resultado deste compromisso. Para isso, a aproximação a processos de fragmentação e conectividade estabelecidos em Dom Pedro de Alcântara, através de diferentes vínculos territoriais, foi acompanhada pelo convite à reflexão sobre influências dos mesmos na contribuição do estabelecimento de corredores ecológicos, considerados importantes para a biodiversidade ["Territorializações de poderes locais: conexões que distanciam"; "Bruxinhas de Deus (Farmácia Caseira - Grupo Rosa Branca): conexões femininas"; "Agricultura convencional e Agroecologia: crenças que podem desconectar"; "Vínculos territoriais entre pioneirismos, cooperações e solitárias frustrações"; "A natureza imaginada e o imaginário sobre corredores ecológicos"].

Em "**Ilhas de passagem**", apresento algumas conclusões da pesquisa e convido o leitor para o prosseguimento das reflexões.

Desta breve introdução seguimos ao primeiro elo, com o anseio de "vida longa e próspera"² para todos nesta jornada.

² Saudação dos Vulcanianos, personagens da série "Star Trek" (Jornada nas Estrelas), criada por Gene Roddenberry (1966).

ELO I

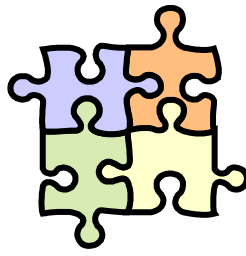


**TRAJETÓRIAS DA PESQUISA:
METODOLOGIA E MÉTODOS**

“Canto o que não silencia
É onde principia a intuição
E nasce uma canção rimada
Da voz arrancada
Ao nosso coração”³

Fotografia 1 - (CAPA DO ELO I) Placa indicativa de localidades do município de Dom Pedro de Alcântara, no Centro. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.

³ MACHADO, U.; MONTENEGRO, O. 2008. [7ª estrofe]



O processo investigativo trilhou diferentes etapas entre observações de campo, consultas a fontes bibliográficas, entrevistas, redação de diário de campo, interpretações. O objetivo motriz da pesquisa foi aproximar-me de diferentes vínculos territoriais de pessoas que residem no município de Dom Pedro de Alcântara/RS para tentar compreender processos de fragmentação e conexão territorial.

A dissertação apresenta-se a partir da escrita, da palavra, e por isso vale ressaltar que “as palavras são vasos cheios de experiência que transbordam do recipiente. As palavras designam a experiência; não constituem a experiência” (FROMM, 1979[1976], p.97). Por isso, e por orientação de Rubem Alves (1987), escolhi **escrever na primeira pessoa**: “Eles [nós, na Ciência] pensam que a verdade é coisa fria e até inventaram um jeito engraçado de escrever, tudo sempre no impessoal, como se o escritor não existisse, e assim o texto parece que foi escrito por todos e por ninguém”. Este “eles” ao qual Rubem Alves se refere, no que compreendo, diz respeito a uma forma de agir que aprendemos sem nos darmos conta. “E foi por causa deste frio que se interditou o aparecimento da beleza e do engraçado nos textos de ciência. O saber deve ser coisa séria, sem sabor” (ALVES, 1987). Permite na minha forma de agir, através de muita ajuda, a espontaneidade da beleza e do lúdico para que o texto pudesse retratar uma experiência que não foi nem apenas séria, e nem sem sabor.

O leitor encontrará nas próximas páginas informações que geralmente apareceriam nos **agradecimentos**, o que não daria oportunidade de aprofundamento em elos importantes no pesquisar. Minha intenção é a de compartilhar as reais dificuldades - aparentemente nada científicas - com as quais me deparei para, assim, contribuir com o florescimento da prática científica.

1.1 Ponto de partida

Por entender que o processo de pesquisa científica não é neutro, discutirei aqui de onde parti. Parto da afirmação de Humberto Maturana⁴ (2001) na qual o cientista é definido, em sua ação enquanto cientista, pelo modo de explicar, pelo critério de aceitação de explicações que usa e que o explicar está na linguagem, é uma operação distinta da experiência que se quer explicar. Ou seja, o caminho da pesquisa e as evidências observadas formam conscientemente um método de investigação e pesquisa, o que, em certo sentido, separa as “verdades das ciências” das “verdades” e imaginários dos não-acadêmicos, que não possuem a necessidade e preocupação em apresentar o método escolhido para chegar a suas conclusões, diferentemente de qualquer pesquisa que se denomine científica.

Segundo Maturana (2001), há dois modos fundamentais de escutar e aceitar reformulações da experiência, que correspondem, ao mesmo tempo, a dois caminhos explicativos e a dois modos de estar em relação com os outros: 1) o domínio das ontologias transcendentais, denominado caminho da objetividade, cuja existência é independente do observador; e 2) o domínio das ontologias constitutivas, a objetividade entre parênteses, onde se aceita a pergunta pelo observador e pelo observar (figura 1).

No caminho explicativo da **objetividade sem parênteses** (à esquerda no diagrama), o fenômeno cognitivo é descrito, e não explicado. A realidade, única, existe independentemente do observador. Utilizei este caminho para descrever, por exemplo, a situação do bioma Mata Atlântica no espaço geográfico de estudo.

O caminho explicativo da **objetividade entre parênteses** (à direita no diagrama), por sua vez, trata da explicação do fenômeno cognitivo. Toda explicação é uma reformulação da experiência com elementos da experiência. A realidade, neste caso, é uma proposição cognitiva, um argumento explicativo, cujo número de realidades corresponde ao número de domínios explicativos, todas legítimas. Utilizei este caminho para explicar, por exemplo, diferentes vínculos de grupos humanos com o espaço geográfico de estudo.

Enquanto na objetividade sem parênteses há **tolerância**, na objetividade entre parênteses há **respeito e aceitação**. Na primeira há uma negação das diferenças e a Razão possui um acesso privilegiado à realidade. Toda afirmação cognitiva é, portanto, uma petição de obediência. Na segunda, existe a possibilidade de discordância, mas as diferenças são aceitas. Experencialmente, não podemos distinguir entre ilusão e percepção, temos que explicar como é que faço o que faço, pois qualquer afirmação é válida no contexto das coerências que a constituem como válida. Deste modo,

⁴ Neurobiólogo e professor chileno (1928-).

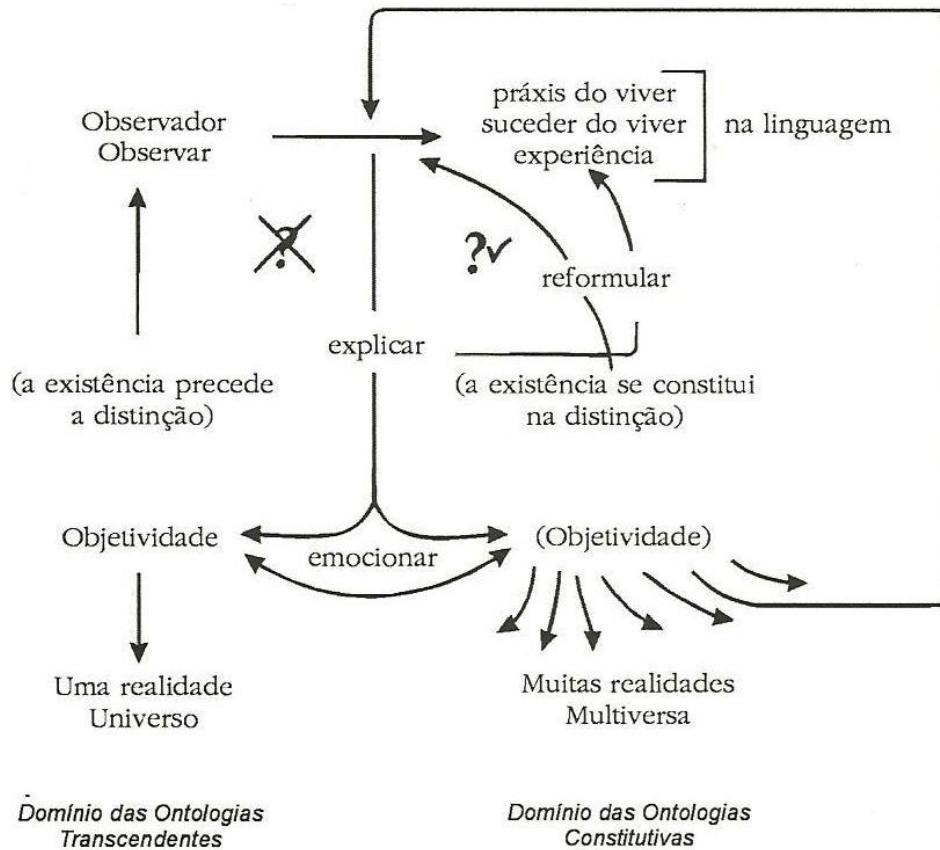


Figura 1 - Diagrama ontológico de Humberto Maturana

Fonte: Maturana, 2001, p.31.



Figura 2 - Carlos IV de España con su familia, de Francisco de Goya

Fonte: ARTEHISTORIA Revista Digital, 2008.

1.2 Auto-retrato pintado a muitas mãos

“ Não consigo distinguir entre meu sentimento da vida e o modo como o traduzo. ”

(MATISSE, 2007, p.38)

Para Friedensreich Hundertwasser⁵, a arte é um gênero de vida e a criação é um direito a todos. Ao longo de sua vida, simbolizou a constituição humana por uma espiral concêntrica de cinco peles (figura 3): 1) epiderme; 2) vestuário; 3) moradia; 4) identidade (meio social); e 5) planeta Terra, pele esta "ligada directamente ao destino da biosfera, à qualidade da biosfera, à qualidade do ar que se respira, e ao estado da crosta terrestre que nos protege e nos alimenta" (RESTANY, 2003[2001], p.11).

Agradeço imensamente àqueles que formam a minha quarta pele, que tanto me auxiliaram durante o período do Mestrado a respeitar minha primeira pele, desenvolver a segunda, tornar minha terceira pele mais ampla do que a casa onde moro e perceber a beleza diversa que conecta todas essas peles à quinta. Através do exercício de pesquisar o Outro, descobri muito sobre mim, pois "estar em solidão significa estar consigo mesmo; e, portanto, o ato de pensar, embora possa ser a mais solitária das atividades, nunca é realizada inteiramente sem um parceiro e sem companhia" (ARENDR, 2005[1958], p.86).

Por isso, sou grata a todos que me auxiliaram direta ou indiretamente e registro a importância da colaboração dos parceiros na concretização dos caminhos desta dissertação: "É também de grande importância não permanecer sozinho. Devem-se convocar ajudantes, para com eles superar o caos. Isso não significa que se devam contemplar passivamente os acontecimentos. É necessário cooperar e participar, encorajando e orientando" (WILHELM, 2002, p.37).

Estive envolvida com o Mestrado por quatro anos, desde o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFRGS (POSGea) (2007) até a entrega da última versão da dissertação (2011). Cada etapa acompanhou uma fase distinta na minha forma de agir no mundo e isso resultou grandes consequências na pesquisa e, especialmente, em minha relação com a Geografia.

Nasci em 1983 e sempre morei em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Durante minha infância, meus avós maternos possibilitaram a vivência num contexto rural no município de São Francisco de Paula (nordeste do RS) e no bairro Vila Nova (Porto Alegre). Meus pais – cujas formações são no Serviço Social e na Medicina

⁵ Artista austríaco (1928-2000), influenciou enormemente a arquitetura orgânica moderna.

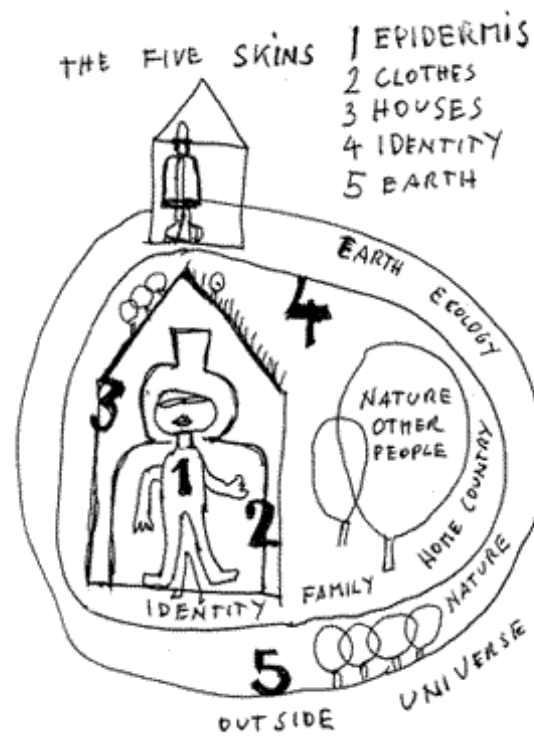


Figura 3 - The Five Skins of Man, de Hundertwasser

Fonte: RESTANY, 2003[2001], p.3.

Comunitária – influenciaram-me a partir de conceitos ambientalistas e comunitários, e embora eu não tenha uma religião, tive contato durante minha infância com as religiosidades espiritualista e católica. Estudei em colégio de orientação franciscana (instituição privada), em escola pública estadual e em colégio de regime militar (instituição pública estadual). Por iniciativa própria, ingressei neste último colégio por acreditar, na época, que o regime militar era apropriado para o desenvolvimento humano. Com o passar do tempo, em boa medida devido ao excelente trabalho dos Professores daquela época, aprendi que a disciplina (ferramenta para o conhecimento), e não a violência (mesmo a simbólica – Cf. BOURDIEU, 2009[1989]), auxilia no envolvimento humano.

Após conversar com meus tios geógrafos (Ademir e Maria Isabel) e minhas professoras de Biologia (Ana Maria, Dra. em Geociências) e Geografia (Regina Azambuja) do Colégio Tiradentes, optei pelo curso de graduação em Geografia da UFRGS (instituição pública federal⁶), ao qual ingressei em 2001. Entendia, ainda que ingenuamente, que a dificuldade nas questões ambientais não estava nem no extremo *natureza* nem no extremo *seres humanos*.

Em 2002, ingressei na ONG Instituto Curicaca (instituição não-governamental estadual⁷). Fui bolsista no Programa de Educação Tutorial (PET) da Geografia da UFRGS⁸ entre agosto de 2002 e julho de 2006. O trabalho de conclusão do curso Bacharelado em Geografia, concluído em 2005, foi sobre moradias de interesse social no norte do município de Porto Alegre⁹. Na condição de permanência, ingressei no mesmo ano no curso de Licenciatura em Geografia. Todas essas atividades me ajudaram a aprender a trabalhar coletivamente.

Durante o ano de 2006, cursei, entre outras disciplinas do POSGea, a disciplina “Estudo Temático: Crítica do território”. Essa disciplina me auxiliou a elaborar o anteprojeto de pesquisa a partir do **conceito de vínculos territoriais**, desenvolvido pelo Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich¹⁰, o que me levou a optar por sua orientação. Ressalto aqui duas questões: 1) a experiência durante o mestrado de ser orientada pelo autor do principal referencial teórico foi riquíssima, em especial pelo apoio para não me restringir às suas reflexões; 2) a orientação foi disponível e presente durante todo o período em que estive envolvida com o mestrado, o que significou um grande aprendizado sobre subverter sem destruir e sobre a essência do significado de *vínculo*.

⁶ Para maiores informações sobre a UFRGS, consultar o sítio institucional: <http://www.ufrgs.br/>

⁷ Para maiores informações sobre o Instituto Curicaca, consultar o sítio institucional: <http://www.curicaca.org.br/>

⁸ Para maiores informações sobre o PET Geografia/UFRGS, consultar o sítio institucional: <http://www6.ufrgs.br/petgea/index.htm>

⁹ MITCHELL, 2005.

¹⁰ Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Professor no Departamento de Geografia na UFRGS.

Ainda em 2006, participei da elaboração do “Diagnóstico ambiental, social, econômico e cultural para subsidiar a definição de microcorredores ecológicos” (ZANK, MITCHELL & KROB, 2006), que abrangeu os municípios de Arroio do Sal, **Dom Pedro de Alcântara**, Mampituba, Morrinhos do Sul, Torres e Três Cachoeiras, todos na porção nordeste do RS. Esta experiência me estimulou a trabalhar, durante o mestrado, com o **conceito de corredores ecológicos**.

Entre agosto de 2006 e maio de 2007, trabalhei no projeto de pesquisa “Territórios de Internacionalização: o caso do Rio Grande do Sul”, com o financiamento de uma bolsa de Iniciação Científica do CNPq e orientado pelo Prof. Dr. Aldomar Rückert. Foi uma experiência bastante rica para aprender a me **comunicar** e buscar informações, pois havia o desafio de aprender a usar um programa de cartografia temática que nenhum participante da pesquisa sabia usar.

Em 2007, através de processo seletivo, ingressei no POSGea, no qual cursei o primeiro semestre em concomitância com o curso de Licenciatura em Geografia/UFRGS. A leitura do livro “A condição humana”, de Hannah Arendt (2005[1958]), foi crucial para a reflexão sobre **diferenças entre espaço e território**. No segundo semestre de 2007, tranquei minha matrícula na graduação e a partir de julho de 2007 até março de 2009 fui financiada por uma bolsa de estudos do CNPq.

Durante o período do mestrado, entrei em contato através de correspondência eletrônica com pesquisadores, de diferentes universidades brasileiras, que abordaram o conceito de **corredores ecológicos com alguma referência cultural**. Fiz uma seleção destes pesquisadores a partir do **Banco de Teses da CAPES**¹¹ e, após um primeiro contato, gentilmente compartilharam informações, disponibilizaram cópias de publicações de suas pesquisas, além de incentivarem a realização desta pesquisa: Adriana Dias, Antonio C. P. Brasil Junior, Claudio Bohrer, Cristine Muggler, Elena Charlotte Landau, Emiliania Debetir, Fabiana Maraschin da Silva, Henrique Chaves, Janaina Sant’Ana Maia Santos, Jonas da Silva Doge, José Carlos Motta-Junior, Lena Geise, Loreley Garcia, Lorétti Portofé de Mello, Mário Diniz, Monika Richter, Paulo Roberto Porto, Roberto Malheiros, Roy Funch e Sueli Furlan. Este trabalho é um exemplo de que a colaboração nos torna Seres Humanos.

Também entrei em contato com pesquisadores vinculados ao Instituto Curicaca, que compartilharam referências, sugestões e materiais bibliográficos: Alexandre Krob (Agronomia), André Venzon (Antropologia), Andreas Kindel (Biologia), Clarissa Hassdenteufel (Biologia), Gislene Monticelli (Sociologia e Arqueologia), Jan Mähler Jr. (Biologia), Karyne Maurmann (Biologia), Luís Rios de Moura Baptista (História Natural),

¹¹ Para ter acesso ao Banco de Teses da CAPES, consultar o sítio institucional: <http://servicos.capes.gov.br/capesdw/>

Mateus Reck (Biologia), Patrícia Bohrer (Artes Visuais), Ricardo Dobrovolski (Biologia) e Sofia Zank (Biologia).

Cursei em 2007, na condição de aluna ouvinte, duas disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), que também influenciaram as reflexões: "Mediações Político-culturais no Mundo Rural", com o Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos, e "Tópicos Especiais III: Tópicos Especiais em Etnoconservação", com a Profa. Dra. Gabriela Coelho-de-Souza e a Profa. Dra. Rumi Regina Kubo. Após cursar estas disciplinas, optei por tomar um distanciamento relativo das atividades do Instituto Curicaca, com a intenção de **tentar um distanciamento da reflexão a partir do ponto de vista institucional.**

Segundo Pierre Bourdieu (1998), no campo do poder há lutas na definição da importância de cada capital. Em cada campo do poder existem posições homólogas, como os dominadores e os dominados em cada campo. O autor faz uma reflexão sobre os geógrafos que cabe a mim: enquanto hipótese, nós geógrafos, *dominantes dominados* no campo das Ciências, sentimo-nos solidarizados e identificados, em composições de capital científico (dominados na ciência) e capital político (militância em movimentos sociais), com *dominados completamente fora de campos*. Bourdieu alerta que essa identidade é falsa, é apenas uma projeção identitária; alguns hábitos (história incorporada) podem ser semelhantes, mas as posições ocupadas são diferentes. Ao nos sentirmos seus representantes, devido a tensões entre dominantes e dominados em cada campo, acabamos perdendo o foco analítico.

Entre setembro de 2007 e julho de 2008, tive aulas de canto com a musicista Beatriz Noll. Os exercícios¹² auxiliaram os trabalhos de campo, nos quais minha personalidade introvertida encontrou meios para **dialogar com as pessoas**, o que foi, para além das informações obtidas através das entrevistas, uma vivência pessoal bastante rica.

A conversa com a Geógrafa Renata Ferreira da Silveira, em fevereiro de 2008, foi crucial para a reflexão sobre **autonomia** presente em práticas e imaginários de agricultores com os quais conversei nos trabalhos de campo. Também em 2008, por sugestão de Luciana de Mello e Rita Rosa Coronel, cursei como ouvinte a disciplina "Antropologia X – meio ambiente", do curso de graduação em Ciências Sociais da UFRGS, ministrada pelo Prof. Dr. Rafael Devos. A partir deste primeiro contato e durante o ano de 2008, recebi orientações deste Professor, as quais foram valiosas para a **construção da metodologia para os trabalhos de campo.**

A opção inicial para a pesquisa era trabalhar com os seis municípios abrangidos pelo projeto do Instituto Curicaca intitulado "Os microcorredores ecológicos que

¹² Exercícios esses que associam desde escalas musicais até práticas de medicina chinesa.

sustentam a riqueza biológica e sócio-cultural da Restinga de Itapeva” (ver apêndice). No entanto, após as sugestões da Profa. Dra. Vera Lucia Nehls Dias (Geografia UDESC) e do Prof. Dr. Nelson Rego (Geografia UFRGS), durante o exame de qualificação, no primeiro semestre de 2008, optei por apenas um município. Escolhi **Dom Pedro de Alcântara** pela existência de um alojamento de custo acessível, pertencente ao Centro de Formação Pastoral (ligado à Igreja Católica).

O ingresso ao universo de entrevistados se deu a partir de informantes indicados pelo Instituto Curicaca e, a seguir, pelas indicações desses informantes. A intenção foi conversar com pessoas que praticam tanto o sistema *convencional* de agricultura quanto o agroflorestal, além de pessoas vinculadas à EMATER, à ONG Centro Ecológico e à Igreja Católica. Essa seleção foi feita a partir de observações realizadas durante trabalhos de campo do diagnóstico anteriormente citado (ZANK, MITCHELL & KROB, 2006).

Entre abril e julho de 2009, trabalhei como Monitora Acadêmica em Geografia no Colégio de Aplicação da UFRGS, sob orientação da Profa. Dra. Adriana Dorfman, o que me auxiliou a pensar a prática dissertativa de forma mais didática.

Em novembro de 2009, devido ao esgotamento do prazo de entrega da dissertação, fui desligada do POSGea. Reflexões acerca do conceito de território e a opção inicial pela substituição do termo “territoriais” por “espaciais” no conceito de “vínculos territoriais” (HEIDRICH, 2004; 2006; 2007; 2009a; 2009b) foram consequência de divergências de verdades e de dificuldades internas durante o período do desligamento, além da leitura dos livros “Ter ou Ser?”, de Erich Fromm (1979[1976]), e “O poder simbólico”, de Pierre Bourdieu (2009[1989]). A escrita ficou bloqueada devido ao meu pensamento fragmentado. A perda do vínculo com o POSGea/UFRGS significou tristeza e certa revolta por minha parte, mas o reforço do vínculo com o professor orientador e com alguns colegas-amigos auxiliou a retomada da pesquisa.

Ingressei na Loja da Fundação Iberê Camargo na função de vendedora em dezembro de 2009, o que permitiu o financiamento das atividades cotidianas e um reforço no aprendizado sobre vínculos e apegos espaciais, tanto na experiência comercial quanto nos compartilhamentos sobre Arte. Mais uma vez, vivi o **desafio da comunicação**, com enorme aprendizado com Carolina Gualdi, Gabriela de Mello, Karina Amaral e Rosana Tomazini.

A Arte se tornou, através da vivência na Fundação Iberê Camargo (até outubro de 2010), efetivamente presente no processo dissertativo. Foram importantes as conversas com integrantes da Equipe Educativa que me visitavam na Loja (Barbara Nicolaiewsky, David Cunha, Diana Kolker, Iliriana Rodrigues, Juliana Pepl, Néfer Kroll, Rafa Éis, Swami Silva, Valéria Payeras e Víctor Geuer); com integrantes da equipe da Vigilância (Carlos Igor Possan, Diana de Souza, Jayr Salgado e Wagner Luis Santos da Silva); com integrantes da equipe da Recepção (Maria Lunardi, Priscila Zigunovas e Talita Kanashiro);

com Profa. Mônica Zielinsky e Eduardo Haesbaert; além de conversas com Marcos Rosemberg e as inspirações a partir de trabalhos de Iberê Camargo, José Antonio Suárez Londoño, Leon Ferrari, Mauro Fuke e Mira Schendel.

A prática criativa no gênero poesia - quer na solidão, quer na companhia dos amigos Bruno Ortiz (figura 5), Polliane Nunes e Víctor Geuer -, e no gênero origami contribuíram para o auto-esclarecimento, especialmente na etapa final da escrita da dissertação. Entre março e abril de 2010, cursei a oficina de teatro "Sensibilização e Dramatização" com a Professora Nena Ainhoren que, associada às demais experiências, contribuiu à arte de se comunicar.

Escrever foi certamente o maior desafio durante o mestrado, pois comunicar as ideias de forma coerente ao domínio das ontologias constitutivas (MATURANA, 2001) foi bastante difícil para mim. A procrastinação (figura 4) foi elemento presente e recorrente. Frequentemente, vinha-me à mente esta máxima de Iberê Camargo: "É preciso que o fruto que está dentro do artista amadureça no vagar do tempo. Aquele que tem pressa em vendê-lo, fará frutos de cera ou irá apanhá-los no pomar do vizinho". Segundo Joseph R. Ferrari¹³, a procrastinação está ligada a nossa baixa auto-estima e nossa insegurança:

E, por causa delas, acabamos protelando por evitar o medo de não termos o sucesso esperado em algumas tarefas. "As pessoas com essas características são muito preocupadas com o que os outros pensam delas. Dessa forma, preferem que pensem que ela é displicente e tem problemas em se esforçar para agir do que percebam que, no fundo, elas não têm habilidade para isso", explica. [...] O perfeccionismo exacerbado tem a capacidade de nos fazer desistir ou postergar por um tempo ilimitado nossos afazeres, desejos e intenções (TONON, 2009).

A capacidade de focar estava desativada, justamente por fragmentar mente e corpo. Esta percepção ganhou força através de conversas com a Geógrafa Camila Xavier Nunes (NUNES, 2007), em que o corpo é elemento fundamental de suas atuais pesquisas.

Foi quando passei a praticar uma atividade física com disciplina, associada a Florais de Bach¹⁴ indicados pela terapeuta Erica Brandt, que o foco retornou. Em junho de 2010 iniciei a praticar a Arte Marcial Kung-Fu Shaolin do Norte no Centro Sino-Brasileiro. Esta prática, com a orientação do Professor Ricardo Martins da Veiga e de Chana Karin Tsai, complementou a apreensão sobre o fortalecimento do que nos serve como base e sobre a minha responsabilidade em relação às consequências de minhas escolhas. Foi a conexão mais direta, em minha experiência, entre as reflexões sobre território e arte.

¹³ Psicólogo estadunidense, especialista no assunto – Universidade De Paul/EUA.

¹⁴ Essências Florais de Bach são sistemas de cura preparados com plantas silvestres, flores e árvores do campo, desenvolvidas pelo médico inglês Edward Bach (1886-1936).



Figura 5 - Bruanas de Avelã, de Bruno Ortiz e Ana Stumpf Mitchell

Fonte: ORTIZ & MITCHELL, 2010.

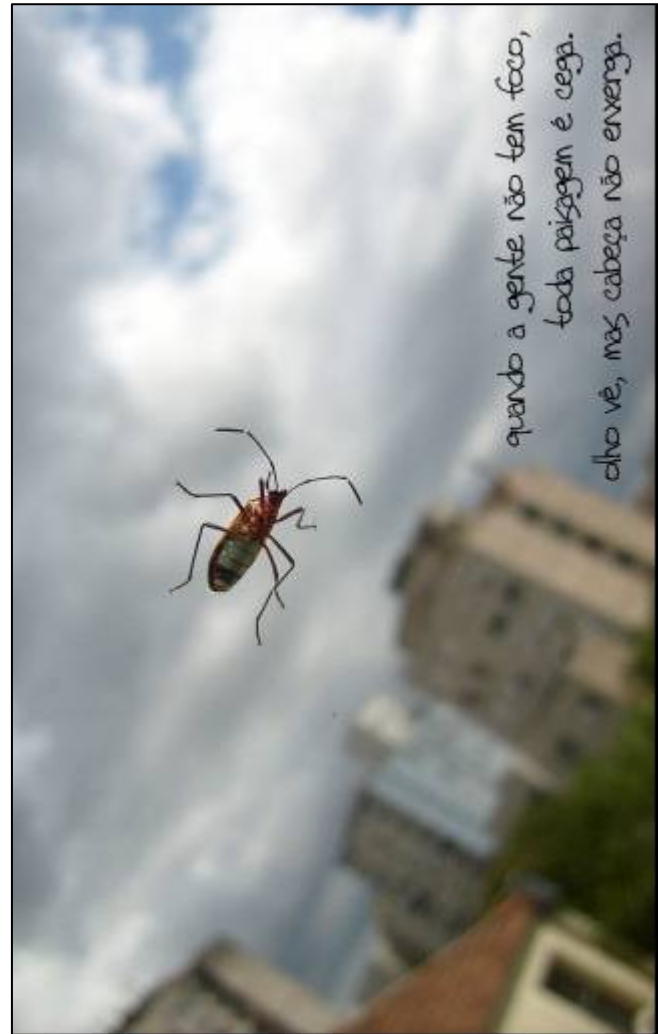


Figura 4 - Procrastinação, de Ana Stumpf Mitchell

Fonte: MITCHELL, 2009b.

A escolha do conceito *território* foi inicialmente um instrumental analítico, em que a possibilidade de estudar o *espaço geográfico* (SANTOS, 2002) a partir do conceito de *poder* (ARENDR, 2005[1958]) e pensá-lo enquanto *estratégia* (SACK, 1986) se apresentava de forma muito interessante, especialmente a abordagem a partir de *vínculos territoriais* (HEIDRICH, 2004). A tentativa de compreender estes conceitos, por sua vez, tornou-os objeto de indagação: seriam as fragmentações espaciais territórios? Assim, surgiu outra questão norteadora: seriam os territórios constituições espaciais doentes, que dificultam a sociobiodiversidade?

A pesquisa possibilitou, no entanto, mais dúvidas do que esclarecimentos, realidade que por muito tempo foi frustrante e estagnante. A busca que fiz pelo entendimento dos conceitos se transformou, ela mesma, em algo doentio:

quanto tempo ignorante, irritante.
em tanta escuridão submersa,
iludida pela luz do orgulho,
como pode o feio em tão belo embrulho?
pacote ansioso, levado no dorso.

tanta luta contra o território...
para no fim se revelar oratório.

chega de burleta
que a dúvida se tornou sineta.
ruído insistente, esse o da mente,
todo tocado em falsete.¹⁵

Foi surpreendente me dar conta, ao me deparar com minha dificuldade em dissertar e através da ajuda de muitas pessoas, de que eu tentava escrever sobre algo que eu não praticava, qual seja, a relação com o espaço de vínculo e não de apego, que por sua vez é fragmentada. Na tentativa de subverter, cada linha escrita denunciava minha intenção de destruir, e não de construir. A vaidade em querer ter destaque pelas ideias tornou a escrita extremamente difícil e dolorosa, pelo medo de admitir publicamente as dificuldades e limitações em mim. Como disse o personagem Pequeno Príncipe, de Antoine de Saint-Exupéry (2002, p.18), “quando a gente anda sempre em frente, não pode ir muito longe”.

Para atingir o objetivo metodológico de pintar meu retrato na pesquisa (Cf. realizado em 1800 por Francisco de Goya no quadro “Carlos IV de España con su

¹⁵ MITCHELL, 2010.

família”), foi então imperativo me estudar, uma vez que minhas dificuldades internas atrapalharam a pesquisa. Conforme eu estudava e me empolgava com as reflexões, o egoísmo e a arrogância fragmentavam a pesquisa e, assim, perdia o foco. Neste caso, ser *egoísta* significou:

[...] que eu quero tudo para mim mesmo; que ao possuir, não compartilhando, tenho prazer; que me devo tornar cobiçoso porque, se meu objetivo é ter, *sou* mais na medida em que *tenho* mais; que devo me sentir em antagonismo com todas as demais pessoas: meus clientes a quem devo enganar, meus competidores a quem devo destruir, meus trabalhadores a quem devo explorar. Nunca posso estar satisfeito, porque não há fim para os meus desejos; devo ter inveja daqueles que têm mais e temer aqueles que têm menos. Mas devo reprimir todos esses sentimentos a fim de me apresentar (aos outros como a mim mesmo) como o tipo de ser humano que todos aparentam ser: sorridente, sensato, sincero (FROMM, 1979[1976], p.27). [grifos do autor]

Entre fevereiro de 2009 e maio de 2010, estive em **acompanhamento psicoterapêutico transpessoal** com Erica Brandt, que compartilhou inúmeras sugestões a esta pesquisa, além de me mostrar que pesquisar é uma ótima oportunidade para conhecer outras verdades, assim como escrever é para nos descobrir (“dissertação diz certa ação”).

O período de trabalho na dissertação após o desligamento foi aparentemente mais tranquilo e também mais desafiante. Precisei enfrentar e minimizar minha tendência ao julgamento para poder concluir as análises das informações levantadas, além de me disciplinar (estar plena de mim, como aprendi com Erica Brandt) para poder concluir a redação da pesquisa.

Um dos elementos mais importantes para a retomada de um equilíbrio conceitual foi escutar palestras de Nilce Azevedo Cardoso, com quem aprendi muito sobre a **força do feminino**, sobre a beleza num universo de relações doentes com o espaço. A humanidade de suas escolhas e ações me mostrou que é realmente possível lidar de forma construtiva, educativa e amorosa mesmo diante de situações de extrema violência e destruição. Ironicamente, faltam-me palavras para agradecer a quem me ensinou que é preciso não ter medo, que é preciso ter a coragem de dizer (MARIGHELLA, 1994[1959], p.96). Antes de tudo, ela me ensinou a ouvir.

Também foram significativas para esta ampliação as conversas e as leituras sugeridas pelos amigos-geógrafos Camila Xavier Nunes e Lucas Manassi Panitz, que me guiaram pelo reencantamento pelo fazer ciência, aproximando-me de autores cheios de vida e humanidade, valores tão ricos neles mesmos.

Destaco a enorme colaboração de Maria Inez Osório Stumpf, minha mãe, tanto nas conexões entre Geografia e Serviço Social quanto no auxílio a me manter no foco dissertativo, na escrita, através de suas cuidadosas leituras.

Amigos de diferentes áreas do conhecimento leram trechos da pesquisa e fizeram sugestões: Alex Demichei (Geografia), André Souza Martinello (História e Geografia),

Luiza Dias Flores (Ciências Sociais), Paulo Henrique Amorim (Geografia), Sara Stumpf Mitchell (Biologia), Vitória Lunardelli (Administração e Direito) e Viviane Philipsen (Medicina).

A prática dissertativa foi instrumental comunicativo da pesquisa, mas foi principalmente **ferramenta na construção da pesquisa**. Escrever manteve presente na análise os conceitos de **conexão** e **fragmentação**. A dissertação foi reescrita diversas vezes, cada vez com uma intenção distinta. A que se apresenta neste documento é a mais próxima com a metodologia inicialmente escolhida. A compreensão para a possibilidade de comunicar de forma explicativa e não descritiva (cf. Maturana, 2001) não foi conquistada somente com a racionalidade, posto que os significados contidos nas diferentes ajudas (significantes) que me proporcionaram eram muito próximos, mas a capacidade de eu compreendê-los foi mudando dialeticamente durante todo processo. Cada novo aprendizado vivido possibilitou uma reformulação do raciocínio a seguir. Destaco três filmes cujos roteiros foram importantes para a compreensão sobre lógicas territoriais: *Dersu Uzala* (1975) e *Sonhos* (1990), de Akira Kurosawa; e *Gran Torino*, de Clint Eastwood (2008).

O último desafio, no início de 2011, foi o de **abrir mão, neste documento, das principais conclusões da pesquisa** - que conectam vínculos territoriais e possibilidades de corredores ecológicos - para poder concluir a dissertação. Neste caso, foi preciso fragmentar o raciocínio para que conexões pudessem se estabelecer, considerando que a exposição integral do raciocínio levaria ainda mais tempo. Neste sentido, apoio-me em José Saramago (2000, p.251): "É uma estupidez deixar perder o presente só pelo medo de não vir a ganhar o futuro, disse consigo mesma, e logo acrescentou, Aliás, nem tudo está para suceder amanhã, há coisas que só depois de amanhã".

Às pessoas que não foram aqui nomeadas e que contribuíram de alguma forma para esta caminhada, registro também o reconhecimento e meu sincero agradecimento. Este processo vivido durante o Mestrado me auxiliou, como aprendi com o Shaolin do Norte, a buscar "estar disposta a", em que "a Mente se esvazia e adquire flexibilidade. E a Alma flui e se movimenta, apreendendo uma nova forma de viver" (TSAI, 2010). A dissertação foi elaborada a partir deste movimento que constrói a si mesmo.

1.3 Trabalhos de campo



Figura 6 - Localização do Município de Dom Pedro de Alcântara

Fonte: Modificado de Google Maps, 2010. Escala aproximada de 1:250.000.

A primeira aproximação com o espaço geográfico em estudo foi realizada ao longo do ano de 2006, como aluna especial do POSGea e como geógrafa na elaboração do “Diagnóstico ambiental, social, econômico e cultural para subsidiar a definição de microcorredores ecológicos” (ZANK; MITCHELL; KROB, 2006). Ao longo de 2006 e 2007 realizei **observações de campo**, com o objetivo de me aproximar do espaço geográfico em estudo: município de Dom Pedro de Alcântara, localizado na porção nordeste do atual Estado do Rio Grande do Sul, na porção meridional do Brasil (figura 6).

Em 2007 e durante o primeiro semestre de 2008, realizei **consultas a fontes secundárias** para o levantamento de informações baseadas na tríade conceitual *ocupação, uso e imaginário* – conceito de *vínculos territoriais* (HEIDRICH & CARVALHO, 2001; HEIDRICH 2004, 2006, 2009a) – em Dom Pedro de Alcântara. Para isso, consultei relatórios de pesquisas, obras científicas e documentos oficiais que contemplassem: a) prioritariamente os conceitos território, vínculos territoriais, cotidiano e paisagem; b) diferentes processos de vínculos com o espaço geográfico de estudo; e c) atividades agrícolas de manejo ambiental e socialmente responsáveis.

Entre maio e setembro de 2008, realizei os **trabalhos de campo** que tiveram como objetivo: a) levantar informações sobre diferentes vínculos territoriais; b) complementar informações sobre produção agrícola; c) realizar entrevistas com moradores; d) registro fotográfico.

Realizei 26 entrevistas, das quais 10 tiveram o áudio gravado (sempre com o consentimento dos entrevistados) e posteriormente transcrito, com o auxílio de colegas. O estabelecimento de mediadores foi fundamental para a formação da **rede de entrevistados** (figura 7). A rede foi iniciada a partir de contatos do Instituto Curicaca, da EMATER do município e do Centro Ecológico, e se expandiu através de entrevistados, que se tornaram por sua vez mediadores. A dinâmica das entrevistas procurou respeitar o cotidiano dos entrevistados. Foi feito um primeiro contato para me apresentar, dizer de onde sou, explicar do que se trata a pesquisa para, então, agendar as entrevistas.

Os nomes dos entrevistados foram substituídos por códigos, conforme combinado previamente com os mesmos. Esta escolha pelo anonimato dos entrevistados foi uma decisão que me gerou muitas dúvidas após os trabalhos de campo. Esta opção, num primeiro momento, foi concebida enquanto uma ferramenta para deixar os entrevistados mais à vontade para falar. De qualquer forma, as informações que os entrevistados solicitaram não serem publicadas, por receio ou precaução, não foram divulgadas, e me questiono se o anonimato não se tornou, por sua vez, uma falta aos devidos créditos das ideias. Os vínculos de parentesco com o mediador principal de cada núcleo familiar estão destacados em colchetes, alguns deles entrevistados (indicados por códigos), outros apenas referenciados (indicados apenas pelo vínculo familiar).

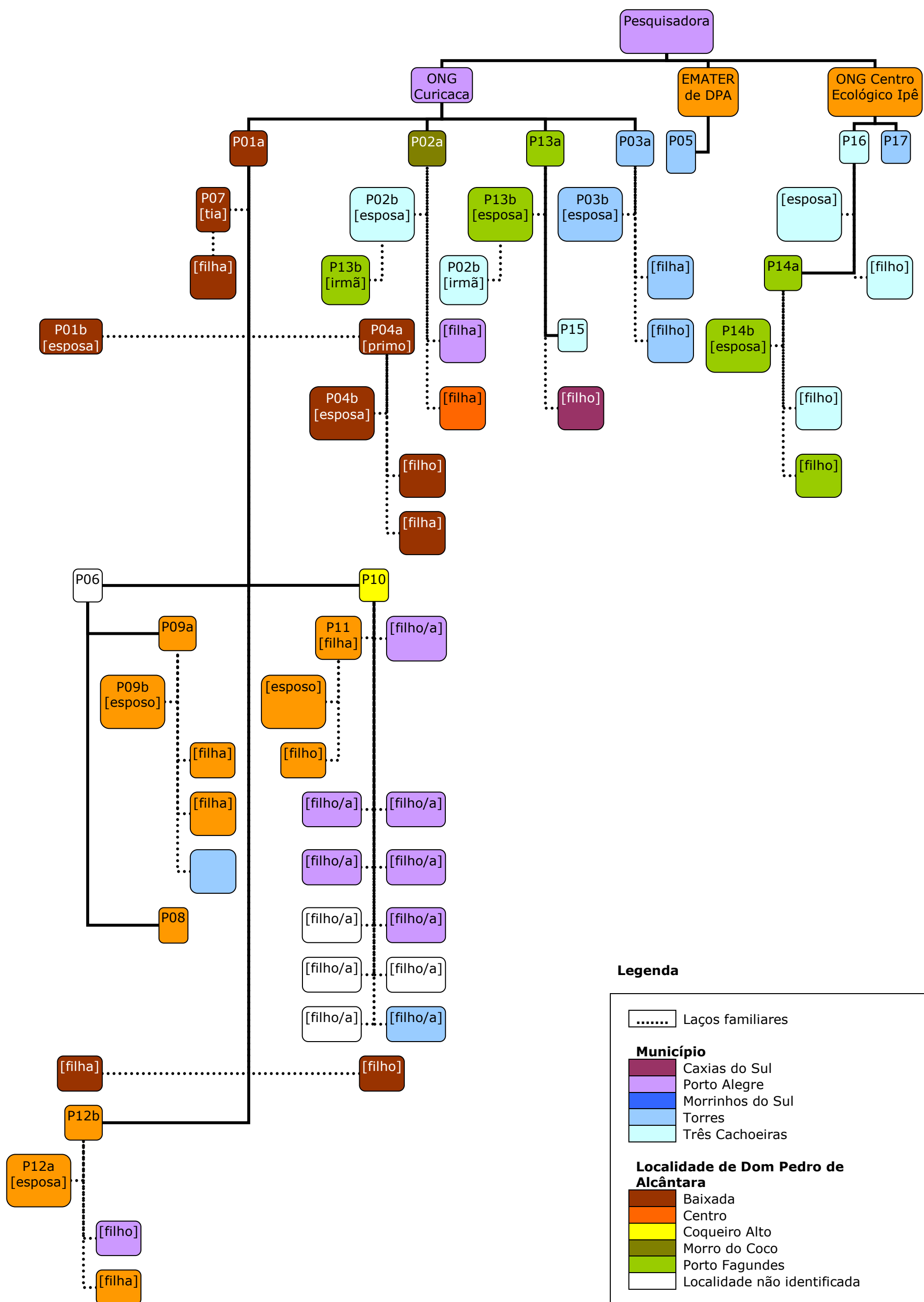


Figura 7 - Rede Socioespacial dos entrevistados

Fonte: Elaborado por Ana Stumpf Mitchell, 2008.

As cores frias (da tonalidade “ameixa escuro” até “turquesa claro”) representam moradores de outros municípios que não Dom Pedro de Alcântara. As cores quentes (da tonalidade “marrom” até “branco”), por sua vez, representam moradores do município e indicam a localidade da moradia. No decorrer da pesquisa, algumas instituições se destacaram nas redes de relações no município: Instituto Curicaca, EMATER de Dom Pedro de Alcântara, Farmácia Caseira - Grupo Rosa Branca, Igreja Católica, Centro Ecológico Ipê.

Das 26 entrevistas realizadas, 17 contaram com a presença de companheiros de trabalhos de campo. Trata-se de pessoas que, em 2008, mantinham vínculos com o município de Dom Pedro de Alcântara e de voluntários com vínculos afetivos comigo. Seus olhares influenciaram, de certa forma, minhas interpretações das conversas com os entrevistados. Por este motivo, e por não ter controle sobre onde suas influências atuaram em minhas reflexões, apresento no quadro a seguir (quadro 1) algumas características destes companheiros.

Quadro 1 – Características dos companheiros de trabalhos de campo (em 2008)

sexo	idade	município habitado	ocupação/formação
F	23	Porto Alegre	Técnica em Meteorologia (Florianópolis/SC) e graduanda em Física (Porto Alegre/RS). Esteve em Dom Pedro de Alcântara para me auxiliar nos trabalhos de campo.
F	70	Dom Pedro de Alcântara	Professora aposentada, tesoureira da Farmácia Caseira – Rosa Branca, professora de canto litúrgico. Acompanhou-me gentilmente em entrevistas para apresentar entrevistadas e participar da atividade de pesquisa.
F	25	Porto Alegre	Bióloga, mestranda em Ecologia. Associada do Instituto Curicaca. Sua pesquisa de mestrado trata da investigação sobre possíveis diferenças de comportamento das aves em banais convencionais e em sistemas agroflorestais. Dom Pedro de Alcântara é um dos municípios abarcados.
M	26	Porto Alegre	Biólogo, mestrando em Fitotecnia (Porto Alegre/RS). Esteve em Dom Pedro de Alcântara para auxiliar a companheira de campo anteriormente citada.
M	24	Porto Alegre	Graduando em Ciências Sociais (Porto Alegre/RS). Esteve em Dom Pedro de Alcântara para me auxiliar nos trabalhos de campo.
M	52	Porto Alegre	Aposentado e graduando em Geografia (Porto Alegre/RS) em pesquisa no município. O tema de seu trabalho de conclusão de curso foi a agricultura ecológica no município de Dom Pedro de Alcântara. Encontramo-nos por acaso.
F	?	Dom Pedro de Alcântara	Responsável pelo Centro de Formação Pastoral. Acompanhou-me em entrevista para gentilmente me dar carona.
M	?	Torres	Agrônomo (Viçosa/MG) do Centro Ecológico, doutor em Recursos Naturais (Estados Unidos).
M	?	Três Cachoeiras	Agricultor instrutor do Centro Ecológico (Dom Pedro de Alcântara), graduando em Gestão Ambiental (Educação à distância).

Fonte: Elaborado por Ana Stumpf Mitchell, 2008.

Sobre a utilização de entrevistas como recurso metodológico, utilizei conjuntamente três tipos – diretiva (padronizada), semi-diretiva e não-diretiva –, com o cuidado de ter em mente os limites e os tipos de informações que cada um pode revelar ou não.

A **entrevista diretiva (padronizada)** é uma entrevista estruturada, com questionário pré-estabelecido. É um método focado em assuntos específicos e por isso não permite necessariamente um aprofundamento de temas. Em alguns casos pode inclusive obscurecer informações mais próximas do real, onde o entrevistado geralmente fornece respostas superficiais e não raro próximas àquilo que julga ser o que o entrevistador gostaria de ouvir. É interessante para a coleta de dados como idade, sexo, contato, mas não para a “coleta” de informações; mesmo porque é o pesquisador, desconhecedor daquela realidade concreta, quem seleciona o que gostaria de saber.

A **entrevista semi-diretiva**, por sua vez, é uma entrevista semi-estruturada, com um roteiro de perguntas ou assuntos que se queira saber/discutir/desenvolver (questões norteadoras). Interessante quando não se dispõe de muito tempo para a realização das entrevistas, mas permite que assuntos não pensados pelo pesquisador surjam durante a conversa. É importante ter em mente que este método, embora mais flexível que o anterior, não representa plena autonomia para o entrevistado, e questões importantes sobre a realidade podem não aparecer nas conversas, principalmente quando os próprios entrevistados não têm ainda clareza sobre suas próprias reflexões acerca dos assuntos abordados.

Para a realização das entrevistas diretivas e semi-diretivas, elaborei o seguinte roteiro norteador:

- ❖ *Contato*: nome; telefone; endereço.
- ❖ *Rotina*: como se dá a rotina de cada integrante da família?
- ❖ *Organização da família*: número de moradores na casa; graus de parentesco; idades; religião; naturalidade; ocupação; renda.
- ❖ *Lazer*: que atividades fazem para se distrair? Existe um dia de descanso? Qual?
- ❖ *Organização da propriedade*: usos do solo? Como se dá a sucessão da propriedade?
- ❖ *Produção*: principais cultivos agrícolas (produto, nº de safras, época de plantio, número de meses pós-plantio); espécies cultivadas, consórcio e variedades agrícolas (produto, método de cultivo, consórcio, variedades produzidas); o que; quando; quanto; como; quem faz o que; onde; para quem vende; por quanto; com quem aprendeu a produzir; sempre produziu isso; pretende mudar de cultivo; por quê.

A **entrevista não-diretiva**, por sua vez, é uma entrevista aberta, sem manipulação (ao menos intencional) de assuntos, na qual se permite que o entrevistado selecione os assuntos para ele pertinentes. Para mim, foi mais difícil de executar do que a entrevista semi-diretiva, pois a criação de uma "atmosfera de entrevista", resultado de minha inexperiência, dificultou este tipo de técnica, como representado no diálogo com um entrevistado:

P08: Eu acho que tu deveria pegar umas perguntas assim básicas, depois vai surgir, assim...

Pesquisadora: Sabe por que eu faço assim? Porque eu não sei o que é mais importante, então quem sabe o que é mais importante é o senhor, por exemplo, hoje então eu deixo o senhor livre pra nos falar o que o senhor acha mais importante.

P08: É uma forma, né, é uma forma. É interessante ter uma ideia clara, porque faz parte da geografia, mas essa geografia [...] tem diversos pontos, sei lá, e cada ponto pode surgir uma história, os dados então, sei lá como que se podia colocar isso aqui, né.

A entrevista não-diretiva necessita de uma aproximação mais aprofundada do pesquisador com os sujeitos entrevistados e é um método interessante para o estudo de cotidianos. A profundidade da entrevista permitida pela não-diretividade é ligada à sua capacidade de:

[...] facilitar a produção de significações fortemente carregadas de afetividade, mesmo quando se apresentam como estereótipo: o que nós procuramos pôr à luz, de fato, é a lógica subjacente às associações que, a partir da instrução inicial, irão levar o entrevistado a abordar tal ou qual tema, a voltar atrás ou progredir para outros temas (MICHELAT & SIMON, 1977, p.7 *apud* THIOLENT, 1987, p.85).

A utilização da entrevista não-diretiva é apontada por Guy Michelat (1987, p.193) como a mais adequada na investigação, pois "a liberdade deixada ao entrevistado (sendo a não-diretividade, todavia, relativa) facilita a produção de informações sintomáticas que correriam o risco de serem censuradas num outro tipo de entrevista".

Considerando que, em um diálogo, significantes podem ter diferentes significados, geralmente o que parece óbvio não o é e vice-versa. Além disso, é o *entre* que permite o diálogo, como diz Gilles Deleuze (1998, p.15):

É isso a dupla captura, a vespa E a orquídea: seque algo que estaria em um, ou alguma coisa que estaria no outro, ainda que houvesse uma troca, uma mistura, mas alguma coisa que está entre os dois, fora dos dois, e que corre em outra direção. Encontrar é achar, é capturar, é roubar, mas não há método para achar, nada além de uma longa preparação. Roubar é o contrário de plagiar, de copiar, de imitar ou de fazer como. A captura é sempre uma dupla-captura, o roubo, um duplo-roubo, e é isso que faz, não algo de mútuo, mas um bloco assimétrico, uma evolução a-paralela, núpcias, sempre "fora" e "entre". Seria isso, pois, uma conversa.

Sobretudo, precisamos lembrar que o pesquisador é sujeito também, e foi através de minhas visões de pesquisadora-sujeito que decodifiquei mensagens, imagens, aromas, subjetividades.

1.4 Do diário de campo à organização das ideias

“ *Caso, ao desprezar o empirismo, você se afaste das ciências exatas, depois das ciências humanas, depois da filosofia tradicional, depois das ciências da linguagem, e então você se recolha em sua floresta, certamente irá sentir uma falta trágica. Mas é você que sente falta, não o mundo.* ”

(LATOURE, 1994[1991], p.66)

As informações recolhidas durante os trabalhos de campo foram registradas em **diário de campo** (MITCHELL, 2008) com a finalidade de registrar detalhes e, quando possível, fazer ligações com teorias e conceitos. Isso possibilitou o resgate de informações que poderiam parecer menos relevantes para as análises num primeiro momento. O diário de campo foi complementado pela transcrição das entrevistas (cujo auxílio agradeço à Maria Inez Osório Stumpf, Luciana de Mello e Márcio Oliveira Fernandes).

As informações organizadas passaram por dois processamentos para auxiliar a análise. As informações foram categorizadas, inicialmente diferenciadas por cores, conforme a figura 8 (para visualizar um exemplo da aplicação deste procedimento no Diário de Campo, ver anexo A).

A seguir, estas informações foram organizadas em um documento intitulado “O que eu posso escrever sobre...”, hierarquizado em oito principais categorias:

1. Paisagem

- 1.1. O processo de ocupação da “Colônia”, Dom Pedro de Alcântara (DPA)?
- 1.2. Diferentes ciclos de produção em DPA?
- 1.3. Transformações na paisagem de DPA de acordo com as mudanças produtivas?

2. Natureza: lendas e imaginários

- 2.1. A lenda do Mato da Cova Funda?
- 2.2. O imaginário sobre natureza?
- 2.3. O imaginário sobre corredores ecológicos?

3. Ciclos de Produção e suas motivações

- 3.1. Outros cultivos?
- 3.2. O cultivo da cana-de-açúcar / fabricação de cachaça?
- 3.3. A mudança do cultivo da cana-de-açúcar para o da banana?
- 3.4. Diferenças entre o plantio de banana prata e banana caturra?

Texto	Quadro de identificação da entrevista		
C00	Código do perfil do(a) companheiro(a) de campo		
P00	Código do perfil do(s) entrevistado(s)		
E00	Código da entrevista		
Redes sociais		Referências espaciais	
Texto	Igreja Católica	Texto	Apropriação/posse
Texto	Centro Ecológico	Texto	Uso
Texto	Prefeitura Municipal	Texto	Imaginário
Texto	EMATER	Texto	Festividades e lendas
Texto	MPA	Texto	Mobilidade
Texto	Farmácia Caseira		
Texto	Condições de comercialização		
Texto	Individualismo	Texto	Referência a doenças
Texto	Reconhecimento de ações		

Figura 8 - Legenda do Diário de Campo

Fonte: MITCHELL, 2008, p.2.

- 3.5. O manejo convencional?
- 3.6. O imaginário envolvido com a "grande" produção?
- 3.7. O manejo orgânico?
- 3.8. O imaginário envolvido com a produção orgânica?
4. Individualismo *versus* cooperação
 - 4.1. O pioneirismo de agricultores?
 - 4.2. O individualismo relatado?
 - 4.3. A importância da autonomia?
 - 4.4. Diferenças de percepções sobre o comportamento de agricultores de DPA?
 - 4.5. Tentativas frustradas de construir cooperativas em DPA?
 - 4.6. As cooperativas da região?
 - 4.7. A participação no Movimento dos Pequenos Agricultores?
5. Comercialização dos produtos
 - 5.1. Mudanças envolvidas na produção e na comercialização de bananas a partir da BR-101?
 - 5.2. A comercialização feita fora do município?
 - 5.3. A participação do CEASA (e o imaginário envolvido) na comercialização de produtos da região?
 - 5.4. O grupo GESA?
 - 5.5. A questão do "atravessador"?
 - 5.6. Diferenças entre um atravessador convencional e um atravessador agroecológico?
 - 5.7. A participação das feiras (e o imaginário envolvido) na comercialização dos produtos tanto agroecológicos, quanto convencionais?
 - 5.8. A relação entre a força das relações de solidariedade comunitárias e a fragilidade das relações com o mercado convencional (capitalista), ou seja, os vínculos comunitários e os vínculos com o mercado?
6. Lazer
 - 6.1. Relação com DPA e exterior?
 - 6.2. Lazer?
 - 6.3. Festas?
 - 6.4. O que é qualidade de vida?
7. Instituições no município
 - 7.1. Linhas de ação da EMATER de DPA?
 - 7.2. O funcionamento do Centro Ecológico?
 - 7.3. A relação da Igreja com a agroecologia em DPA?
 - 7.4. A Farmácia Caseira – Grupo Rosa Branca?
 - 7.5. Iniciativas externas?

8. E o futuro?

- 8.1. Personalidades no município?
- 8.2. Diferenças entre os "lugares" dos homens e das mulheres?
- 8.3. A diferença entre as iniciativas das diferentes gerações?
- 8.4. O imaginário sobre o estudo como passaporte para sair do município, da agricultura?
- 8.5. A importância de livros na comunicação entre saberes e vontades?
- 8.6. A necessidade de reconhecimento do próprio trabalho?

Estas organizações demandaram um tempo longo e foram essenciais para a visualização e análise do material levantado durante os trabalhos de campo. Em concomitância a essa organização, fiz leituras que orientaram profundamente a análise dessas informações, dentre as quais destaco: Álvaro Heidrich (2004; 2006; 2007; 2009a), Erich Fromm (1979[1976]), Hannah Arendt (2005[1958]; 2005[1970]), Humberto Maturana (2001), Milton Santos (2002).

ELO II

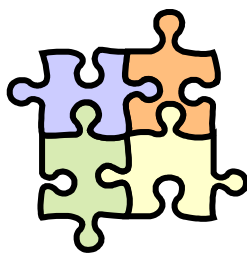


FRAGMENTAÇÃO ESPACIAL E CONSTRUÇÃO DE CAMINHOS

“- Quando a gente anda sempre em frente, não pode ir muito longe...”¹⁶

Fotografia 2 - (CAPA DO ELO II) Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Baixada. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.

¹⁶ SAINT-EXUPÉRY, 2002, p.18.



O tema motriz desta pesquisa são tensões entre processos de fragmentação e conexão territorial no município de Dom Pedro de Alcântara/RS. A fragmentação, conforme avaliação nesta pesquisa, é decorrente de lógicas territoriais, especialmente a partir do projeto moderno, discutidas nas próximas páginas.

A fragmentação de ambientes provoca enfraquecimento da biodiversidade, por isso a necessidade de áreas que conectem os fragmentos. Corredores ecológicos, por sua vez, geralmente são pensados na própria lógica territorial, a exemplo de políticas públicas de conservação da natureza.

A categoria território é, portanto, um importante instrumental analítico tanto para pensar fragmentação de ambientes quanto estratégias de conectividade. O conceito de vínculos territoriais, desenvolvido por Álvaro Luiz Heidrich, Prof. Orientador desta pesquisa, operacionaliza a categoria através dos conceitos de ocupação, uso e imaginário.

Fragmentação e necessidade de conectividade são o foco deste Elo, cujas reflexões partiram do diálogo entre referências bibliográficas e a pesquisa realizada no município de Dom Pedro de Alcântara.

2.1 Ponto partido: o espaço fragmentado

“ O espaço geográfico é muito mais do que simples oferta de caminhos,
ainda que também seja isso. ”

(SANTOS, 2002, p.92)

Aqui meu ponto de partida será uma fórmula matemática. Assumo o risco de utilizar uma metáfora no exercício explicativo, lembrando da crítica de Milton Santos (2002, p.87) à sua utilização: “Conceitos em uma disciplina são frequentemente apenas metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem. Metáforas são *flashes* isolados, não se dão em sistemas e não permitem teorizações”. Mantive a metáfora por ter sido justamente o que me auxiliou a compreender o que explico a seguir.

Parto, então, de uma fórmula da Cinemática¹⁷ que aprendemos no ensino fundamental: calculamos a velocidade de um corpo dividindo a distância percorrida pelo tempo levado no percurso em questão. Na fórmula, não faz sentido supervalorizar um elemento em detrimento de outro, posto que se influenciam mutuamente: velocidade, distância e tempo não existem separadamente, são elementos **híbridos** de um sistema.

A partir da compreensão de Milton Santos¹⁸ (2002[1996]), o espaço é, também, um **híbrido**: “O espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição do social e do físico, um misto, um híbrido” (p.86). O sentido que damos ao espaço e a materialidade do espaço são elementos híbridos, considerando que “[...] o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (p.21). Portanto, **valorizar um elemento em detrimento de outro seria fragmentar a própria compreensão**.

Ao fragmentarmos a compreensão, que é um sentido, inevitavelmente fragmentamos a materialidade do espaço – “São as ações que, em última análise, definem os objetos, dando-lhes um sentido” (p.86) –, o que por sua vez fragmenta os próprios sentidos – “Mas hoje, os objetos ‘valorizam’ diferentemente as ações em virtude de seu conteúdo técnico” (p.86).

No período conhecido como pré-socrático (do séc. VII ao V a.C.) havia a compreensão a partir da *physis*, que significa a totalidade de tudo o que é. Com a crise da democracia grega, a influência judaico-cristã separou o espírito da matéria, o que

¹⁷ Estudo dos movimentos sem a preocupação com as suas causas.

¹⁸ Geógrafo brasileiro (1926-2001), um dos principais responsáveis pela renovação da Geografia Brasileira na década de 1970.

estimulou uma mudança na concepção de natureza. Bruno Latour¹⁹ (1994[1991], p.70) reforça que a temporalidade moderna, por sua vez, nada tem de "judaico-cristã":

Com os tremores de voz que muitas vezes acompanham as declarações sobre o destino moderno, chega-se mesmo a falar de uma "concepção judaico-cristã do tempo", quando se trata de um anacronismo, já que nem as místicas judaicas nem as teologias cristãs tinham qualquer tipo de inclinação para a Constituição moderna. É em torno da Presença (ou seja, de Deus) que elas construíam seu regime temporal, e não em torno da emergência do vazio, do DNA, dos chips, ou das fábricas automatizadas...

A temporalidade moderna nada tem de "judaico-cristã" e, felizmente, nada tem de durável também. É uma projeção do Império do Centro sobre uma linha transformada em flecha através da separação brutal entre aquilo que não tem história mas que ainda assim emerge na história - as coisas da natureza - e aquilo que nunca deixa a história - os trabalhos e as paixões do homem. A assimetria entre natureza e cultura torna-se então uma assimetria entre passado e futuro.

Hannah Arendt²⁰ (2005[1958]) explica que o caráter da modernidade foi determinado por três grandes eventos pré-modernos, embora sem a sensação de novidade e ainda arraigados na tradição:

1) a "descoberta" da América (1492) e a subsequente exploração de toda a Terra, provocando uma alienação do ambiente imediato e terreno;

2) a Reforma Protestante (1517) que, expropriando as propriedades eclesiásticas e monásticas, desencadeou o duplo processo de expropriação individual e acúmulo de riqueza social, provocando uma alienação do mundo interior; e

3) a invenção do telescópio (mais precisamente seu uso a partir de Galileo Galilei²¹, em 1609, cujas observações marcaram o início da astronomia moderna), ensejando o desenvolvimento de uma nova ciência que considera a natureza da Terra do ponto de vista do universo. **A realidade passou a ser atingida por um instrumento fabricado e não pelos sentidos ou pela razão**, pois o ponto de vista arquimediano (leis externas à Terra - Universo - aplicadas à natureza terrena e ao artifício humano) permitiu a descoberta de que nossos sentidos podem nos trair. O advento da dúvida cartesiana, onde o *Ser* e a *Aparência* estão definitivamente separados e, portanto, tudo deve ser posto em dúvida, valorizou o conhecimento matemático e transferiu o ponto arquimediano para dentro do próprio homem, pois "[...] embora não possa conhecer a verdade como algo dado e revelado, o homem pode, pelo menos, conhecer o que ele próprio faz" (p.295).

Conforme Erich Fromm²² (1979[1976]), o início da era industrial (séc. XVIII) divulgou a **grande promessa do progresso ilimitado**: a sujeição da *natureza* e a abundância material trariam maior felicidade para o maior número de pessoas e liberdade individual sem obstáculos. Para tanto, priorizou-se o que é bom para a

¹⁹ Filósofo e antropólogo francês (1947-).

²⁰ Filósofa política alemã (1906-1975), viveu também na França e nos Estados Unidos.

²¹ Físico, matemático e astrônomo italiano (1564-1642).

²² Psicanalista, filósofo e sociólogo alemão (1900-1980).

melhoria do sistema econômico ao invés de priorizar-se o que é bom para a Humanidade. Criou-se, assim, a verdade de que o que é bom para o sistema econômico capitalista é bom para as pessoas.

Esta verdade foi acompanhada pela elaboração de outra, a do *laissez-faire*, por Adam Smith (séc. XVIII): a de que “não há alternativa” ao sistema do livre mercado capitalista, cujo utopismo do processo foi fortalecido no século XX com a ascensão do neoliberalismo como ideologia dominante. Segundo David Harvey²³ (2004[2001]), esta lógica propiciou uma naturalização e relativa autonomia do sistema econômico predominante. Em consequência, **fragmentamo-nos enquanto seres humanos e fragmentamos o espaço geográfico**: “grande parcela da extraordinária transformação da superfície da terra nos últimos duzentos anos reflete precisamente a materialização da forma de utopismo do processo fundado no livre mercado e suas incansáveis e perpétuas reorganizações de formas espaciais” (p.233).

A grande promessa, no entanto, foi frustrada, resultante da desumanização e desnaturalização do ser humano. As premissas psicológicas do **hedonismo radical** (“[...] o objetivo da vida é a felicidade, isto é, o prazer máximo, definidos como a satisfação de todos os desejos ou necessidades subjetivas que alguém possa sentir”) e do **culto ilimitado do eu** (“[...] o culto do eu, o egoísmo e a voracidade, como o sistema precisa gerar a fim de funcionar, levam à harmonia e paz” - FROMM, 1979[1976], p.25) revelaram-se premissas contraditórias.

A primeira contradição é a de que somos seres felizes. O ideal de trabalho disciplinado, com sua ética de trabalho obsessivo, em linha de montagem automática e rotina burocrática, combina-se contraditoriamente com o ideal do prazer sem limites, da completa ociosidade durante o restante do dia e nas férias, em que as formas de passar o tempo são passivas. Se em uma parte da jornada há a máxima produção, na outra há o máximo consumo, em que “matamos” o tempo duramente poupado anteriormente. Embora contraditória, é a combinação desses dois ideais que permite sua coexistência em um mesmo ser humano, que enlouqueceria se vivesse apenas um deles. Como resultado, somos uma sociedade de pessoas notoriamente infelizes: solitárias, ansiosas, deprimidas, destrutivas, dependentes (FROMM, 1979[1976]).

A segunda contradição é a de que o culto ilimitado do eu traria a paz. Criou-se a ilusão de que as qualidades exigidas pelo sistema capitalista (culto do eu, egoísmo e cobiça) são inatas na natureza humana. Em realidade, “cobiça e paz excluem-se reciprocamente” (FROMM, 1979[1976], p.27). Sociedades em que essas qualidades não existem, por sua vez, são consideradas “primitivas” e seus membros “infantis”.

Há um descontentamento generalizado no mundo moderno. A sociedade se interessa mais pelos meios em si do que pelos fins. Um olhar sobre o

²³ Geógrafo britânico (1935-).

Iluminismo ajuda a compreender esse novo mundo. As mentes mais brilhantes do século XVIII buscavam nas ciências e nas artes emancipar a humanidade do obscurantismo da Idade Média. Tudo era feito com o objetivo de, no fim, alcançar a liberdade e a felicidade. Hoje, o movimento das sociedades não se inspira em ideais superiores em termos de civilização. A sociedade se movimenta no sentido de estabelecer a concorrência acirrada entre todos os indivíduos, sem objetivos finais claros. A história não se move pela aspiração a um mundo melhor, mas pela ação mecânica da competição. O êxito pessoal é o que importa. Precisamos ter poder, dinheiro, um carro novo, uma mulher nova, os filhos mais bonitos, tudo para conseguir o reconhecimento alheio e nos sentir superiores aos outros. Como dizia o filósofo romano Sêneca, enquanto esperamos viver, a vida passa rapidamente (FERRY, 2008).

O projeto moderno era de inclusão, mas através da tentativa de homogeneização, de padronização. A consideração da diferença faz sentido quando relativa ao que é considerado "normal". Nesse contexto, são "anormais" os *não-brancos*, *não-heterossexuais*, *não-rationais*, *não-destros*, os portadores de *deficiências* físicas ou mentais. A modernidade incluiu a diferença tentando padronizá-la, *normalizá-la*, mantendo-a na periferia. Os "anormais" são geralmente escondidos ou "corrigidos"; vide, por exemplo, a grande quantidade de cirurgias plásticas realizadas no Brasil²⁴, a localização periférica de hospitais psiquiátricos e, nos Estados Unidos, o desejo de imigrantes de serem "iguais" para terem o direito a terem direitos²⁵. O "anormal" é considerado diversidade quando comercializável, portanto valorizado.

A noção de uma normalidade e da diferenciação hierárquica entre os seres humanos tem na **escravidão** o maior exemplo, em que o ser escravizado nem mesmo é considerado humano, "justificando" sua exploração e comercialização pelos "legítimos seres humanos". Mesmo após a abolição da escravatura, essa situação permanece presente em diversos locais no Brasil.

Até o século XIX, a produção de riqueza do país estava no campo. Durante os períodos colonial e imperial, ela estava associada ao ser humano escravizado. O trabalhador escravizado entrava no processo produtivo como mercadoria, ou seja, antes de ser o produtor direto, era objeto de comércio, entrando como renda capitalizada, isto é, tributo antecipado ao traficante de negros com base numa probabilidade de ganho futuro. O tráfico de africanos escravizados envolvia um grande risco e, quanto maior o risco, maior deveria ser o lucro médio do traficante negreiro. A exploração da força de trabalho se determinava, deste modo, segundo José de Souza Martins²⁶ (1979), pela taxa de juros no mercado de dinheiro e pelo emprego alternativo do capital nele investido

²⁴ Segundo pesquisa da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP, 2010), encomendada ao instituto Datafolha, o país registrou 1.252 cirurgias estéticas por dia entre setembro de 2007 e agosto de 2008.

²⁵ "A maioria dos negros de classe média se esforça para se afastar não só da realidade do gueto mas também do estigma lançado sobre eles por causa da cor de sua pele a partir do projeto decadente do gueto. Eles conseguem esse afastamento principalmente ao isolarem os filhos das comunidades negras de baixa renda (mudando-se para os subúrbios, isto é, áreas mais abastadas, integrando-os a colégios particulares onde predominam brancos), ao mesmo tempo reinventando uma identidade afro-americana que revive os temas do passado, africano ou norte-americano, e se cala diante do peso do presente" (CASTELLS, 2001, p.75).

²⁶ Sociólogo brasileiro (1938-).

Dados da Comissão Pastoral da Terra, apresentados por Maria Aparecida de Moraes Silva²⁷ (2005), registram 25 mil ocorrências de trabalho escravo, enquanto a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) aponta para 40 mil trabalhadores escravizados atualmente no país, em que o Estado do Pará é o mais representativo destas ocorrências, além de Rondônia e Maranhão²⁸. Realizado através de trabalho escravizado, o **desmatamento para a expansão agrícola** é incentivado através da legislação (ao permitir que 75% do imposto de renda possa ser investido em 50% nas áreas de expansão) e da valorização das terras com a **abertura de estradas**: eis um nítido exemplo de fragmentação espacial através da fragmentação social.

No começo da revolução industrial, a vida nas cidades, símbolo de civilização em relação à rusticidade da vida no campo, passou a ser criticada. A qualidade de vida era baixa no ambiente fabril, que tornava o ar irrespirável. Nos espaços urbano-industriais, geralmente, a natureza perde a diversidade, a magia, a contiguidade. Ela é selecionada e fragmentada, organizada em áreas isoladas entre si. Adquire um estado de valorização socioeconômica, onde os espaços habitados pelos mais abastados são também os mais arborizados. A associação da *natureza à beleza, à pureza*, é em relação a uma natureza controlada, manipulada, idealizada. Um exemplo é o complexo turístico "Vila Ventura", em Viamão/RS, cuja frase encontrada na primeira página virtual do empreendimento o define como "um mundo de opções de lazer e atividades em contato com a natureza" (figura 9). Aqui a *natureza é iluminada, recreativa, tranquila*.

Essa natureza, ressignificada, é distinta daquela associada à vida rural e ao modo de viver camponês, vistos de forma negativa num contexto urbano-industrial, onde o inesperado é prejudicial e o desconhecido é perigoso. A natureza, segundo esta fragmentação, quando é associada ao *desconhecido e inesperado, ao perigo, à morte, à escuridão* de uma "mata fechada", é uma natureza considerada negativa. Um exemplo é a forma como a *natureza* é apresentada em histórias infantis, como na ilustração de "Branca de Neve" (figura 10): **escura, amedrontadora, perigosa**.

Carlos Walter Porto-Gonçalves²⁹ (2002) avalia que, especialmente após influências de René Descartes³⁰ (séc. XVII), a modernidade foi marcada pela **oposição homem-natureza**, em que as ciências em muito serviram para legitimar o título de "senhor e possuidor da natureza" a alguns homens. A fragmentação foi socialmente legitimada pela ciência moderna ao utilizar a divisão da realidade na tentativa de apreendê-la. Nesse contexto, a separação entre razão e emoção, masculino e feminino, bem e mal, homem e

²⁷ Socióloga brasileira.

²⁸ Geralmente, esses registros de trabalho escravo são feitos em lugares distantes da região sudeste, nas chamadas áreas de fronteira agrícola. Silva (2005) analisa, no entanto, relações escravistas presentes no estado de São Paulo, considerado o centro dinâmico e moderno do país, realizadas por grandes empresas nacionais e internacionais nos chamados canavieiros.

²⁹ Geógrafo brasileiro (1949-).

³⁰ Filósofo, físico e matemático francês (1596-1650).



Figura 9 - Página inicial do sítio virtual do complexo turístico Vila Ventura

Fonte: <<http://www.vilaventura.com.br/>>, acesso em 28 abril 2010.



Figura 10 - Ilustração de Branca de Neve na perigosa floresta

Fonte: JÜTTNER, 1905, p.07.

natureza é corroborada. O feminino, a emoção, o camponês, o rural, o natural foram submetidos ao enquadramento de racionalidades masculinas, urbanas, sintéticas, o que parece ter provocado a separação e hierarquização entre conhecimentos tradicionais e ciência(s). A “ciência para tornar-se ciência” por muito tempo deslegitimou práticas e conhecimentos, atualmente denominados alternativos ou tradicionais. Esses processos representam verdades de grupos sociais com poder hegemônico, fortalecido por promessas de bem-estar: separada a humanidade de sua natureza, tipos de natureza e tipos de seres humanos são estipulados e hierarquizados segundo as lógicas hegemônicas, incentivando uma sociedade asséptica que transforma o “risco zero” em ideal absoluto (MAFFESOLI, 2004[2002]).

Da mesma forma, a percepção sobre a sociedade se distanciou do que é humano, visto em sua integridade entre bem e mal, social e natural. Existem, para essa forma de pensar a realidade, homens que são bons e homens que são maus, os dignos e os indignos, os racionais e os irracionais, como no caso da escravidão. **Nega-se, portanto, o humano como natureza.** “Este é todo paradoxo moderno: se levamos em consideração os híbridos, estamos apenas diante de mistos de natureza e cultura; se consideramos o trabalho de purificação, estamos diante de uma separação total entre natureza e cultura” (LATOURETTE, 1994[1991], p.35).

Ambientes pouco padronizados passaram a ser alvo de um ramo econômico em franca expansão, o **turismo**. Escritores românticos da Europa do século XIX valorizavam o mundo natural e selvagem, local de isolamento e contemplação, ideias essas que influenciaram fortemente a criação dos parques nos Estados Unidos. Associados à noção de *wilderness* (vida natural/selvagem), os parques eram grandes áreas não habitadas, principalmente após a expulsão dos povos indígenas, considerados seres distintos dos humanos colonizadores. Em 1 de março de 1872, é criado então em território dos índios Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock o Parque Nacional de Yellowstone, dedicado à recreação para benefício das populações urbanas, privadas do ambiente natural (DIEGUES, 2002). Desde o cercamento de áreas de interesse conservacionista que permitem a presença de visitantes, como os parques, até iniciativas de turismo rural, observa-se a implantação em áreas não urbanas de regras estabelecidas em ambientes urbanos.

A nova funcionalidade desses espaços surge muitas vezes, por sua vez, como alternativa para a permanência das famílias em espaços rurais. A **demanda originada nos centros urbanos**, no entanto, estipula as regras de conforto, consumo e circulação. No município de Arroio do Sal, localizado na porção nordeste da costa do Rio Grande do

Sul, segundo relato³¹, criadores de gado e produtores de farinha de mandioca precisaram mudar suas atividades com a **implantação da Estrada do Mar** (rodovia estadual RS-389). Interligação dos balneários do Litoral Norte, entre Torres e Osório, o leito da Estrada do Mar se estende pela faixa de restinga da planície litorânea e possui tráfego vedado a veículos pesados (caminhões e ônibus).

Esse caminho, aberto pelas populações indígenas que ocupavam originariamente o território, foi posteriormente utilizado por tropeiros. A proibição do tráfego de caminhões na Estrada do Mar ocasionou um grande problema para os produtores da região, pois o escoamento da produção ficou impossibilitado. Segundo o relato de um dos proprietários rurais, o sentimento é de estar "entocado". Revelando bastante tristeza a esse respeito, ele e sua família, antes produtora de farinha de mandioca, por essas restrições partiram para outras atividades para sobreviver, o Turismo Rural Campeiro. A estrada, ainda segundo ele, no entanto, "é para levar turistas pra Santa Catarina, poucos turistas ficam por aqui".

Essa estipulação de regras urbanas no espaço rural também pode ser verificada nos latifúndios de monoculturas, cujos proprietários geralmente moram em grandes centros urbanos. A partir do século XIX, com o processo de industrialização, a produção de riqueza passa a ser realizada na cidade e a expansão do comércio aumenta as aglomerações humanas. A chamada bancada ruralista, frente parlamentar ligada a latifundiários e grandes empresários do agronegócio, é uma forte marca da força agrária nas aglomerações urbanas.

A natureza e o trabalho, como visto anteriormente, são vistos como uma mercadoria, que pode ser controlada através da tecnologia. As comunidades camponesas, por sua vez, aproximam-se de um modelo cognitivo "holístico" de ordenação do mundo e da natureza sobre a qual se trabalha. Conforme Ellen Woortmann (1997, p.13), "para se reproduzirem, os camponeses produzem mercadorias, mas a produção de mercadorias é antecedida logicamente pela produção de bens, e esta, por sua vez, é antecedida pela produção-reprodução de bens simbólicos que constituem o corpo do saber".

Não raro, diante da força de empresas multinacionais e de seus modelos de padronização, é a clandestinidade que protege pequenos agricultores. O pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Eduardo Filippi, averiguou que produtores de queijo serrano do sudeste gaúcho permanecem na clandestinidade para manter a diversidade produtiva das economias regionais e consequente competitividade entre os produtores, face às iniciativas de padronização de empresas multinacionais. Dessa forma,

³¹ Relato obtido na «Troca de Saberes» realizada em 19 de outubro de 2006, durante a Oficina Microcorredores ecológicos que sustentam a riqueza biológica e sócio-cultural da Restinga de Itapeva, organizada pela ONG Curicaca e parceiros, em Torres/RS.

com o custo da ilegalidade, cada família produz um tipo de queijo diferenciado ao invés de todos apenas fornecerem a matéria prima para grandes empresas.

No sistema de produção e circulação capitalista, a **valorização do labor** (ou seja, do suprimento das necessidades, onde os seres humanos revelam suas necessidades corporais) em detrimento da valorização do trabalho (tratando-se da mundanidade, da utilidade, onde os seres humanos revelam suas capacidades e criatividade artesanais) **estimula o consumismo, o individualismo, as desigualdades sociais** (ARENDR, 2005[1958]). Na lógica capitalista de produção, o aumento do consumo através do incentivo ao consumismo e o conseqüente crescimento da economia justificam, diante da opinião pública, a construção de novas barragens e usinas hidrelétricas para a produção de energia. A construção de barragens obriga a migração de inúmeras famílias de suas terras, onde construíram suas vidas, mais uma vez o modo de vida urbano interferindo na vida rural, num contexto onde há um problema de distribuição de energia e não necessariamente de escassez desta.

Mesmo a agricultura camponesa que consegue permanecer no campo sofre as conseqüências do pensamento moderno. Conforme Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1999), a industrialização da agricultura provoca uma territorialização do capital ao mesmo tempo em que a expansão da agricultura camponesa sofre a monopolização do território. Agricultura e indústria são atualmente partes ou etapas de um mesmo processo porque o capitalista, na origem pertencente aos espaços urbanos, tornou-se também proprietário de terra, portanto latifundiário (OLIVEIRA, 1999, p.105). Para produzir, utiliza o trabalho assalariado de bóias-frias que moram nas cidades. O capital se territorializa, assim, no campo e a reprodução ampliada do capital se desenvolve em sua plenitude. O capital também monopoliza o território sem se territorializar, criando, recriando e redefinindo relações de produção camponesa:

Ele abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. O campo continua povoado e a população rural pode até se expandir. [...] o próprio capital cria as condições para que os camponeses produzam matérias-primas para as indústrias capitalistas ou mesmo viabilizem o consumo dos produtos industriais no campo (ração para a avicultura ou para a suinocultura) (OLIVEIRA, 1999, p.106).

Dessa forma, os próprios capitalistas no campo se utilizam do processo de trabalho familiar camponês para produzir seu capital, revelando que “[...] o capital sujeitou a renda da terra produzida pelos camponeses à sua lógica, ou seja, está-se diante da metamorfose da renda da terra em capital” (OLIVEIRA, 1999, p.106).

Com o fortalecimento do neoliberalismo e de uma percepção fragmentada da natureza, parte das preocupações de cunho ambiental foi apropriada pelo mercado e reduzida a debates e discussões às vezes estéreis acerca dos destinos do que se pode denominar “mundo natural”. “Preservar o meio ambiente” (já se negligenciando a integridade do ambiente) ficou na moda, evidenciando um **apego seletivo à natureza**.

Afinal, movimentos sócio-ambientais, a luta pela manutenção e preservação de práticas ambientalmente responsáveis e importantes tratados, quando não convertidos aos interesses do mercado capitalista, são sistematicamente considerados inúteis e enquadrados em categorias sectárias e mesmo preconceituosas como “eco-chatos”, alarmistas.

Para os novos liberais, tornou-se moda preservar a natureza quando pretensamente regulada pela racionalidade do mercado, vide o aumento de propostas de venda de florestas e matas em bolsas de valores, de mercadorias e futuros. Assim, questões essenciais acerca da preservação da biodiversidade perderam sua complexidade em diversos espaços. A reflexão sobre o consumismo, por exemplo, é frequentemente reduzida à separação e reciclagem de resíduos sólidos³². Permaneceu o conceito positivista de natureza, que a separa dos humanos. Essa separação tenciona justificar a dominação da natureza por humanos, e a tratar-se ainda de um tipo específico de homem que, ao dominar a *natureza*, domina os demais seres vivos, humanos ou não (PORTO-GONÇALVES, 2002).

³² Este tema merece cuidadosa pesquisa, pois a temática da reciclagem de resíduos sólidos é bastante complexa.

2.2 Natureza fragmentada e conectividade da vida

Todas as espécies de seres vivos ocupam espaço para poder viver, quer sejam micróbios, animais, fungos, plantas, etc. Isto parece demasiadamente óbvio, mas o *quanto e em que condições* cada ser vivo necessita de espaço não corresponde a um entendimento instantâneo. Eu, por exemplo, além da noção da importância da biodiversidade, enquanto pessoa de hábitos e *habitat* urbano e sem conhecimentos sobre Ecologia não faço ideia de quanto espaço um grupo de graxains ou de bromélias precisem para viver e reproduzir.

Mas sei que parte da minha família precisou, dentro de um contexto, migrar de um contexto rural em São Francisco de Paula para um contexto urbano até Porto Alegre. Embora a posse e o uso tenham mudado, o vínculo de nossa família com aquele território em São Francisco de Paula – *São Chico* – é reconstruído a cada geração, mais fortemente a partir do imaginário. Mas seria uma ilusão pensar que nossa família “perdeu o contato com a natureza”.

Mesmo em espaços urbanos altamente impermeabilizados pelo cimento e pelo asfalto, vivemos na natureza (agradeço a Rafael Devos por me auxiliar nesta reflexão): respiramos oxigênio, ocupamos espaço, bebemos água, nos alimentamos e, especialmente, coabitamos com outros seres vivos da nossa e de outras espécies. É a *padronização* que nos faz sentir longe da *natureza*. O mesmo ocorre com outros seres vivos: a padronização os faz sentir longe da *natureza*. Esta diferença entre espaços biodiversos³³ e espaços padronizados é chamada **fragmentação espacial**. A fragmentação espacial pode acontecer tanto com padronizações de aglomerações urbanas quanto com padronizações agrícolas – os monocultivos.

Assim como muitos de nós, seres humanos, conseguem viver em espaços padronizados, outros seres também o conseguem. É o caso, por exemplo, de insetos, tanto nas aglomerações urbanas quanto nas lavouras de monocultivo. A menor diversidade, no entanto, os faz significar (tanto nós quanto os insetos, por exemplo) dispersores de doenças (para nós e/ou para os monocultivos). A padronização desenha, assim, redes de relações (dentro de/entre espécies) doentes. Muitos outros seres vivos não conseguem viver em espaços padronizados e mesmo os seres adaptados a espaços padronizados não conseguem viver, a longo prazo, sem a biodiversidade.

A racionalidade que separa seres humanos da natureza enquanto totalidade, vinculada à assepsia de mundo, estimulou práticas de fragmentação espacial;

³³ O artigo 2º da Convenção sobre Diversidade Biológica (ONU-BRASIL, 2009) conceitua diversidade biológica como a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, abrangendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo, ainda, a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.

fragmentação essa tanto social quanto de biomas. O projeto de inclusão moderno e a visão de mundo dicotômica provocaram inúmeras "esquizofrenias socioambientais":

Em Paris, Londres e Amsterdã [...] [em 1989] são realizadas as primeiras conferências sobre o estado global do planeta, o que simboliza, para alguns observadores, o fim do capitalismo e de suas vãs esperanças de conquista ilimitada e de dominação total sobre a natureza. Ao tentar desviar a exploração do homem pelo homem para uma exploração da natureza pelo homem, o capitalismo multiplicou indefinidamente as duas. O recalco retorna e retorna em dobro: as multidões que deveriam ser salvas da morte caem aos milhões na miséria; as naturezas que deveriam ser dominadas de forma absoluta nos dominam de forma igualmente global, ameaçando a todos. Estranha dialética esta que faz do escravo dominado o mestre e dono do homem, e que subitamente nos informa que inventamos os ecocídios e ao mesmo tempo as fomes em larga escala (LATOURET, 1994[1991], p.14).

Como nos diz Michel Maffesoli (2004[2002], p.33), "de tanto querer educar a natureza, chegamos aos estragos econômicos de que começamos a nos conscientizar". Na mesma lógica, há a subordinação de países subdesenvolvidos a regras de conservação de países ricos. A pobreza é geralmente considerada como causa de problemas ambientais e não como consequência desses, associados à desigualdade social. Um claro exemplo são as seguintes afirmações, contidas no Relatório Brundtland, documento intitulado "Nosso futuro comum":

A pobreza reduz a capacidade das pessoas para usar os recursos de modo sustentável, levando-as a exercer maior pressão sobre o meio ambiente. A maioria dos pobres absolutos vive nos países em desenvolvimento; em muitos deles, essa pobreza foi agravada pela estagnação econômica dos anos 80 (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991[1988], p.53).

Na década de 1970 surge o movimento ambientalista no Brasil, num contexto de ditadura cívico-militar³⁴. A questão nacional era considerada pelos esquerdistas no plano das condições sociais, enquanto a burguesia a considerava no plano técnico-econômico desenvolvimentista. E antes que o movimento houvesse se enraizado no país, o Estado, interessado nos investimentos estrangeiros, portanto pressionado pela comunidade internacional a adotar medidas de caráter preservacionista, criou diversas instituições para gerir a preservação ambiental. Tais medidas sectarizaram o mercado e aumentaram as desigualdades ao diminuir as chances de concorrência de empresas menores, que não conseguiram se manter com os altos custos da preservação ambiental (PORTO-GONÇALVES, 2002).

No Brasil, o **modelo inicial de conservação da natureza** adotado foi importado de países do hemisfério norte, baseado na biologia da conservação, surgida no final da década de 1980 nos Estados Unidos, que associa a ciência à gestão e ao manejo das áreas naturais. Desempenham papéis importantes nessa lógica a restauração de *habitat's*

³⁴ Porto-Gonçalves (2002) ressalta a importância do pioneirismo dos movimentos ecológicos gaúcho e fluminense e da contribuição dos exilados políticos que chegaram ao Brasil em fins da década de 70. "Fica evidente, portanto, que o movimento ecológico está inserido numa sociedade contraditória e, por isso, são diversas as propostas acerca da apropriação dos recursos naturais" (p.17).

degradados, a reintrodução de espécies reproduzidas em cativeiro no meio natural e a definição de corredores ecológicos. Essas técnicas de proteção e manejo visam minimizar o problema da erosão da biodiversidade provocada pela fragmentação do habitat natural, mas essa abordagem é limitada pela incapacidade de incorporar o ser humano (DIEGUES, 2000; DIEGUES & VIANNA, 2004). A proibição de ocupação humana nestes espaços protegidos pelo Poder Público excluiu muitas pessoas de seus territórios sem, contudo, garantir uma maior eficiência na preservação da biodiversidade³⁵. A charge "A Cerca" (figura 11) ilustra, com humor, lógicas de fragmentação do espaço que dissociam seres humanos e natureza.

A lógica moderna e seu processo de inclusão transformam e adaptam, portanto, as diferentes culturas à cultura hegemônica, utilizando-se de instrumentos que vão desde a escravização de seres humanos à sujeição das formas de reprodução do trabalho e do modo de vida à racionalidade urbano-industrial moderna. Isso ocorre porque "os novos sistemas de objetos põem-se à disposição das forças sociais mais poderosas, quando não são deliberadamente produzidos para o seu exercício" (SANTOS, 2002, p.97), pois "[...] basta que a alavanca da técnica seja acrescentada ao jogo da representação política para que um indivíduo possa tornar-se mais forte que a multidão, para que ele possa atacar e defender-se" (LATOURETTE, 1994[1991], p.108).

O estabelecimento de áreas protegidas é extremamente importante para a preservação de fragmentos de biodiversidade, mas não é suficiente. As áreas prioritárias para conservação da natureza desconsideram, em sua maioria, a importância da existência de ocupação humana em seu interior para sua adequada implementação. Desapropriados, embora raramente indenizados, os antigos moradores ou permanecem de forma ilegal nessas áreas ou migram para espaços urbanos. Afastados da biodiversidade, são excluídos da possibilidade de reproduzirem seus modos de vida.

Estas estratégias de conservação da natureza priorizam ações territoriais de escalas de poder do Estado e, embora possam ter custos menores a curto prazo em relação àquelas não-territoriais, as indenizações não ocorrem, as fiscalizações são insuficientes e as repreensões ineficientes. Estas estratégias ainda representam uma caminhada solitária e fragmentadora do espaço:

O Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, alterada pela Lei nº 7.802, de 18 de julho de 1989) foi criado com o intuito de preservar o meio ambiente e, prevenir e corrigir os danos causados pelo desmatamento. O Código Florestal regulamenta a ocupação da terra, preservando áreas frágeis e sensíveis ao desmatamento como margens de rios e encostas íngremes, com o intuito de prevenir e corrigir os impactos negativos causados pelo desmatamento. Porém o que ocorre na prática, é uma alta taxa de transgressão às regras estabelecidas ao Código Florestal,

³⁵ Para aprofundar este tema, consultar DIEGUES, A.C. (org.), 2000 / DIEGUES, A.C.; VIANNA, V.M. (orgs.), 2004 / CATTANEO, D., 2004.

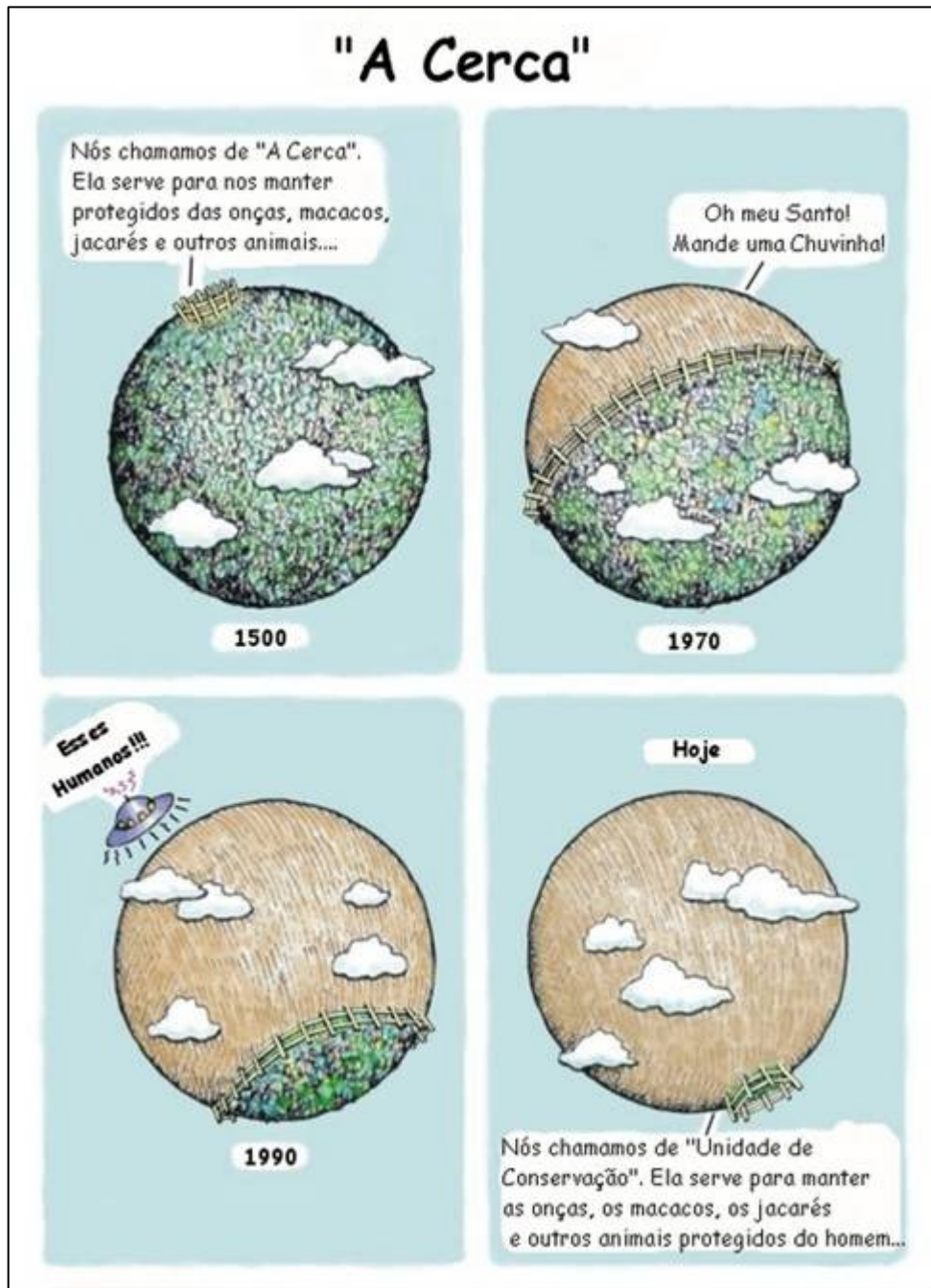


Figura 11 - Charge sobre o processo espacial de fragmentação
 Fonte: QUINN, 2002.

ocasionada principalmente pela limitação tecnológica para controlar a sua aplicação (SANTOS & VALERIANO, 2003, p.708).

Esse modelo de conservação foi importado pelo governo brasileiro sem fazer as devidas adaptações ao contexto do país. Ao ser adotado no Brasil, a lógica de conservação da natureza correspondia prioritariamente a **ilhas de conservação** e a criação de parques partia do **ponto de vista cênico**, ligada a lógicas modernas, como no caso do Parque Nacional da Chapada Diamantina (FUNCH, 2006, p.197):

O Parque Nacional da Chapada Diamantina (PARNA CD) foi concebido originalmente para proteger uma paisagem espetacular de montanhas, cachoeiras, e rios limpos (Funch 1982), pouca atenção foi dada na época à preservação de ecossistemas, criação e proteção de corredores de dispersão e movimento, maximização de áreas nucleares, etc.

De certa forma, esta lógica impediu um investimento na preservação da conectividade entre esses fragmentos protegidos, o que representa uma fraqueza para a biodiversidade.

Em 2000, foi instituído no Brasil o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**³⁶ (SNUC), que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. O SNUC foi, de certa forma, um grande avanço na legislação brasileira ao reconhecer a existência de Reservas Extrativistas, embora a desapropriação tenha permanecido como modelo principal de conservação, e destacar a importância de **corredores ecológicos**, num estímulo, ao menos do ponto de vista legal, à conectividade entre as ilhas de conservação – as unidades de conservação.

Mas **o que é um "corredor"**? Numa residência, corredor é geralmente uma passagem estreita e alongada que interliga cômodos. No litoral gaúcho, tropeiros estabeleceram corredores de passagem entre o extremo sul e o restante do país. Primeiro houve o deslocamento, e conforme ele se repetiu no tempo, virou um caminho: a Estrada do Mar (Rodovia RS-389). Segundo o SNUC (IBAMA, 2002, Cap. I, Art. 2º, inciso XIX), corredores ecológicos são:

Porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

Entre estas três ideias de corredor há em comum o conceito de conectividade, de relações de coerência. No caso de uma residência, o corredor é planejado *prevendo* a necessidade de conexão entre cômodos. No caso de estradas e rodovias, os corredores são geralmente *consequentes* de uma conexão repetida no tempo. Os corredores ecológicos, por sua vez, mesclam essas duas ideias, de planejamento e consequência.

³⁶ Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

No primeiro caso, corredores ecológicos conectam fragmentos de biodiversidade através do **planejamento territorial**. Considerado como uma relação e nunca algo absoluto, o território é uma produção a partir do espaço (RAFFESTIN, 1993[1980]). A Geografia das últimas décadas, através da abordagem pela diferenciação entre espaço e território, aponta uma significativa mudança no pensar geográfico:

A consideração da dimensão territorial traduz uma mutação profunda na abordagem geográfica: falar em território em vez de espaço é evidenciar que os lugares nos quais estão inscritas as existências humanas foram construídos pelos homens, ao mesmo tempo pela sua ação técnica e pelo discurso que mantinham sobre ela. As relações que os grupos mantêm com o seu meio não são somente materiais, são também de ordem simbólica, o que os torna reflexivos (CLAVAL, 1999, p.11).

Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação: "Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço" (RAFFESTIN, 1993, p.143). O conceito de território é, portanto, essencial para compreender as relações socioespaciais, pois "a apropriação do espaço consiste na criação dos territórios, em seu duplo sentido de posse e adequação" (HEIDRICH, 2004, p.56). O território ou os processos de territorialização é entendido como fruto da "(...) interação entre relações sociais e controle do/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação)" (HAESBAERT, 2004a, p.235).

A necessidade de se valorizar um "território ecológico", os corredores ecológicos, surge da fragmentação sofrida pelo espaço original através de outras lógicas de apropriação do espaço. Há, concomitantemente, uma superposição de lógicas socioespaciais em lógicas da natureza nestas áreas. Enquanto planejamento territorial pelo Poder Público, há como exemplo as áreas de preservação permanente, cuja conectividade entre topos de morro e cursos d'água é assegurada, ao menos legalmente (SANTOS & VALERIANO, 2003). Outro exemplo é a cooperação com organizações não-governamentais, representada nos últimos anos, entre outras ações (IBAMA, 2007), pela publicação do projeto "Corredores Ecológicos das Florestas Tropicais do Brasil" (AYRES et al, 2005), apresentado em 1997 por solicitação do Ministério do Meio Ambiente e do Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais do Brasil (PP-G7)³⁷; e na aprovação do projeto "Os microcorredores ecológicos que sustentam a riqueza biológica e

³⁷ "Este projeto propõe a adição ao paradigma das 'ilhas biológicas', o paradigma dos 'corredores biológicos', conectando áreas protegidas dentro dos biomas regionais. Isto será realizado desenvolvendo-se modelos inovadores de manejo que incorporem as comunidades tradicionais e outros atores relevantes. Durante a primeira fase do projeto, as atividades estarão mais direcionadas ao Corredor da Amazônia Central e ao Corredor Central da Mata Atlântica. Atividades iniciais de planejamento e implementação serão realizadas em um corredor adicional na Mata Atlântica e em quatro outros corredores na Amazônia. O manejo efetivo destes sete corredores poderá conservar pelo menos 75% da biodiversidade presente nas florestas tropicais brasileiras" (AYRES et al, 2005, p.13).

sócio-cultural da Restinga de Itapeva³⁸, viabilizado através de um financiamento do Ministério do Meio Ambiente (Plano de Desenvolvimento Ambiental/PDA Mata Atlântica).

No segundo caso, corredores ecológicos são **espaços cuja biodiversidade foi assegurada por diferentes motivos e diferentes espécies os reconhecem enquanto natureza**. Lógicas de parcela dos seres humanos transformaram (e seguem a transformar) grandes áreas contínuas de florestas em mosaicos, formadas por fragmentos remanescentes de floresta e produções espaciais humanas, como plantações, pastagens (“potreiros”), assentamentos urbanos.

Em ambos os casos, seja planejada e/ou consequente, a conectividade depende principalmente de usos apropriados do espaço, de relações humanas não degradantes da biodiversidade, que permitam a existência, o fluxo e a reprodução de diferentes espécies. A investigação sobre os motivos de manutenção de áreas preservadas tanto ecologicamente quanto culturalmente evoca, além do estudo de relações de poder e de conjunturas econômico-produtivas, uma tentativa de aproximação de subjetividades, do imaginário das pessoas envolvidas com o espaço geográfico específico.

No espaço geográfico do presente estudo, podemos analiticamente diferenciar dois planos: o da **natureza**, representado pelos biomas Mata Atlântica e Restinga, e o da **sociedade**, representado principalmente pelo Corede Litoral Norte, onde se materializam territórios. O espaço é o mesmo, mas o distinguimos analiticamente tanto nas ciências quanto no cotidiano. O entendimento através de um ou de outro pode implicar diferentes relações com o espaço, formas distintas de apropriação, uso e construções imaginárias, portanto, diferentes estabelecimentos de vínculos com o território.

Rodovias, que servem como corredores de mobilidade humana, são consideradas uma das principais fontes de fragmentação (AB’SÁBER, 2005; SANTOS & VALERIANO, 2003). Na Colônia São Pedro de Alcântara, se a Rodovia BR-101 foi um elo com o restante do estado e do país, por outro lado foi uma das grandes responsáveis pela fragmentação interna (Elo III). No caso de corredores ecológicos, o que cartograficamente pode parecer um *corredor*, no sentido de passagem, devido à diferença paisagística entre biodiversidade e padronização, para muitas espécies são espaços essenciais para a manutenção e reprodução da vida, de habitação. Neste sentido, é importante o aprofundamento sapiente de diversidades territoriais, no mínimo interdisciplinar, para além da dicotomia *territorialidades humanas* e *territorialidades animais*.

Estudos realizados, como os citados por Pereira *et al* (2007), confirmam uma forte relação entre a dimensão das manchas de habitat e a persistência das espécies que nela habitam. Em sentido contrário, quanto menor é a área, menor é o número de espécies.

³⁸ Ver apêndice.

Ao contrário do que se possa imaginar e conforme estudos do programa de pesquisa "Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais" (PDBFF)³⁹, os fragmentos não são reproduções em menor escala da floresta original (FERNANDEZ, 2004, p.152): "Os fragmentos, mesmo os bastante grandes, são muito diferentes da mata original, na estrutura da sua vegetação, assim como na composição de sua fauna e flora, pelo simples fato de serem fragmentos".

A perda da diversidade nos fragmentos é consequência de três processos distintos, que atuam em escalas de tempo diferentes, assim chamados, respectivamente, por biólogos da conservação: aleatoriedade demográfica, aleatoriedade ambiental e aleatoriedade genética (FERNANDEZ, 2004). O primeiro é a perda imediata de espécies devido à diminuição da área, por uma mera questão de amostragem. O segundo é a ausência de garantias de persistência de espécies no fragmento, mesmo que o ambiente não sofra mais alterações. Isso ocorre porque existem necessidades distintas de espaço segundo cada espécie, seja para sua alimentação, reprodução ou moradia. O terceiro é o fenômeno conhecido como endocruzamento, em que os animais tenham que se acasalar com parentes próximos, trazendo problemas genéticos.

A floresta morre de fora para dentro, através de um conjunto de processos conhecidos como "**efeitos de borda**": uma série de alterações microclimáticas é desencadeada a partir da periferia do fragmento, que por sua vez fragilizam o solo, diminuem o dossel (através de quedas, queimadas e aumento de luminosidade no interior da floresta), aumento de espécies oportunistas, além de alterações na composição da comunidade animal (FERNANDEZ, 2004). Os corredores ecológicos servem para amenizar estes efeitos de borda, por isso são importantes associados a unidades de conservação (fragmentos bem conservados). Os corredores ecológicos são, assim, mais complexos do que espaços de passagem entre fragmentos.

Além dos corredores ecológicos, existem as **ilhas de passagem de biodiversidade**, do inglês *stepping stones*. São pequenos remanescentes florestais que aumentam a diversidade espacial e cumprem o papel de refúgio e de elemento de ligação entre grandes fragmentos, estimulando vias de acesso para diferentes espécies (FONSECA *et al*, 2004; VALLADARES-PÁDUA *et al*, 2004).

O estabelecimento de áreas protegidas legalmente é extremamente importante para a conectividade de fragmentos de natureza, mas não é suficiente. Estratégias de sensibilização e valorização de saberes que respeitem os ecossistemas são necessárias. Apesar de serem estratégias não-territoriais, estão fortemente ligadas aos vínculos estabelecidos com o espaço, e conhecê-los é fundamental para suas concretizações. Conforme Rogério Haesbaert (2004a, p.370), "(...) para poder 'amar tudo o que existe' e

³⁹ Para aprofundar o tema, consultar a lista de publicações do "Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais" (PDBFF), disponível em <http://www.inpa.gov.br/~pdbff/#>.

construir territórios efetivamente – o que significa, sobretudo, ‘afetivamente’ – apropriados, é necessário, primeiro, acabar com toda exploração e indiferença dos homens entre si e dos homens para com a própria ‘natureza’”. Segundo Dilermando Cattaneo (2004, p.99),

colocados em um mesmo patamar, homem e natureza são elementos que se complementam e se inscrevem um no outro, uma vez que a espécie humana faz parte do conjunto de espécies da natureza, e a noção de natureza é construída socialmente pelo homem, a partir de matizes políticos, econômicos, simbólicos, míticos, etc.

É preciso, ainda, relativizar a dicotomia *culturas tradicionais* e *culturas modernas*. No caso de faxinais, por exemplo, poderiam ser tanto considerados lógicas *tradicionais* quanto *modernas*: podem ser modos de vida alternativos ao capitalismo, mas também representam hábitos provindos de uma cultura vinculada a outros biomas – como no caso do sistema de faxinal trazido pela colonização polonesa ao Paraná, como explicado por Paulo Roberto Castella (LOPES, 2004, p.73), em que a criação de animais domésticos (como bois, porcos e galinhas) nos estratos inferiores da floresta provocou sérias degradações na biodiversidade.

Assim, não é a ação antrópica *stricto sensu* que fragmenta o espaço, mas tipos de atividades humanas em suas complexidades. Em Dom Pedro de Alcântara, por exemplo, há relatos de aumento de floresta nas últimas décadas, com a substituição do cultivo da cana-de-açúcar pelo cultivo de banana em sistemas agroflorestais. Assim como também não são os insetos ou animais peçonhentos (como cobras, aranhas e escorpiões), *stricto sensu*, que prejudicam a nossa saúde e a saúde de lavouras.

Em Dom Pedro de Alcântara, aprendi que “terra de herança não se vende” (P03a). Quem tem vínculo com a terra não deseja destruí-la, ainda que a prejudique (e a própria vida) por falta de conhecimento.

2.3 A construção de caminhos na “Grande Torres”

“ A evolução que marca as etapas do processo de trabalho e das relações sociais marca, também, as mudanças verificadas no espaço geográfico, tanto morfologicamente, quanto do ponto de vista das funções e dos processos. É assim que as épocas se distinguem umas das outras. ”

(SANTOS, 2002, p.96)

Diferentes grupos humanos ocuparam, usaram e construíram imaginários sobre espaços localizados junto à província geomorfológica planície costeira, marcados por migrações, corredores de passagem, caminhos. No espaço geográfico que atualmente corresponde ao nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, estado brasileiro mais meridional, as primeiras tentativas de instalação de grupos humanos que se tem conhecimento foram há 12.000 anos antes do presente (A.P., que convencionou-se 1950), no final da última das glaciações, no início do Holoceno (idade mais recente da história geológica) (KERN, 1989).

Na planície costeira predominavam climas frios e secos, com verões apenas temperados. A flora, diversa da atual, era adaptada aos climas semidesérticos (como, por exemplo, cactáceas e arbustos). A linha de costa se encontrava a 150 metros abaixo do nível atual e a floresta estava limitada à encosta do planalto meridional. A fauna predominante era a de gigantes mamíferos, tais como preguiças (glossotérium), desdentados (pampatérium), um tipo de hipopótamo (toxodonte), entre outros. Em Itapeva, localidade do atual município de Torres, foram encontrados restos fósseis destes dois últimos animais citados (KERN, 1989).

Estudos feitos até recentemente em sítios arqueológicos da região apontam para uma ocupação gradual por distintos grupos pré-históricos durante o Pleistoceno final, ao término do Ótimo Climático (6.000 a 4.000 anos A.P.). As primeiras ocupações efetivas foram de **grupos caçadores-coletores** instalados em abrigos próximos às encostas do planalto, provavelmente migrantes do norte, onde a adaptação a essas atividades iniciara dois milênios antes (KERN, 1989, 1996).

Dois mil anos mais tarde (equivalente a 2.000 anos A.P.), as condições ambientais tornaram-se semelhantes às atuais, período em que se formaram as diversas lagoas (Quadros, Barros, Itapeva, Jacaré, etc.). Estabeleceu-se o atual mosaico de florestas e campos e o regime de ventos iniciou um processo de erosão eólica formando dunas e acumulando sedimentos arenosos. Nesse período ocorreu a ocupação da planície costeira por **grupos horticultores** em acampamentos e aldeias nas várzeas e nas áreas

propícias à plantação de espécies cultiváveis, competindo com os primitivos habitantes e substituindo-os até a chegada da **frente de colonização luso-brasileira**, mais recentemente, no século XVII. O acúmulo de conchas na orla marítima indica a ocorrência de atividades de pesca e coleta, desenvolvidas sazonalmente por ambos os grupos (caçadores-coletores e horticultores). A maioria das datações, obtidas pelo Centro de Estudo e Pesquisas Arqueológicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, apontam a **ocupação Guarani** no Estado por volta de 1500 (KERN, 1989, 1996).

A territorialização luso-brasileira do espaço correspondente ao atual Estado do Rio Grande do Sul estava vinculada ao projeto português de **expansão territorial em direção ao Rio da Prata**. A política do *uti possidetis*, na qual as áreas deveriam pertencer a quem de fato as ocupa, acompanhada pela fundação da Colônia do Sacramento (em 1680), substituiu os limites do território português demarcados pelo Tratado de Tordesilhas pelos limites geográficos do Rio da Prata e do Rio Uruguai. A demarcação territorial se dava, então, pela **ocupação do espaço**, através de expedições exploratórias (para saber onde existiam riquezas naturais, inclusive grupos indígenas) seguidas de fundações de sedes militares lusitanas (OLIVEIRA *et al*, 2003; AGUIAR, 2006).

No século XVIII, vinculado a este projeto de expansão territorial, **um caminho pelo litoral foi aberto com o objetivo de ligar a Colônia do Sacramento à Laguna** (no Estado brasileiro de Santa Catarina), o que foi fundamental para o estabelecimento dos primeiros núcleos populacionais na porção nordeste do litoral gaúcho. Torres representava a comunicação mais direta com o resto do país, por esse motivo chamada de "porta de Torres" por Balduino Rambo (2000, p.53). Lá foram construídos fortes e guardas com o objetivo de barrar a passagem dos espanhóis: "As Torres, por muitos anos, nada mais eram do que uma simples passagem do norte para o sul. Como era a divisa da Província, havia ali um pequeno posto para a contagem de carretas, dos cargueiros e das pessoas que ali passavam. Uma espécie de posto fiscal" (SELAU, 1995, p.12).

Por volta de 1770, foi instalado na região – **corredor de passagem de tropeiros** – um posto fiscal logo transformado em Guarita Militar da Itapeva e Torres. "Devido à sua situação geográfica, esse local mostrava vantagens estratégicas, sendo também menos contornável pelos contrabandistas que seguiam até Laguna" (OLIVEIRA *et al*, 2003, p.19).

A colonização luso-brasileira estável no nordeste do Rio Grande do Sul foi iniciada em Torres, canalizando-a para o interior, sempre ao sopé da encosta do planalto. A região foi paulatinamente apropriada por sesmarias e datas nas planícies litorâneas e aluviais nos entornos das lagoas, bem como nas colinas arenosas, **não significando,**

entretanto, que os campos tenham sido densamente ocupados e que o número de habitantes tenha sido considerável (DUARTE & BENCKE, 2006).

Descendentes de imigrantes alemães e açorianos, vindos de Santa Catarina (do Desterro, atual Florianópolis, e de Laguna), começaram a se instalar na região conhecida como "Grande Torres" (DUARTE & BENCKE, 2006). A Grande Torres fazia parte do território administrativo do município de Santo Antônio da Patrulha e corresponderia atualmente ao município de Torres (desmembrado em 1878 de Conceição do Arroio, hoje Osório) e aos municípios deste emancipados: Arroio do Sal (emancipado de Torres em 1988), Três Cachoeiras (1988), Morrinhos do Sul (1992), Três Forquilhas (1992), Mampituba (1995) e Dom Pedro de Alcântara (1995).

A segunda fase do povoamento da Grande Torres, já no século XIX, também estava ligada ao projeto de expansão territorial em direção ao Rio da Prata. **Migrações** envolvidas direta ou indiretamente pelas Guerras Cisplatinas aceleraram o povoamento na Grande Torres, principalmente os Guarani missioneiros e os imigrantes alemães, com o objetivo de **ocupação territorial** e munício das tropas imperiais que rumavam em direção ao sul. Com o **intuito de acabar com o isolamento da região**, duas estradas que faziam a ligação com a região dos Campos de Cima da Serra foram abertas: uma pela margem direita do Rio Mampituba e outra pelo vale do Rio Três Forquilhas (OLIVEIRA *et al*, 2003).

Em 1824, com a chegada dos primeiros imigrantes alemães na Colônia São Leopoldo, o primeiro Presidente da Província decidiu criar uma colônia também em Torres. Francisco de Paula Soares, comandante do Destacamento Militar de Torres, foi nomeado organizador e diretor da colônia alemã de Torres (DUARTE, BENCKE, 2006). Em 1826, os cerca de 400 colonos **viajaram** de Porto Alegre até Torres: pelo Lago Guaíba, entraram na Laguna dos Patos e depois na Lagoa do Casamento. Aportaram em Capivari, onde fizeram o transbordo de seus pertences para 16 carretas e seguiram pelos campos em direção ao Rio Tramandaí, cuja travessia era bastante perigosa. De lá, prosseguiram pelos campos litorâneos através do **antigo caminho** entre a faixa de lagoas e o oceano, que coincide, aproximadamente, com a atual Rodovia RS-389, a Estrada do Mar (OLIVEIRA *et al*, 2003).

Os agricultores receberam lotes agrícolas de 77 hectares, ferramentas e animais domésticos. "Devido à inexistência de uma grande área devoluta que pudesse abrigar todas as famílias, a Colônia Alemã de Torres foi a primeira experiência de divisão dos imigrantes de acordo com o credo religioso" (OLIVEIRA *et al*, 2003, p.24). **Separados conforme suas religiões**, os protestantes formaram a Colônia de Três Forquilhas e os católicos, por sua vez, foram inicialmente para a estrada de Mampituba, posteriormente junto ao Rio Verde e, finalmente, na área entre as lagoas do Morro do Forno e do Jacaré,

construindo a **Colônia de São Pedro de Alcântara** (atual município de Dom Pedro de Alcântara) (DUARTE & BENCKE, 2006).

Com a criação do Estado do Uruguai (em 1828) e a pacificação temporária das disputas na região do Prata, o litoral norte do Rio Grande do Sul e o litoral sul de Santa Catarina perderam importância estratégica e econômica para o Brasil. A barra do Rio Grande era utilizada para a exportação de produtos tanto das charqueadas de Pelotas quanto das colônias do Vale dos Sinos, via Lagoa dos Patos. Os caminhos terrestres que ligavam o Rio Grande do Sul ao restante do Brasil, por sua vez, passavam pela região dos Campos de Cima da Serra.

Com o deslocamento do comércio do Rio Grande do Sul para outros eixos, o **litoral norte ficou isolado**. A porção nordeste do Rio Grande do Sul foi então limitada a uma economia quase de subsistência, mantendo-se apenas como uma alternativa de passagem para Santa Catarina e lutando pela colocação no mercado de seus três produtos de valor comercial: açúcar, cachaça e farinha de mandioca. Este isolamento é uma chave para a compreensão de vínculos territoriais em Dom Pedro de Alcântara.

Em 28 de dezembro de 1995, pela Lei nº 10.647, Dom Pedro de Alcântara, localizado na base da encosta do planalto, emancipou-se de Torres⁴⁰.

⁴⁰ Para informações mais detalhadas sobre a cronologia da ocupação histórica da região litorânea do Rio Grande do Sul, consultar Oliveira *et al*, 2003. A obra reúne uma rica compilação de referências sobre a história dos municípios do litoral norte do Rio Grande do Sul e da região no seu todo. Sugiro também consultar Aguiar, 2006 (Dissertação de Mestrado em Geografia - UFSC).

2.4 Do território aos vínculos: ocupação, uso e imaginário

“ **Viajante:** Qual o nome desta aldeia?

Ancião: Não tem nome. Nós a chamamos apenas de "a aldeia". Algumas pessoas a chamam de Aldeia dos Moinhos de Água.

Viajante: Todos os aldeões moram aqui?

Ancião: Não. Moram em outros lugares.

Viajante: Não tem eletricidade aqui?

Ancião: Não precisamos dela. As pessoas se acostumam com a conveniência. Açam que a conveniência é melhor. Jogam fora o que é realmente bom.

Viajante: Mas e a iluminação?

Ancião: Temos velas e óleo de linhaça.

Viajante: Mas a noite é tão escura.

Ancião: Sim. A noite tem de ser assim. Por que a noite deveria ser clara como o dia? Eu não gostaria de não conseguir ver as estrelas à noite.

Viajante: Vocês têm arrozais, mas não tem tratores para cultivá-los?

Ancião: Não precisamos deles. Temos bois e cavalos.

Viajante: O que usam como combustível?

Ancião: Lenha, principalmente. Não achamos certo cortar árvores, mas bastam aquelas que caem sozinhas. Nós as cortamos e as usamos como lenha. E, se você fizer carvão com a madeira, poucas árvores gerarão tanto calor quanto uma floresta inteira. Sim, e o esterco de vaca também é um bom combustível. Tentamos viver do modo como o homem vivia antigamente. É o modo natural de viver. Hoje em dia, as pessoas se esquecem de que elas são só uma parte da natureza. Destroem a natureza da qual nossa vida depende. Açam que sempre podem criar algo melhor. Sobretudo os estudiosos. Eles podem ser inteligentes, mas a maioria não entende o coração da natureza. Eles só criam coisas que acabam tornando as pessoas infelizes. Mesmo assim, orgulham-se tanto de suas invenções. E, o que é pior, a maioria das pessoas também se orgulha. Elas as vêem como milagres. Idolatram-nas. Elas não sabem, mas estão perdendo a natureza. Não percebem que vão morrer. As coisas mais importantes para os seres humanos são ar limpo e água limpa, e as árvores e plantas nos dão isso. Tudo está sendo sujado, poluído para sempre. Ar sujo, água suja, sujando os corações dos homens.

”

(Diálogo do último conto do filme "Sonhos", de Akira Kurosawa, 1990)

Eu poderia dizer, sem exageros, que este diálogo é uma *metáfora* daqueles que tive a oportunidade de viver com Prof. Álvaro Heidrich através desta pesquisa. Especialmente no início, minha postura era a de uma viajante em plena curiosidade pelo conceito de vínculos territoriais (HEIDRICH, 2004), por ele desenvolvido: Eu, inquietada, tentando encontrar contradições; o Professor, subvertendo as ideias sem destruí-las.

Em um diálogo sobre sua trajetória na reflexão sobre o conceito de vínculos territoriais, Heidrich citou quatro movimentos. Esta periodização, no entanto, é apenas uma opção didática, pois é possível encontrar indícios de uma lente teórica dos vínculos territoriais nos mais diferentes trabalhos desenvolvidos pelo autor. O texto que segue é uma tentativa minha de “pintar um retrato” do principal instrumento analítico desta pesquisa, inseparável da trajetória acadêmica de seu autor.

O **primeiro movimento de reflexão sobre o conceito de vínculos territoriais**, segundo o próprio autor, foi a pesquisa publicada nos Anais do 8º Encuentro de Geógrafos de América Latina, ocorrido em 2001 na capital chilena, intitulada “Territorialidade de exclusão e inclusão social: relações da sociedade com o espaço em situações de pobreza e de construção de vida econômica e de consciência” (HEIDRICH; CARVALHO, 2001). O foco da reflexão estava na relação existente entre o problema da exclusão social e o espaço. A partir do reconhecimento de certa territorialidade da questão, cada território constituiria expressão das integrações das quais participam os grupos sociais. A partir do estudo de quatro exemplos segundo a situação de exclusão ou inclusão social⁴¹, vínculos com o território foram pensados como uma humanização do espaço enquanto condição oposta à natureza: “são vínculos com os quais a humanidade se desnaturaliza, criando o espaço humanizado - o território e as formações sócio-espaciais” (p.75). Apropriação, valorização e consciência constituiriam fundamentalmente os vínculos territoriais:

Tal qual as amplas referências das integrações sociais, tais vínculos consistem fundamentalmente em três expressões: apropriação, valorização e consciência. A apropriação do espaço consiste na criação dos territórios em seu duplo sentido de posse e adequação. A valorização do espaço, na prática humana, social, da transformação do espaço, na criação de estruturas e lugares ligados à sobrevivência, no trabalho, na habitação, etc. A imaginação do espaço refere-se a uma consciência e um sentimento de pertencimento a um lugar ou território, consiste no campo da identidade e relaciona-se com a intencionalidade com a qual se faz a representação de nossas ligações, constroem-se os mitos e se definem os agrupamentos humanos (HEIDRICH; CARVALHO, 2001, p.75).

Assim, um reforço dos vínculos territoriais possibilitaria uma inclusão territorial através de ações de apropriação, transformação e consciência do espaço: “Constitui um caminho de construção da desalienação, de participação consciente na integração

⁴¹ Situações: 1) limites de pobreza; 2) de assentamentos urbanos e economia popular; 3) de acampamento e assentamento rural; 4) de agricultura ecológica.

política-economia-cultura, de condução da vida. O sujeito social se completa nessas dimensões. Nela, tem a sua existência circunscrita” (p.80).

O **segundo movimento de reflexão sobre o conceito** foi o artigo intitulado “Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social” (HEIDRICH, 2004), cujo objetivo foi o de expressar relações conceituais entre territorialidade estatal e microterritorialidades humanas. Para construir a argumentação, foram enfatizadas as dinâmicas de integração, regionalização ou regionalismo, fragmentação e desterritorialização.

O princípio da territorialidade estaria ligado ao início de uma libertação dos “imperativos originais do espaço”, em que “vivência em grupo, permanência e repetição de trajetos podem ser reconhecidos como uma ponte entre o puro espaço e o território” (p.38). O território, efetivamente, existiria quando apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação caracterizassem uma relação social através do espaço:

É importante reconhecer o princípio da territorialidade como uma possibilidade aberta e pertinente à relação das sociedades com o espaço, quando ocorrer tentativa e a necessidade da apropriação, de conquistar certa exclusividade do uso territorial ou exercer por meio da demarcação o domínio sobre os demais (HEIDRICH, 2004, p.63).

Seis situações territoriais são pensadas, em que a cada uma corresponderia um conjunto específico de vínculos territoriais, traduzidos por diferentes níveis de inclusão: territorialidades locais (comunidades locais não integradas) (p.39); comunidades locais inseridas em territórios não integrados (p.42); territórios integrados (p.43); integrações regionais e internacionais (p.49); integrações globais (p.51); e integração socioespacial fragmentada, composta por distintos âmbitos de coesão social e solidariedade, em um mesmo eixo local (p.52).

Neste artigo, reencontramos os constituintes fundamentais dos vínculos territoriais:

A condição humana de estar no espaço pressupõe ter acesso a um lugar, relacionar-se, realizar a transformação e ter a consciência disto. Assim, se levarmos em consideração as mais amplas referências das integrações sociais, tais vínculos podem ser apreendidos por expressões como: apropriação, valorização e consciência. [...] os *vínculos territoriais* são resultantes das ações ou práticas sociais de condução e representação da vida. Dependem, portanto, de uma relação com as externalidades, com os vários âmbitos da integração socioespacial, que nos dirá sobre a sujeição a tais, que implique em desterritorialização e re-territorialização dominantes ou, construção de territorialidades autocentradas (HEIDRICH, 2004, p.56;63). [grifos do autor]

A fragmentação espacial a partir da fragmentação social está presente neste artigo enquanto intensificação da formação de redes ligadas à acessibilidade ao meio técnico-científico-informacional: “Ocorrem rupturas na solidariedade territorial, pois partes da sociedade se ‘descolam’ de seus territórios, desenvolvem vínculos com lugares distantes e assim se afastam dos cotidianos locais” (p.64).

Em Dom Pedro de Alcântara, encontrei um claro exemplo desta lógica: agricultores com vínculos territoriais ligados à modernidade mantêm redes de solidariedade com agricultores de outros municípios (como Torres, com maior infraestrutura), enquanto agricultores com vínculos territoriais ligados à agroecologia mantêm redes de solidariedade com vizinhos. No primeiro exemplo, “a contiguidade espacial tende a ser substituída por tempos compartilhados” (HEIDRICH, 2004, p.64).

O **terceiro movimento de reflexão** foi a publicação intitulada “Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza” (HEIDRICH, 2009a). O conceito de vínculos territoriais ganhou destaque e reflexões presentes nos artigos anteriores foram aprofundadas. O artigo discute sobreposições territoriais entre Unidades de Conservação e vínculos territoriais anteriores. Para tratar de Unidades de Conservação, é utilizada a definição de Robert Sack (1986) de território, através do qual se visa manter o controle sobre recursos, pessoas e suas ações.

Neste artigo há uma distinção entre território e paisagem:

O território e a territorialidade consistem em expressão geográfica que não são simples ocorrências, posição ou distribuição de objetos no espaço. Não é simples paisagem. Trata-se da ocorrência pertinente a ação. Ação que permite fixação, separação, uso, posse. Elas são o elo entre o ator e o objeto, resultam nas marcas objetivadas pela busca do domínio sobre o espaço (HEIDRICH, 2009a, p.274-275).

A compreensão do território enquanto “território usado”, a partir de Milton Santos, reconecta o conceito ao espaço geográfico. Território é uma lógica de relação que faz parte do espaço geográfico. Espaço, aqui, é compreendido enquanto um híbrido, e não apenas um *local*, um cenário, algo *anterior* ao território⁴².

Considerando a utilização do conceito de paisagem em diversos estudos sobre fragmentação e corredores ecológicos, aproveito para justificar minha opção por não utilizá-lo: “Não existe dialética possível entre formas enquanto formas. Nem, a rigor, entre paisagem e sociedade. A sociedade se geografiza através dessas formas, atribuindo-lhes uma função que, ao longo da história, vai mudando” (SANTOS, 2002, p.107). Assim, na pesquisa optei por utilizar o conceito de espaço geográfico ao invés de paisagem:

O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais. [...] Em cada momento, em última análise, a sociedade está agindo sobre ela própria, e jamais sobre a materialidade exclusivamente. A dialética, pois, não é entre sociedade e paisagem, mas entre sociedade e espaço. E vice-versa (SANTOS, 2002, p.107;110).

Ao pensarmos sobre uma lógica territorial moderna, é importante frizarmos que tem mais a ver com uma racionalidade específica do que com uma realidade de condição inescapável, “sem alternativa”. A vida dos homens não ocorre deslocada da vida dos

⁴² Cf. a célebre citação de Claude Raffestin (1993[1980]) de que “O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si”.

demais seres vivos; é uma relação de poder entre seres humanos e demais seres vivos, e não apenas entre seres humanos. Esta linha de raciocínio é acolhida pela definição de território por Milton Santos:

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra *territorialidade* como sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence...* esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa idéia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem (SANTOS; SILVEIRA, 2003[2001], p.19). [grifos do autor]

É importante, assim sendo, salientar diferenças entre territorialidades humanas de territorialidades “biológicas”, ligadas ao instinto de sobrevivência enquanto ser natural (aqui entendido em sua integralidade), para elucidar ligações a uma sobrevivência enquanto um ser social específico⁴³: “Territoriality in humans is best thought of not as biologically motivated, but rather as socially and geographically rooted”⁴⁴ (SACK, 1986, p.2). Por isso, territorialidades humanas diferem de acordo com as relações sociais: “Its use depends on who is influencing and controlling whom and on the geographical contexts of place, space, and time. Territoriality is intimately related to how people **use** the land, how they **organize themselves** in space, and how they **give meaning** to place”⁴⁵ (SACK, 1986, p.2 - grifos meus). As necessidades criadas em nossa sociedade capitalista cada vez mais se distanciam das necessidades de sobrevivência enquanto seres naturais. Um exemplo é encontrado em Dom Pedro de Alcântara, em que muitos agricultores optaram por converter seus cultivos a técnicas agroflorestais por motivos de saúde.

Parte-se de que toda relação é uma relação de poder. O poder não pode ser armazenado, só existe em sua efetivação: “enquanto a força é a qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam” (ARENDR, 2005[1958], p.212). Assim, considerado enquanto potencialidade, o poder existe apenas na relação. Na mesma lógica, a territorialidade humana pode ser ativada ou desativada, enquanto entendida como uma estratégia espacial para afetar, influenciar ou controlar pessoas pelo controle de uma área (território) (SACK, 1986, p.1-2;19). Heidrich complementa (2009a, p.274) em seu artigo:

⁴³ São raros os exemplos de espécies animais que matam indivíduos da mesma espécie. Entre a espécie humana, no entanto, são diversos os casos. Portanto, não ajuda a compreensão relacionar lógicas territoriais de animais que matam por sobrevivência biológica com lógicas territoriais de seres humanos que matam por sobrevivência social. São nitidamente lógicas diferentes.

⁴⁴ Tradução livre: Territorialidade em seres humanos é melhor pensada não como biologicamente motivada, mas sim como socialmente e geograficamente enraizada.

⁴⁵ Tradução livre: A sua utilização depende de quem está influenciando e controlando quem e nos contextos geográficos de lugar, espaço e tempo. Territorialidade está intimamente relacionada à forma como pessoas usam a terra, como se organizam no espaço e como dão significado ao lugar.

Isto quer dizer que o território não é um fato definitivamente conquistado, há condições para seu surgimento que podem ser insatisfatórias a sua manutenção, à permanência. Precisa-se ocupar, ter posse, fazer uso e conceber a ocupação e o uso. Ocupação, uso e representação são, por isso, aspectos constituintes da relação de poder que produz o território. Se o limite é um aspecto banal da territorialidade, a objetividade daquilo que se quer delimitado, na extensão dominada é o espaço impregnado de geografia.

Um exemplo em Dom Pedro de Alcântara é o de um agricultor que converteu sua lavoura convencional ao sistema agroflorestal pela promessa de autonomia ao ingressar em um grupo de agricultores ecologistas. Ao concluir que o grupo não caracterizava uma cooperativa e, sim, “algo particular” (P14a), sua vontade era a de voltar ao cultivo convencional.

O **quarto movimento** foi a entrevista concedida à Revista Formação, intitulada “Territorialidade humana: memória, representação e consciência” (HEIDRICH, 2007). Na entrevista, Heidrich compartilha sua trajetória na Geografia, desde a escolha pelo curso universitário, a influência de autores em sua formação (dentre estes, destacou Milton Santos e Ariovaldo Umbelino de Oliveira) e as pesquisas recentes.

Relata sua pesquisa de mestrado, na qual observa que as cooperativas agrícolas serviram de instrumento para viabilização do crédito em um contexto de criação de vínculos com o mercado internacional. Enquanto Professor da atual UNIJUÍ, trabalhou em um projeto de extensão que visava “[...] criar e consolidar alternativas de produção na agricultura que possibilitassem a permanência dos segmentos rejeitados ou afetados pela modernização” (p.3). Nestes exemplos, é possível observar reflexões sobre vínculos territoriais alternativos à lógica moderna.

Ao trabalhar pensando o espaço mundial e sua organização, especialmente após o ingresso como Professor no Departamento de Geografia/UFRGS, a categoria território ganhou importante relevância em sua trajetória intelectual. A partir de sua Tese de Doutorado⁴⁶, orientada por Antônio Carlos Robert de Moraes, cultura e representações sociais passaram a ser recorrentes em seus estudos:

Hoje, nos meus trabalhos tem sempre um pouco do que vem sendo chamado de Geografia Cultural, das representações, mas também de modo muito presente o instrumento da análise territorial, análise da categoria território, como um jeito de fazer a Geografia, uma forma de pensar a Geografia (HEIDRICH, 2007, p.4).

O território é pensado como “[...] produto de uma relação da sociedade com o espaço” (p.4). A territorialização, nesta lógica, é uma transição do humano para o social, transição produtora de espaço, que o configura como território. Destaca a importância do *uso* no estabelecimento de territórios, pois “se alguma matéria do espaço tem utilidade, aquilo tem valor, então tem uso e valorização” (p.5). Destaca também a incompletude de

⁴⁶ Trabalho posteriormente publicado pela Editora da Universidade/UFRGS (HEIDRICH, 2000).

uma relação com o espaço que esteja frágil nas dimensões ocupação (ou posse), uso ou consciência, pois toda relação territorial está sujeita à probabilidade do poder.

Ao abordar as mais diferentes possibilidades do conceito de territorialidade enquanto ferramenta analítica, expressa a relevância da Geografia enquanto campo teórico:

Por isso vejo um momento riquíssimo para a Geografia, para se dar conta da explicação, da pesquisa, do conhecimento, dessas múltiplas territorialidades, num tempo que parece que os territórios se desmancham, que são produzidos múltiplos outros territórios, que a função da técnica permite a invenção de novas espacialidades, nas quais se produzem outras relações com essas espacialidades, portanto, possivelmente outros territórios. Há um caminho teórico muito rico e polêmico, mas há uma empiria significativa para darmos conta de conhecer uma geografia que é desse tempo, que é de agora, uma geografia de transformação mundial, uma geografia de ressignificação de territórios locais, de uma geografia cultural de enormes distâncias. Acho que temos um compromisso muito importante (HEIDRICH, 2007, p.5).

Outra questão abordada é a das *fraturas socioespaciais*, que é uma das manifestações da fragmentação socioespacial em que vínculos anteriores são rompidos:

A fratura combinada com a técnica estabelece elos de ligação social na distância e bloqueia os elos de ligação social na proximidade. Vivemos situações que são completamente distintas umas das outras, passa-se ao lado, cumprimenta-se, tem-se uma relação impessoal, de troca, pelo uso da moeda, dos documentos formais, mas não de significações, de simbolismos e de afetividades. Tudo isto diz respeito a uma mesma sociedade, mas no seu cotidiano tem havido muito estranhamento. Há formas geográficas em que isto se apresenta com evidência, como a tendência de se morar em condomínio fechado. São formas segmentadas de realização do cotidiano, do lazer, do consumo, etc.. Vejo isso como um grande problema, porque nos leva para o artificialismo que destrói o que é mais significativo da dimensão humana, que é a relação com o outro. Bom, se isso é o normal, onde e qual é o âmbito que a gente se encontra? Onde se faz o pacto? Onde está a coesão? É no plano universal? Acho que ainda não existem respostas completas, mas um caminho é a compreensão, o outro caminho acho que é a solidariedade. Milton Santos nos chamou atenção sobre isso. Hoje ela está rompida, por causa da possibilidade técnica. Se essa solidariedade que conhecemos foi arrebatada, qual é a possibilidade alternativa? Qual é a relação com o outro? Uma maneira de lidar com isso é estudar, compreender, elaborar a crítica e pensar em formas de sociabilidade, de articulação e de compreensão. Com isso, quero dizer o seguinte: se a técnica e a fratura rompem vínculos anteriores, como se pode agir para a inclusão social, para permitir que a ocupação, o uso e a representação sejam meios de fortalecer a relação de um com o outro (HEIDRICH, 2007, p.6).

Enquanto construção teórica, sustenta que “[...] a natureza do espaço social [cf. Bourdieu] e a condição da fratura possibilitariam compreender uma única geografia em planos distintos, atravessados e que não possuem coesão” (p.6-7). Neste sentido, “Trabalhar com mais detalhamento as representações, que tem a ver com o estranhamento do social e com a compreensão dos significados em função de realidades culturais distintas” (p.7).

*

Estudar o conceito de território provocou uma questão crucial: **como desalienação e desnaturalização poderiam estar associadas?** Como poderíamos estar mais conscientes de nossa condução da vida ao mesmo tempo em que nos desconectamos de nossa condição enquanto natureza?

A partir da frequência constante do termo “dominação” nos conceitos de território⁴⁷, concluí em determinado momento que lógicas territoriais só poderiam estar associadas a formas “doentes”, ligadas à violência, de se relacionar espacialmente. Após conversas com Prof. Álvaro, compreendi que o conceito de território, especialmente relevante por considerar o poder como elemento central, pode provocar incompreensões quando pensamos a partir de uma lógica territorial de pensamento, se assim podemos dizer. Ao invés de auxiliar na compreensão sobre o conceito de espaço geográfico, que como vimos é um híbrido, pode reivindicar uma distinção deste conceito. Assim como a territorialidade humana definida por Robert Sack (“[...] a human strategy to affect, influence, and control” - 1986, p.2), teorias sobre território podem estabelecer um limite que o distingue conceitualmente do espaço geográfico, comunicar sua distinção através de teorias e reforçar o controle sobre a compreensão a partir da ausência de informações.

Para Heidrich, no entanto, território não é sinônimo de violência, pois é contraditório: ora segregador, ora acolhedor. A vida humana é uma experiência também territorial, em que há marcação e demarcação. Em territorialidades ligadas à lógica moderna há uma predominância de demarcação do espaço, enquanto em lógicas ligadas à natureza há maior marcação no espaço. Enquanto seres híbridos, dicotomias não passam de ilusões, ainda que grupos humanos se favoreçam da publicação de dicotomias (entre o *bem* e o *mal*, por exemplo) para manipular informações. Exemplos de lógicas que valorizam a marcação do espaço, ao invés da demarcação, estão cada vez mais presentes. Em Dom Pedro de Alcântara, dois exemplos se destacaram: conheci pessoas que migraram de uma agricultura ligada à Revolução Verde (com alto consumo de agrotóxicos) para sistemas agrofloretais (que consorciavam plantas e insetos nativos no fortalecimento dos cultivos); assim como pessoas que plantam segundo uma agricultura chamada “convencional” de forma bastante preocupada e responsável em termos ambientais (Elo III).

Esta hibridização pode ser encontrada inclusive em afirmações que, a princípio, parecem dicotômicas. O conceito de território no primeiro artigo citado (HEIDRICH; CARVALHO, 2001), por exemplo, estava vinculado a uma compreensão de *domínio humano (civilizatório)*:

⁴⁷ Para aprofundar a reflexão sobre os caminhos do conceito de território, consultar HAESBAERT, 2004b; SAQUET, 2007; HEIDRICH, 2009b; HEIDRICH & HEIDRICH, 2010.

A primeira ação que transforma a condição original em relativa, consiste na apropriação humana das condições naturais da existência. Trata-se, verdadeiramente, da *humanização* do espaço: pela criação do território. Embora esta humanização não elimine a ocorrência absoluta e natural, significa impor um domínio [grifo meu] sobre imperativos como extensividade, contiguidade, coexistência, entre outros (HEIDRICH; CARVALHO, 2001, p.75).

Esta compreensão estava em consonância com a citação a seguir, retirada do livro "Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho" (originado de sua tese de doutorado):

A invenção do território - *uma demarcação humana* - não elimina a ocorrência absoluta, única e indivisível do espaço, se o considerarmos como a total amplitude das possibilidades de localização de seres e objetos, bem como das possibilidades de relações entre os mesmos. Por outro lado, consiste exatamente na maneira com a qual as civilizações se libertam desta condição de existência. No sentido oposto, a demarcação de territórios tem por fim impor o *domínio humano (civilizatório) sobre a existência em geral*, tanto sobre as condições de extensividade, como sobre as de contiguidade e vizinhança, entre outras. [...] Enquanto a constituição de *habitats* consiste na recriação da natureza como espaço humanizado, a constituição de territórios significa a instauração do domínio de uma dada civilização sobre a sua existência material em relação à de suas congêneres (HEIDRICH, 2000, p.24-25;26 - grifos do autor).

A compreensão de território, imposição de um domínio de uma dada civilização e demarcação humana aparece associada. Uma distinção entre território e natureza é recorrente, geralmente justificada pela diferenciação entre *dominação*, que é poder sobre *peças*, e *domínio*, que é poder sobre o espaço (que tem forma e se expressa como paisagem). No próprio texto, podemos encontrar *brechas* que apontam uma compreensão híbrida.

Uma destas brechas está na apresentação de situações de agricultura ecológica enquanto possibilidades de rupturas com a territorialidade "moderna", em que "as comunidades de agricultores ecologistas têm, por seu turno, um forte vínculo de consciência territorial, de compreensão de sua existência ligada à natureza e ao sentido da vida" (HEIDRICH; CARVALHO, 2001, p.79). Eis uma brecha para pensarmos a *desnaturalização* enquanto uma característica de uma territorialidade ligada à lógica moderna, coexistindo outras lógicas territoriais. Outra brecha é a afirmação sobre a tríade dos vínculos com o território (apropriação, valorização e consciência): "Elas seriam expressões das relações do humano com a vida, com a sociedade e com a natureza" (p.75).

Após três experiências, meu entendimento sobre ideias de Heidrich se ampliou. Ler Erich Fromm (1979[1976]), o aprendizado sobre Shaolin do Norte e o filme Gran Torino (2008)⁴⁸ me auxiliaram a compreender diferenças entre lógicas territoriais: aquela

⁴⁸ No filme "Gran Torino", de Clint Eastwood, um bairro dos subúrbios de Detroit, nos EUA, é ocupado em quase sua totalidade por pessoas de origem asiática. Teoricamente isso bastaria para que a paz reinasse (posto que seria uma reunião de iguais), mas como a lógica é de uma territorialidade moderna em que é preciso

baseada na *dominação da natureza* é doente, pois fragmenta-se da natureza. A violência da lógica territorial, assim eu entendo, não atingiria diretamente pessoas em sua generalidade, mas seres desprovidos, pelo imaginário de quem classifica, de humanidade segundo uma territorialidade moderna. Atingiria os seres que fazem parte da "natureza", os *não-normais*.

O estabelecimento e a manutenção de um território estão diretamente relacionados aos vínculos territoriais de determinada territorialidade. Participar de um território capitalista, por exemplo, pode ser através de relações de poder – para aqueles que compartilham suas territorialidades – ou de violência – para aqueles que têm suas territorialidades corrompidas. O capitalismo é resultado de vínculos territoriais que se utilizam do poder e, quando necessário, da violência para a manutenção territorial. Esta condição por si só não é permanente, mas existem inúmeros mecanismos para convencer parcela da humanidade de sua aparente permanência. Esta permanência se modifica no espaço, em que as rugosidades (SANTOS, 2002) são exemplos, de forma a adaptar a permanência das condições de competição. Traveste-se, assim, de acordo com territorialidades que a contrapõem, como o discurso em torno de questões ambiental, sexual, étnica. Isto sem perdermos de vista que se multiplicam exemplos de seres *não-normais*, que a lógica moderna perde força a cada dia.

Assim como ocorre com a valorização gradativa do conceito de "selvagem" ao de "civilizado", há em geral a ideia de um gradiente evolutivo entre "espaço" e "território". Considerar a condição territorial moderna como fato dado e irreversível é ignorar a diversidade da vida, especialmente humana, neste planeta. Apesar do poder da *mundialização* (hegemonia de racionalidades ligadas à ideologia neoliberal) e da abrangência do meio técnico-científico-informacional (expressão geográfica da mundialização - SANTOS, 2002), existem diversas relações territoriais não-capitalistas, como é o caso dos faxinais (TAVARES, 2008). Neste caso, por sua vez, há necessidade de demarcação e comunicação dos limites para assegurar um uso diferente daquele associado à modernidade. Utilizar estratégias territoriais, portanto, não significaria diretamente uma ação violenta, pois, conforme me orientou Prof. Álvaro, "seria uma ignorância não utilizá-las quando a sobrevivência depende delas".

Ao relacionar o primeiro artigo ao segundo, outra questão crucial para a presente pesquisa foi provocada: **como representação e desalienação poderiam estar associadas?** Para compreendermos territorialidades ligadas à lógica moderna, o conceito de representação é bastante útil. De acordo com Sylvio Gil Filho⁴⁹ (2003, p.6), "a

diferenciar-se para identificar-se, quando cessa a existência de inimigos externos, a própria lógica começa a criar inimigos internos (dentro de uma mesma família) para que a lógica permaneça.

⁴⁹ Geógrafo brasileiro.

territorialidade está presente em qualquer representação social cuja intenção seja definir as fronteiras de controle e apropriação de determinada realidade social”.

Serge Moscovici⁵⁰ (2003) afirma que o conhecimento se dá através do universo reificado – exterior à vontade do indivíduo, onde se dão os desenvolvimentos das ciências, da política – e do universo consensual – que dá forma e torna as coisas acessíveis ao indivíduo. Embora distintos, podem transcorrer de um para o outro e, dessa forma, as representações sociais são criadas quando algo não familiar se torna familiar, através dos conceitos de ancoragem e objetivação.

A ancoragem é um processo que “transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada” (MOSCOVICI, 2003, p.61), para facilitar assim a interpretação e compreensão da “nova” realidade. A objetivação, por sua vez, acontece quando o indivíduo compara algo desconhecido com algo conhecido, possibilitando que haja significado para o mesmo.

No domínio da representação, segundo Sandra Pesavento⁵¹ (1995, p.15), as coisas ditas, pensadas e expressas têm outro sentido além daquele manifesto:

Enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a um “outro” ausente. O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente. Este processo, portanto, envolve a relação que se estabelece entre significantes (imagens, palavras) com os seus significados (representações, significações) (Castoriadis), processo este que envolve uma dimensão simbólica.

Sendo o real concretude e representação, para Cornelius Castoriadis⁵² a sociedade é instituída imaginariamente, uma vez que ela se expressa simbolicamente por um sistema de ideias & imagens que constituem a representação do real (CASTORIADIS, 1982).

Carlos Rodrigues Brandão⁵³ (1986, p.39), reconhecendo o papel das representações sociais na formação da identidade de categorias de pessoas tomadas como sujeitos de “grupos ideológicos”, destaca que “[...] não é fácil separar a dimensão individual da construção e do exercício cotidiano da identidade de sua dimensão social. Na verdade, de suas várias dimensões sociais e socialmente simbólicas”.

Brandão (1986) faz uma reflexão sobre o processo de inauguração e transformação da pessoa em diferentes sociedades, concluindo que pessoas são “seres coletivos” em sua individualidade. “Pessoa” é uma “ideia”, uma construção cultural, uma categoria ideológica, uma representação social. A pessoa é uma estrutura social e surge da experiência social: “[...] o sujeito transformado em pessoa é, ele mesmo, uma

⁵⁰ Psicólogo Social romeno (1925-), primeiro pensador a introduzir o conceito de representações sociais na psicologia social contemporânea.

⁵¹ Historiadora brasileira (1946-2009).

⁵² Filósofo, economista e psicanalista grego (1922-1997), viveu na França e foi importante defensor do conceito de autonomia política.

⁵³ Antropólogo brasileiro (1940-).

expressão individualizada da estrutura de símbolos do mundo social onde vive, [...] um ser representado em si mesmo” (p.15;17).

A identidade é um simulacro criado para auto-proteção diante de uma alteridade que ameaça, voltada para fora, considerando que “[...] um dos elementos mais essenciais para a consolidação da identidade é justamente o jogo dialético entre a semelhança e a diferença” (BRANDÃO, 1986, p.32). Surge a partir da realização da pessoa como sinal de conflitos, contrastes e diferenças: “Enquanto, na maioria dos estudos a respeito, a noção de *pessoa* aparece como um problema interno a uma cultura e aponta para o consenso, a de *identidade* tende a emergir como um problema de relações entre culturas e aponta para o conflito” (p.144 - grifos do autor).

Identidades são representações marcadas pelo confronto com o outro (toda relação é uma relação de poder), não apenas por oposição à do outro, mas para opor-se a ela, para estabelecer a diferença, “[...] maneiras como nações, povos e tribos elaboram para os seus indivíduos o imaginário que os transforma, afinal, em uma pessoa” (p.143). Há a consciência da continuidade individual no grupo no próprio indivíduo fazendo parte do grupo: “Uma identidade que é *dele*, como uma pessoa, mas que é também, fatalmente, a do grupo, *através dele*” (p.42 - grifos do autor).

É importante frizar que esta *não-normalidade* é um conceito presente nas mais diferentes situações. Em Dom Pedro de Alcântara, por exemplo, o *não-normal* pode ser tanto o agricultor ecologista segundo o agricultor convencional, quanto o agricultor convencional segundo o agricultor ecologista. É aquele que segue uma lógica diferente daquele que o julga (Elo III).

Brandão (1986, p.160-161) questiona uma existência real de identidade, alertando para os limites dos conceitos:

[...] o perigo de se criar categorias que, inicialmente úteis porque é menos fértil pensar sem elas, porque elas tornam transparente aquilo que, sem o seu poder de dizer, permaneceria opaco, na penumbra, acabam se tornando o próprio limite lógico do conhecimento da realidade a que se aplicam. Pior ainda, acabam servindo para dar uma realidade analítica aparente a alguma coisa que não é ‘assim’ na realidade da vida social e simbólica.

Segundo sua leitura de Claude Lévi-Strauss⁵⁴, a própria útil noção de identidade não existe mais do que como uma palavra. Não se trata de simplesmente eliminar todos os conceitos e teorias, mas de submeter seus sentidos epistemológicos e valores concretos de suas aplicações a situações de pesquisa e a uma crítica sistemática, pois

[...] sempre entre *eu* e *você*, entre *nós* e o *outro* será preciso compreender e explicar a razão da diferença, seu sentido e as suas transformações. [...] E, como sempre se repete, o que estará em questão, então, não será a realidade vivida onde tudo acontece, mas a própria capacidade que temos, através das palavras que criamos, de explicar de fato, e sempre de modo provisório, o que está acontecendo (BRANDÃO, 1986, p.164).

⁵⁴ Antropólogo e filósofo francês (1908-2009), considerado fundador da antropologia estruturalista.

O cotidiano torna-se, conforme sugerido por Brandão (1986), uma importante categoria de análise cultural. Considerando-se que “[...] quando se trata de uma qualquer cultura de minorias marcadamente étnicas, é em torno à afirmação ativa de tal etnicidade que os principais símbolos e poderes de orientação de tal cultura são estabelecidos e se articulam [...]” e que “[...] uma identidade qualquer só se torna ativamente presente na consciência e na cultura de sujeitos e de um povo, quando eles se vêem ameaçados de perdê-la [...]” (p.154), o estudo do **cotidiano** evitaria tornarmos a realidade dos processos de identificação, como descrição, em caricaturas. Isso porque as pessoas não estão preocupadas todo o tempo, em seus cotidianos, em estabelecer diferenças e reforçar em sua cultura aquilo que as expresse.

Claude Raffestin⁵⁵ (1993) afirma que a territorialidade é construída no cotidiano, onde se produzem os vínculos no território associados ao semelhante e à alteridade: “a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder” (p.161-162). No entanto, “é no lugar que se observa a fragmentação da solidariedade territorial, pois pelo seu eixo o indivíduo ou a comunidade apresentam os vínculos com todas as escalas” (HEIDRICH, 2004, p.57).

Dessa forma,

La territorialité humaine en tant qu'analyse de systemes de relations devient pour la géographie humaine un véritable paradigme qui peut permettre de trouver un interface entre sciences et quotidienneté, entre pratique et connaissance. Elle est, en tout cas, une instance référentielle dans la solution des problemes qui impliquent l'espace, lato sensu, comme bien rare⁵⁶ (RAFFESTIN, 1988, p.278).

Parte-se, portanto, do cotidiano, pelo que há de mais individual e de mais afetivo, para alcançar o que é sociológico; sem perder de vista que “a individualidade somente se realiza no grupo”, posto que “sozinhos ficamos livres, mas não podemos exercitar a nossa liberdade” (SANTOS, 1987, p.78-79). Segundo Agnes Heller⁵⁷ (1985[1970]), são partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação. A vida cotidiana é o conjunto de atividades que caracteriza a reprodução dos homens singulares que, por sua vez, criam a possibilidade da reprodução social. Na vida cotidiana, o indivíduo se reproduz diretamente enquanto indivíduo e reproduz indiretamente o complexo social (FALCÃO; NETTO, 1987).

⁵⁵ Geógrafo francês (1936-).

⁵⁶ Tradução livre: A territorialidade humana como análise de sistemas de relações torna-se para a geografia humana um verdadeiro paradigma que pode permitir encontrar uma conversão entre ciências e cotidianidade, entre prática e conhecimento. É, em todo caso, uma instância referencial na solução dos problemas que implicam o espaço, *lato sensu*, como bem raro.

⁵⁷ Socióloga húngara (1929-).

Conforme explicitou Heidrich (2007, p.6) em entrevista à Revista Formação, é necessário entender quais são as representações, tanto do lugar quanto do que é externo ao lugar, e como se encaixam num território maior.

No segundo artigo citado, Heidrich nos fornece uma brecha no raciocínio sobre território: os vínculos territoriais dependem de “[...] uma relação com as externalidades, com os vários âmbitos da integração socioespacial, que nos dirá sobre a sujeição a tais, que implique em desterritorialização e re-territorialização dominantes ou, construção de territorialidades autocentradas” (2004, p.63 - grifo meu).

Outra brecha, conforme relatado na entrevista à Revista Formação (HEIDRICH, 2007, p.4), está na curiosidade manifesta por entender mecanismos de hegemonia cultural, que fortalecem símbolos que são formas de dominação, que o levaram a sua Tese de Doutorado. Ainda nesta entrevista, ao tratar de territorialidades humanas, outra brecha se apresenta: “A concepção disso, de pertencer, o sentimento de estar pertencendo a um espaço (em alguns casos isso se consubstancia em identidade, em outros talvez seja **consciência** da própria realidade) completa essa relação” (p.5 - grifo meu).

Se substituirmos os conceitos de representação/identidade por *imaginário* (ideias já presentes no primeiro artigo⁵⁸), o conceito de vínculos territoriais, sempre híbrido, pode também nos ajudar a pensar territorialidades diferentes daquelas ligadas a lógicas modernas, a uma sociedade específica, qual seja, a capitalista:

O momento é cheio de uma totalidade. Somos alguém envolvido pelas coisas, envolvido pela água, envolvido pelo vento, pelos componentes físicos. O que me prende não é a nomenclatura dos elementos mas o próprio envolvimento. As coisas são assim: encontramos a última palavra, elas se acabam. Quando eu quero me ver livre, expressar tudo que tenho dentro de mim, lanço o quadro e aparece a imagem. Mas a imagem continua sendo um enigma outra vez. Pensamos que tudo apareceu revelado, e de fato revelou-se. Mas também não se revelou: está visível, mas continua o enigma. Eu apenas objectivei em forma o enigma que estava dentro. A interrogação continua. E a resposta não foi dada. (CAMARGO, 2009[1993-1994], p.32).

Assim, na análise do imaginário ou de um sistema simbólico, necessariamente deve-se levar em consideração as suas condições de produção e reprodução, isto é, os sistemas sociais no qual estão inseridos e sua função social. Não considerando isto, a análise pode assumir uma função ideológica, no mínimo, da neutralidade do intelectual e de suas produções⁵⁹.

*

⁵⁸ “A apropriação do espaço consiste na criação dos territórios em seu duplo sentido de posse e adequação. [...] A imaginação do espaço refere-se a uma consciência e um sentimento de pertencimento a um lugar ou território [...]” (HEIDRICH; CARVALHO, 2001, p.75).

⁵⁹ Cf. BOURDIEU, 1996[1994].

A construção do conceito de vínculos territoriais é uma hibridização dos conceitos ocupação, uso e imaginário. No Elo a seguir, esta hibridização conceitual auxilia uma compreensão de processos de isolamentos e conectividades na Colônia São Pedro de Alcântara.

ELO III



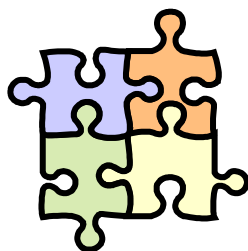
**DOM PEDRO DE ALCÂNTARA:
ISOLAMENTOS E CONECTIVIDADES NA "COLÔNIA"**

se o "com" some,
se não se vive com,
tudo é consumo,
com nada vivo.

se com, vivo
sem com, sumo.⁶⁰

Fotografia 3 - (CAPA DO ELO III) Município de Dom Pedro de Alcântara, em diferentes localidades. Fotografias de Ana Stumpf Mitchell, 2008.

⁶⁰ MITCHELL, 2009a.



Isolamento e conectividade fazem parte de uma realidade híbrida; sem fragmentações, não haveria necessidade de conectividade, e a própria conectividade é relativa aos parâmetros que a classificam. Um exemplo bem ilustrativo é o apresentado pela historiadora Nilza Huyer Ely (1999) sobre o Rio Três Forquilhas. O rio era considerado promotor de integração entre os imigrantes alemães, cujos lotes foram distribuídos ao longo de suas margens em 1826. Este mesmo rio passou a ser critério de divisão em 1848 entre as Freguesias de São Domingos das Torres e de Nossa Senhora da Conceição do Arroio, dividindo administrativamente a Colônia de Três Forquilhas. Do ponto de vista das territorialidades dos habitantes, “a Colônia ficou dividida, mas o rio jamais deixou de cumprir o seu papel de *integrador do Vale do Três Forquilhas*” (p.180).

Ao ler pela primeira vez o hino de Dom Pedro de Alcântara (letra e Música de autoria Eusébio Hahn Rodrigues), emancipado de Torres em 1998 e que permanece conhecido por Colônia São Pedro⁶¹, percebi a presença de elementos recorrentes nas entrevistas, destacados a seguir:

O **Progresso** virá nesta terra
 Nos braços fortes do trabalhador
 Quero paz, esperança e não a guerra
 Neste chão de tão puro esplendor

Alegria, a esperança chegou
 Num grito breve de **emancipação**
 E neste chão onde piso e eu vou
 Na bravura na alma o coração

⁶¹ Segundo José Kras Selau (1995, p.15), historiador autodidata da região, o nome “Colônia”, com o qual até hoje seus moradores denominam Dom Pedro de Alcântara, tem sua origem nos 25 hectares de terra, medida também chamada de “uma colônia de terra”, doados pelo Imperador D. Pedro I para a construção da sede comunitária.

Dom Pedro de Alcântara
Nossos Filhos irão te **orgulhar**
Por nascerem na terra tão amada
Onde as estrelas não param de brilhar

Tu és forte, bravo e valente
Lutarei e amarei com louvor
Por **acolher toda a nossa gente**
Oferecendo essa terra ao produtor

O sol sempre vai brilhar
Para quem luta inverno e verão
A riqueza da terra vai brotar
Produzindo em qualquer estação

Dom Pedro de Alcântara
Onde nasci e aqui quero ficar
E na **gruta** peço a minha Santa
Que a este povo possa abençoar

Estas questões estão presentes nas próximas páginas, a partir da reflexão sobre as polaridades *isolamento* e *conectividade* e seus correspondentes vínculos territoriais, geralmente ligados ao imaginário do significado de *atraso* e de *progresso*, respectivamente.

3.1 Territorializações de poderes locais: conexões que distanciam

“ *Importa, porém, caminhar hoje, amanhã e no dia seguinte.* – Jesus. ”

(LUCAS, 13:33⁶²)

O espaço geográfico que coincide com o atual município de Dom Pedro de Alcântara foi marcado por diferentes grupos humanos, como migrantes indígenas e imigrantes africanos e europeus. A religiosidade católica teve um papel significativo na construção da Colônia São Pedro de Alcântara desde o início: em 1826, o espaço foi territorializado a partir de uma inédita **divisão de imigrantes de acordo com o credo religioso**. Os alemães católicos foram destinados à Colônia de São Pedro de Alcântara, enquanto os alemães protestantes à Colônia de Três Forquilhas: “Já é outra comunidade, não é a mesma comunidade alemã nossa aqui, aqui é Colônia, todo esse município aqui pertence à mesma colonização alemã. E já fora, onde saiu fora do município praticamente já é onde tá fora da colonização” (P04a).

A divisão religiosa apresentou casos de exceções, como no caso dos dois pedreiros existentes, um em cada colônia: “Como os dois eram católicos, ficam evidentes as razões pelas quais haviam exceções para rígida separação confessional: as condições ditadas pelas necessidades superavam questões de fé” (WEIMER, 1999, p.216). Esta exceção é um exemplo de como os vínculos territoriais se constroem a partir da complexidade de usos, posses e imaginários.

Diferente dos protestantes, liderados pelo Pastor Voges, não havia uma figura religiosa que liderasse as famílias católicas. Por este motivo, Francisco de Paula Soares (organizador e diretor da colônia alemã de Torres) assentou estas famílias ao longo da estrada por ele aberta no vale do Rio Mampituba, às margens do Rio Verde, nas proximidades de Torres. Após uma inundação no vale, muitas famílias migraram para matas em morros próximos, especialmente nas áreas devolutas que havia entre as lagoas do Morro do Forno e do Jacaré (BARROSO, 1999; SELAU, 1999). As duas colônias pertenciam a dois territórios administrativos distintos: enquanto Três Forquilhas permaneceu ligada à Conceição do Arroio, São Pedro de Alcântara passou a pertencer à Freguesia de Torres, criada em 1837.

Informações levantadas contrastam uma possível perda de “**identidade alemã**” dos habitantes da Colônia São Pedro à sua convivência com descendentes portugueses de Torres (BARROSO, 1999), o que explicaria a presença maciça de edificações nos

⁶² In: EMMANUEL, 1950, p.51.

padrões luso-brasileiros (porta-janela) “com quatro, cinco janelas na frente, tudo emendado uma na outra” (P09b). Os colonos, sob outra perspectiva, não estariam preocupados com a manutenção de uma identidade:

[...] a preocupação de submeter à crítica lógica os categoremas do senso comum, emblemas ou estigmas, e de substituir os princípios práticos do juízo cotidiano pelos critérios logicamente controlados e empiricamente fundamentados da ciência, faz esquecer que as classificações práticas estão sempre subordinadas a *funções práticas* e orientadas para a produção de efeitos sociais [...] (BOURDIEU, 2009[1989], p.112).

É o exemplo da hibridização de técnicas de enxaimel alemão e português presente na Colônia Três Forquilhas que teria mantido, teoricamente, uma “identidade alemã”: os princípios estruturais das construções eram portuguesas, mas a aparência coincidia com os preceitos alemães, cujas peças estruturais são aparentes para que a madeira possa efetuar livre troca de umidade com o ambiente, diminuindo riscos de apodrecimento (WEIMER, 1999, p.221). Desta forma, técnicas portuguesas de enxaimel (para climas mais secos) foram adaptadas segundo técnicas alemãs (para climas mais úmidos):

Provavelmente porque a alternativa eleita foi a da simplicidade e eficiência: sem o rebaixo, as peças estruturais eram mais simples de serem produzidas e tornaram-se mais resistentes, aliado ao fato de que assim estariam mais bem adaptadas ao clima local, um dos mais úmidos do estado. A explicação para o fato, portanto, deve ter sido a de um pragmatismo objetivo que corria solto, sem recorrer a complicadas elucubrações teóricas (WEIMER, 1999, p.223).

Em relação à Colônia São Pedro, independente de uma “perda” ou não de características “identitárias alemãs”, podemos aferir que o imaginário católico se manteve presente. Apesar de não existir um pároco na Colônia para lhes assistir, colonos se organizaram para a construção de um **cemitério** - espaço sagrado onde os mortos são territorializados -, cuja autorização foi recebida do governo da Província em 1844 (SELAU, 1995).

A área reservada inicialmente à **sede da Colônia** era ao norte, junto à Lagoa do Jacaré, onde havia maior concentração de assentamentos. No período da construção do cemitério, a escolha foi transferida para o sul. José Krás Selau (1995, p.23) sugere que esta mudança de localização estaria provavelmente relacionada a lideranças locais da época, que moravam ao sul da Colônia. Famílias influentes conseguiram trazer o centro comunitário para a proximidade de suas residências, demarcando-o com a construção do cemitério, a partir de 1845. Essas famílias ficaram então com a área do Jacaré, em permuta (SELAU, 1999, p.18).

A sede comunitária se desenvolveu, portanto, mais afastada da maioria dos lotes da Colônia e mais próxima da via que a comunica com o exterior (figura 12). Caracteriza-se por ser um ponto de convergência de três vias na Colônia e ter um acesso principal retilíneo (Estrada do Pinheiro, também chamada de “Reta” ou “Retão”) a partir da atual Rodovia BR-101, originariamente a estrada das carretas a caminho de Laguna (primeira

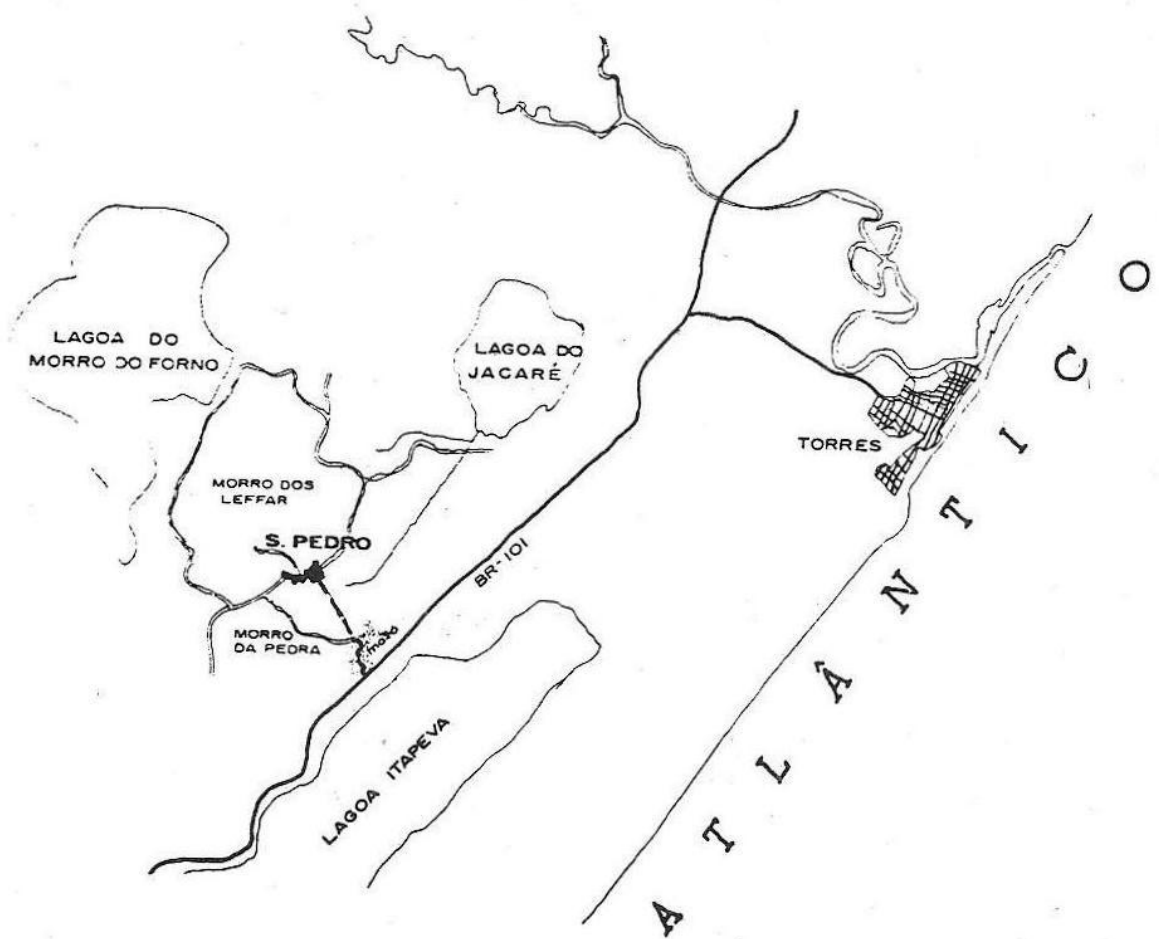


Figura 12 - Traçado do assentamento de Dom Pedro de Alcântara

Fonte: WEIMER, 1999, p.224.

picada do Estado do Rio Grande do Sul) ⁶³. Este atual acesso principal foi desenhado em uma área de banhado que foi aterrada, chamada "Valo da Malária" (figura 13):

P09b: Então aquela era uma área do Estado, aonde encosta no Professor, até o valo, que eles chamam de Valo da Malária, que é esse valo que atravessa aqui e vai embora pra baixo... [...] É, eles chamam Valo da Malária porque naquela época tinha o mosquito da malária e eles diziam que o mosquito se desenvolvia naquele banhado ali, então botaram o nome de Valo da Malária. [...] Então ali era do Estado, aqui do posto de gasolina ali, até encostar naquela costa daquele morro lá, era tudo terreno do Estado. Aí depois o pessoal que tava ali [...] foram meio se apoderando ali, e tomando conta e ninguém dizia nada, foram tomando conta... Uma quantidade muito bonita, deve dar o que, uns 200 hectares, 150, 200 hectares, até lá embaixo, toda essa área aqui que começa daqui do posto até o pegado da lombada, lá, encosta naquela pedreira lá e ali ia até... [...] É... essa reta passava por dentro do banhado, que ninguém entrava.

[...]

P09a: Aqui na reta, quando fizeram essa reta era coqueiro, né, Velho, mais tinha coqueiro [nativo]! [...] Aqui, todo trajeto da reta aqui, tanto é que quando eles fizeram a reta...

P09b: Todo estivado dentro. Era cortado tudo de uma vez e puxado de carroça, de carro de boi.

P09a: Aproveitaram os coqueiros que eles derrubaram, mas era fechado de coqueiro aí.

Pesquisadora: Então a estrada foi feita com os coqueiros que tinha.

P09b: Coqueiro, botava tudo que é madeira que tinha.

P09a: Porque era banhado ali.

P09b: Na época, o prefeito vinha patrolando pra ajeitar e de vez em quando aparecia umas quantas ponta de pau, aparecia aqueles toco de pau pra fora.

P09a: É porque petrifica, né, essas madeiras na [...] é assim acho, né, conforme a, como eu vou dizer...

Pesquisadora: Acho que leva muito tempo.

P09a: ...conforme a madeira.

P09b: Acho que não petrificou, não.

P09a: Não, Velho.

Pesquisadora: Acho que leva muito tempo pra petrificar.

P09a: Pode ser.

C05: Acho que era a madeira que era boa mesmo, daí ficou ali embaixo por mais tempo.

P09b: Não, ela se conserva melhor, madeira que é cerno, ela tava enterrada, se conserva anos e anos quando é cerno, madeira de cerno.

O novo acesso, uma alteração do acesso anterior, passou a ser um traçado literalmente mais curto entre o Centro e a Rodovia BR-101 (fotografia 4):

Inclusive essa reta aqui foi meu pai quem traçou ela, essa estrada antigamente passava por lá, ó, lá pelos [...] [P01a], e vinha pela Baixada... [...] só [se passava] de dia aquela. Aí, claro, essa aqui... [...] Isso deve ser

⁶³ Günter Weimer (1999) faz uma diferenciação entre o traçado da Colônia Três Forquilhas, descentralizado, e da Colônia São Pedro, centralizado. Segundo sua análise, estes traçados estariam diretamente relacionados às lógicas protestante e católica, respectivamente.



Fotografia 4 - Visão panorâmica das localidades Baixada e Centro a partir do "Retão" (Acesso Municipal - Sede do Município à Rodovia BR-101) - Município de Dom Pedro de Alcântara. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.

P05, técnico da EMATER de Dom Pedro de Alcântara, contou que no Porto Colônia e no Porto Fagundes transportava-se cachaça, banana, açúcar, farinha de mandioca. Os produtos chegavam ao porto de carro de boi e seguiam a Porto Alegre por barco a vapor.

P09b: Porto? Porto Colônia. E vou dizer uma coisa, eu tinha seis, sete anos, sessenta anos atrás, existia um porto, aí entrava os barquinho. Antigamente ia pra Porto Alegre o produto daqui da Colônia, justamente fazia aquela volta por lá e ali no Porto Colônia tinha um canal que o barquinho - não era barco grande, barquinho de vinte metros de comprimento - levava cachaça, levava banana, levava ate Osório e, de Osório, encostava ali, tinha um canal, aí vinha o barco, encostava dentro do canal e carregava ali mercadorias; tinha um casarão grande ali no porto [...] e a mercadoria ia de barco até Osório, [...] botava num caminhão e levava. [foi desativado] [...] mais ou menos nessa época aqui. Eu não cheguei a ver os barcos entrando e saindo, mas eu sei que funcionou até quando eu tinha uns seis ou sete anos que ouvia falar, né: "Levar a mercadoria pro Porto Colônia, pro barco".

P09a: Eu me lembro, que o pai dizia assim porque ele tinha um carrero, um carro de boi no caso, e ele ia lá pra Porto Alegre e as primeiras vezes ele ia a cavalo [...] pra comprar, ficava lá uma semana, sei lá quanto, e depois ele, a firma, despachava ate Osório, depois vinha de barco vapor. Eu me lembro que tecido vinha tudo em caixas, ele comprava muito também louças e coisas assim, né, e vinha tudo em caixas enormes de madeira.

P09b: E os nossos ônibus era tudo pela praia. [...] [outros portos] Só um tal de Porto Estácio, que vinha a ser lá na praia, mas eu não sei como aquilo funcionava, se era como o nosso aqui, que também levava produto, entendesse? Porto Estácio e Porto Colônia. O Estácio é lá na ponta de lá de quem vai pra praia, né. Lá na rua da lagoa da praia tinha uma virada que se chamava de Porto Estácio e o Porto Guerreiro que no Guerreiro também tinha um rio ali e que liga na lagoa e o do Guerreiro eu não lembro onde usavam como porto, mas aí era pro povo do Morrinhos, Morro Azul, entregava a mercadoria no Porto de Guerreiros, entendeu? Pega a mesma lagoa nossa aqui também que sai lá na lagoa como o Guerreiro, que hoje tá ali, vocês passaram na frente do Guerreiro, agora tão com uma ponte por cima bonitaça, primeiro rio que tinha pra Porto Alegre. [...] Aquele é o rio Guerreiro que eles chamam.

Produzia-se muito bem as variedades de banana caturrinha e prata, pois inexistia uma doença que atinge as folhas, chamada **sigatoka amarela**. Em 1970, com a Rodovia BR-101, a comercialização da banana da região teve uma queda: o ingresso na região de banana proveniente de São Paulo, que além de concorrer com a da região, disseminou a doença supracitada. O transporte das bananas paulistas era feito através de caixas em caminhões abertos, cuja proteção era feita com forro de folhas de bananeira. Os esporos da sigatoka amarela foram assim disseminados e contaminaram a região.

Segundo relatos, a Rodovia BR-101 representou pouca mudança em direção ao *progresso* para a Colônia:

P09a: Muito pouca coisa, eu acho, porque...

P09b: Isso aqui sempre teve o título de "Fundo de Saco", por onde entrar tem que sair. [...] Não tinha saída, e não tem saída...

P09a: Entra aqui e depois tem que voltar, não tem mais outro lugar.

P09b: Eles vão direto lá fora, não tavam entrando nunca na vida. Agora que tem um movimento depois que virou município, mudou um pouquinho, mas antes de virar município, não desenvolvia nunca...

*

Claro que a gente sente, sente a diferença que é o desenvolvimento que tá chegando, né, progresso que tá chegando. Em cima desse progresso muitas coisas ruins vieram junto... [...] Aí começou a vim gente diferente, gente que de primeira assim, a gente sentia assim que era um povo tudo muito humilde, muito honesto, depois começou a vim aqueles caloterinho querendo dá o golpe, aqueles vigarista passando conversa, passando calote nas pessoa, né. Então é esse tipo de coisa, né... Não sei se tu tá gravando...⁶⁵ (P06)

A Rodovia BR-101 modificou caminhos e, assim, vínculos territoriais:

Tinha [já um caminho aberto], mas não lá onde é a BR, era mais por dentro... Aquele caminho que passa ali no mato... [...] É [, na Cova Funda], quando tu vai fazer aquela voltinha lá pra cima ela não tinha, ela ia reto e saía por dentro. [...] Ela ia sempre costeando a BR-101. Sai daqui da Colônia, né, vai ali num... Pra subir, pra sair na BR-101 tem uma voltinha, tem uma lombinha que sobe, não tem o pórtico aquele? [fotografia 5] Ali ela não ia, não subia pra lá, ela vinha pra cá e vinha por dentro, por ali, né. É uma estrada antiga onde tem umas casinhas ali, ali tem umas casinha bem onde era a estrada. [...] Aí a estrada fechou daí, porque à medida que foi aberta a BR-101 ele não... Aí fecharam tudo, os proprietário mesmo fecharam. [...] Não tinha porque manter, né, porque ninguém passava por ali, passavam tudo pela BR, né. (P06)

Este tensionamento entre isolamento e conectividade, contextualizado pelo imaginário sobre progresso, fragmentou o espaço geográfico em questão. Conforme citado anteriormente, mesmo a sede comunitária se desenvolveu afastada da maioria dos lotes da Colônia e mais próxima da via que a comunica com o exterior.

Num primeiro momento, o cemitério foi instalado bem no centro da sede comunitária, o que corresponderia atualmente ao lote em frente ao Centro de Formação Pastoral (fotografia 4):

O cemitério era aqui. O cemitério era aqui onde eu to plantando bergamota, laranja... [risos] [...] Vez em quando a gente come um dente de ouro numa bergamota, claro, é uma piadinha, come dente de ouro, sobe, depois vai embora... E aqui também perto dessa casa grande também era o cemitério. O cemitério ia lá daquela divisa lá até o pé de chuchu ali, ó, até o pé ali assim. Encostava aqui nessa ponta do... No meu terreno encosta, diz que tudo encosta aqui, ali era o cemitério. (P09b)

A **primeira igreja** foi construída na **praça**, próxima ao cemitério, entre 1847 e 1853, e ampliada em 1886. Günter Weimer⁶⁶ (1999, p.225) aponta a igreja como “[...] marco definidor e característico da paisagem, plasticamente centralizado pelo adensamento urbano num nó da rede viária”.

Em 1927, a **paróquia Nossa Senhora do Amparo da Colônia São Pedro** foi criada pela arquidiocese de Porto Alegre, entregue aos padres alemães da Congregação dos Missionários da Sagrada Família em parceria com a paróquia de Torres (SELAU, 1995, p.20). Os padres preferiram se estabelecer na própria Colônia, pois a religiosidade entre estas famílias seria maior do que aquelas em Torres. Os vários padres missionários que passaram pela Colônia, contudo, não conseguiram suscitar vocações sacerdotais

⁶⁵ Conforme solicitado pela entrevistada, as informações a partir deste momento da conversa não são públicas.

⁶⁶ Arquiteto brasileiro, Doutor em História.



Fotografia 5 - Pórtico de entrada do município de Dom Pedro de Alcântara.
Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.

entre os habitantes da Colônia: “durante os 15 anos que a congregação esteve aqui conseguiu a formação de somente um padre” (SELAU, 1995, p.21), Aloysio João Selau - irmão de José Krás Selau. A paróquia da Colônia São Pedro era um pólo conector, de onde partiam periodicamente os padres em “lomba de burro”, único meio de transporte para todo o município, para as visitas pastorais:

Tinha uns picadão pra subir e descer a serra aqui que só burro, cavalo não tem competência pra subir e descer serra, só burro. O burro é especial, ele tem a patinha pequeninha e muita firmeza, às vezes um perau lá e o burro nem ai, sobe certinho, certinho, sobe pedra e desce pedra em cima da pedra, o burro é especial pra isso. Era tudo burro, não tinha um cavalo pra carregar as bruacas, só burro. (P09b)

Em 1942, num contexto da Segunda Guerra Mundial, a paróquia foi entregue para a **diocese de Caxias do Sul**⁶⁷. Segundo relatos, as condições de saúde dos moradores da Colônia eram precárias:

Eu conheci esse povo aqui... Sabe que no começo era um pavor, mesmo engraçado, quando naquela época, veio, 1950 e... 1953-54 quando chegou o 2º bispo de Caxias, ele veio pra cá e fez uma visita pro pessoal, ele se apavorou, né. [...] Pessoal sofrido, sem alegria. Era um povo sofrido. Verminose, malária, a distância, não tinha médico, só tinha um curandeiro que dava remédio, chás, alguma coisa. Então, ele, apavorado né. Agora, ultimamente, depois de 25-30 anos ele vinha aqui, ficava encantado com a mudança que houve, né. A mudança que houve. (P08)

Em 1945, iniciou-se a construção de um **hospital**, o primeiro na Grande Torres: “[...] em matéria de hospitais, a Colônia foi a pioneira no município de Torres” (SELAU, 1995, p.56), “[...] foi o primeiro hospital aqui de toda região, de Terra de Areia, pra cá, de Osório – não sei se Osório tinha naquela época” (P08). Segundo relatos, a construção do hospital foi um projeto conjunto do médico e do vigário da época: “Então, construído pela paróquia, né, que era uma paróquia pra todo município, era uma só, então, sete municípios hoje, né! [risos]” (P08). Apesar do pioneirismo, ainda segundo relatos, disputas de poder entre lideranças locais atrapalharam o funcionamento do hospital:

[...] Bom, depois houve umas questões ali, uma briga, e o hospital não funcionou [...] Depois o bispo assumiu o hospital de Torres, fechou esse, abriu o hospital de Torres, fechou esse aqui. E depois, o padre aqui mais tarde conseguiu, onde funciona a Prefeitura também era Hospital, depois. Funcionou uns anos ali. [...] Ficou um tempo parado ali, não sabia como fazer funcionar, quem vai fazer funcionar o Hospital, né. E depois veio o médico, assumiu, funcionou uns anos, depois fechou, fechou. Não tem mais condição. Aí foi vendido pra Prefeitura, foi vendido - dado, né, o hospital. Pois é, não sei [...]. (P08)

Nas proximidades do Centro, em 1947, foi aprovado o projeto de transformação da **gruta** existente na localidade Baixada em um santuário:

P08: Bom, a gruta ali tinha aquele buraco, sabe. Na década de 1940.

Pesquisadora: O que é aquele buraco? É natural?

P08: É natural, tava lá aberto.

⁶⁷ Atualmente, a paróquia pertence à diocese de Osório: “Nós temos uma diocese aqui, foi feita há poucos anos, a diocese de Osório, litoral. É, temos bispo vindo. Foi feita agora, 8-10 anos, nem faz 10 anos, diocese aqui. Aqui pertencia à diocese de Caxias. Antes a gente pertencia à diocese de Caxias” (P08).



Fotografia 6 - Placa indicativa da Gruta Nossa Senhora de Lourdes - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Baixada. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.

Trata-se de uma formação natural (afloramento de arenito em morro basáltico) com valor simbólico agregado, de uso religioso e turístico. Em 1950, a Gruta Nossa Senhora de Lourdes foi inaugurada (fotografia 6):

Aquilo é um histórico maravilhoso, né. [...] Ali embaixo, na entrada, ali, tinha uma olaria. Funcionou ali olaria, funcionou ali o descascador de arroz, moinho, né. Tinha o tal de José Weber, e o vigário daqui, "tá, aproveitar esse buraco pra fazer uma gruta", tá, né. E a ideia foi indo, pediram pro bispo [...] subiram lá com vara de palmito, é, esses... É palmeira. Subiram, foram lá, e começaram né, foram lá, limparam, vamos botar uma santa aqui e tal. E fizeram todo aquele trabalho lá. Aqui, toda paróquia era uma só, todo município de Torres [...] e foi indo [...], eles trabalharam uns três, quatro anos, eles faziam lá. Trabalhavam, mão-de-obra gratuita [...] e foi indo. Em 1950 foi inaugurada, 1950, né. Onze de fevereiro de 1950.

Conforme relatado em entrevistas, a propriedade do espaço concernente à Gruta configura alguns conflitos territoriais:

Sim, foi doado. Tudo assim, que ta encrencando ali com o negócio, né. Nós queríamos terreno pra estacionamento, compramos de uma senhora herdeira que ta aí há 30 anos, ninguém deu bola, a família dela foi toda embora, ela ficou só ali. Uma nora desse José Weber. E eu dizia pra ela "faça uso capião e tal e nós então compramos a terra", até pagamos metade, depois foi... está em processo, né. Mas a parte de cima tá tranquila, agora pertence à Igreja, ninguém mais tira, né. Sim, foi feita com o trabalho do padre aqui, foi feito com o [...] da Igreja, né, e o homem deu, mas deu só uma terrinha que vai lá em cima, na frente. Tem aquele mato ali que nós compramos depois, da viúva, e... e o mato... E mais aquela parte onde tem o salão agora né, até cá embaixo [fotografia 7]. Então esse pátio todo aí foi comprado depois, agora, há poucos anos, comprei, dela. Mas eu não tenho papeis, escritura, porque também não podia dar, né. Mas agora então é uso capião, né, [...] faz tempo que temos isso aí, pagamos... Vamos ver no que é que dá isso. (P08)

Sobre as escadas na Gruta ("[...] parte de baixo, fizeram uma escada cravada na rocha", explica P08), P09a explicou que cada família pagava pelo degrau e ganhava então a fixação de uma placa com seu nome e nos mostrou o degrau de sua família. "As escadarias do santuário foram doadas uma a uma por várias pessoas, as quais em agradecimento ganharam uma placa de seus nomes nos 117 degraus existentes" (Prefeitura Municipal de Dom Pedro de Alcântara, 2011). Na fotografia 8 é possível visualizar nomes gravados tanto em placas quanto manualmente.

As santas presentes na Gruta são Nossa Senhora de Lourdes (de pé) e Santa Bernardete (ajoelhada) (fotografia 9): "Um projeto, idealizado por Pedro Arásio Webber e o Padre Pedro Casara com a devida autorização do Bispo diocesano de Caxias do Sul, Dom José Bárea, resolveu colocar na Gruta a imagem de Nossa Senhora de Lourdes, tal qual existe na França" (Prefeitura Municipal de Dom Pedro de Alcântara, 2011).

Do alto da Gruta, tem-se uma vista panorâmica do município, e a mineradora que se avista pertence à comunidade São Brás (fotografia 10):

Esculpida pelas águas do mar a milhares de anos, a Gruta fica localizada no Município de Dom Pedro de Alcântara-RS. Antes da Santa e das escadarias, os jovens imigrantes da Colônia São Pedro se aventuravam escalando o morro para chegar até a gruta e de lá poder contemplar uma bela paisagem (Prefeitura Municipal de Dom Pedro de Alcântara, 2011).



Fotografia 7 - Vista para a Gruta Nossa Senhora de Lourdes - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Baixada. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.



Fotografia 8 - Nomes gravados nas escadarias: entre homenagens e reconhecimentos - Gruta Nossa Senhora de Lourdes - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Baixada. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.



Fotografia 9 - Imagens de Nossa Senhora de Lourdes (de pé) e Santa Bernadete (ajoelhada) - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Baixada. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.



Fotografia 10 - Vista da sede do município a partir da Gruta Nossa Senhora de Lourdes - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Baixada. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.

A Gruta é considerada um dos principais pontos turísticos do município, conforme 16 de 33 jovens da Escola Estadual de Ensino Médio Dom Pedro de Alcântara que participaram da pesquisa através do questionário (anexo C). Para reforçar a importância da Gruta, compartilho que fui repreendida por P08 ao revelar que ainda não a tinha visitado: “Mas você merece uma surra!”. A Gruta é atualmente o espaço principal de três romarias – Romeiros (32 edições), Motociclistas (5 edições) e Cavaleiros (4 edições) –, ocorridas nos meses de maio e junho (fotografia 11):

P08: Nós saíamos daqui em procissão celebrávamos a missa. E foi indo, cada ano ia aumentando, e depois [...] todo dia, era só a tarde, naquele tempo. Depois começamos todo dia, e já vinha gente de todos os lugares já. Foi aumentando, hoje já tem umas 12-15 mil pessoas [...]. [...] [Romaria] dos cavaleiros, dos motoqueiros, [dos andarilhos]. [...] Foi feita agora, três domingos seguintes, né.

Pesquisadora: E vem gente da onde, o senhor sabe?

P08: Aqui? Ah, de Porto Alegre, Osório, aqui, Terra de Areia, Praia Grande, aqui, o sul de Santa Catarina, e tá aumentando, cada ano vem...

Para se ter uma ideia da grandeza da celebração, a Romaria dos Motociclistas de 2009 (figura 13) teve uma participação de mais de 1000 motocicletas e cerca de 2000 pessoas (FLORES & NAZÁRIO, 2009).

Ainda sobre celebrações religiosas, em 1953 foi celebrado o centenário da Igreja Matriz, última festa nesta Igreja (figura 14). Neste mesmo ano, por iniciativa do padre da época (recém chegado na Colônia) e de lideranças locais, foi lançada a pedra fundamental da nova igreja, construída atrás da primeira, na cabeceira da Praça (figura 15). O cemitério foi removido para a Baixada:

Ah, [tiraram o cemitério] porque o cemitério começou a encher e a cidade... E o que começou a, alguém começou a reclamar: alguém vem aqui e dá de cara com o cemitério, na sede né, aí o pessoal começaram a discutir o assunto e resolveram levar... mas lá prum lugar muito mal o cemitério, lá... Eu acho muito sem graça... [...] É, mas colocaram num penhasco, lá debaixo, que não tem condições de aumentar ele, aquilo ali... [...] Cemitério no meu gosto, seria lá na entrada da reta, numa planície que tem lá de areia, do terreno do P04a pra baixo um pouquinho, era ali lugar de cemitério, né? (P09b)

A nova igreja matriz foi concluída em 1955 no Centro (fotografia 4) e a antiga demolida dois anos depois:

A igreja era pequena e estava velha. O cemitério estava no meio da vila. Então, disse ele [o padre da época], vamos derrubar a igreja e fazer uma nova e bem grande. Vamos mudar o cemitério para a Baixada, bem longe da vila. Das palavras à ação foi um pulo. Iniciou-se uma nova igreja, sendo a velha demolida (SELAU, 1995, p.60).

*

P09b: Nós já tinha uma igreja aqui que tinha mais de 100 anos.

P09a: No centenário eles demoliram [risos].

P09b: Foi desmanchada ela e foi feita essa aqui, essa aqui já tá com uns...

P09a: 1958 foi essa aqui. [...] Eu acho que [demoliram por] falta de recurso pra restaurar e também eu acho assim... Não deram valor.



Fotografia 11 - Placa indicativa da Romaria à gruta Nossa Senhora de Lourdes - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Baixada. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.

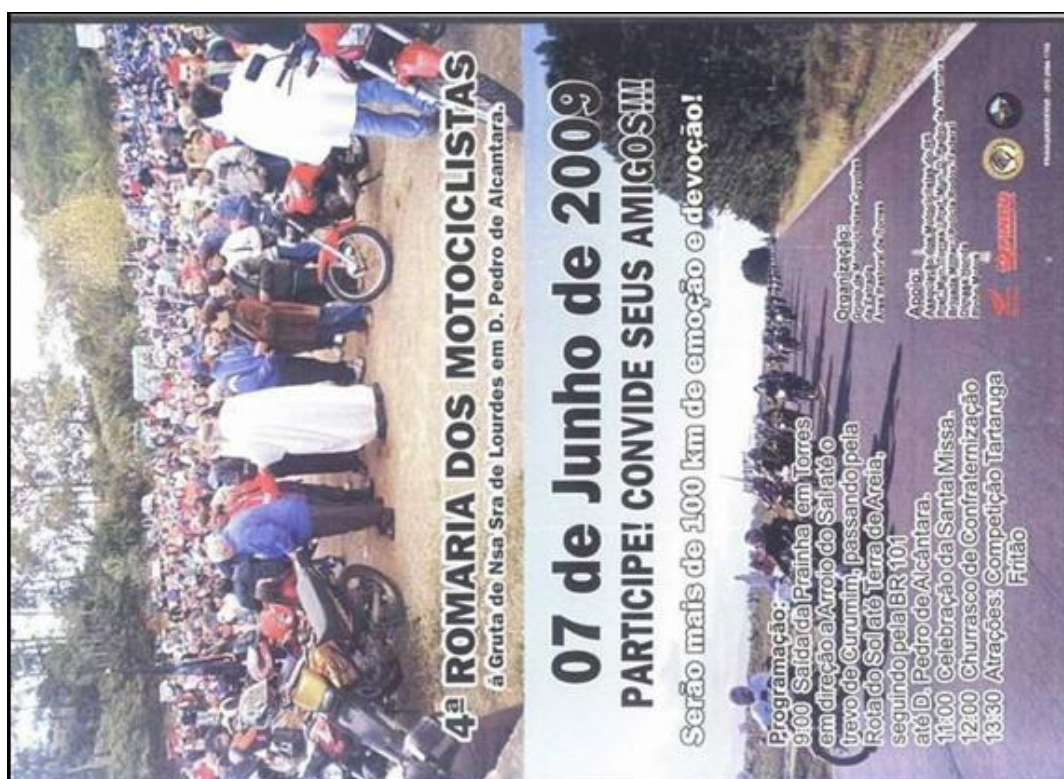


Figura 13 - Cartaz da IV Romaria dos Motociclistas (2009)
 Fonte: Associação de Motociclistas do Rio Grande do Sul, 2009.



Figura 14 - Dia de festa do centenário da Igreja, 1953

Fonte: SELAU, 1999, p.26.



Figura 15 - Igreja Matriz da Colônia (primeiro plano), construída pelos imigrantes em 1853 e demolida em 1957

Fonte: SELAU, 1995, p.65.

P09b: Por que não refizeram ela? [...] Porque era muito pequena, mal localizada, no centro daquela pracinha ali. Era no centro da pracinha. [...] E naquele tempo não havia essa ideia de hoje de conservar o que, que... [...] Histórico, é. [...] Por sinal, aqui na Colônia, muitas casas podiam estar na História aí, tombadas, foram derrubadas. [...] Casas muito bonitas e históricas.

A nova igreja, maior que a anterior, acabou “ficando grande” diante do número reduzido de fiéis nas missas: “Viste agora que a igreja ficou grande. [...] Cada comunidade tem sua igreja, sua capela” (P09a).

A demolição da primeira igreja significou tristeza entre fiéis. Um exemplo é Padre Roberto, já aposentado. Na frente de sua casa há uma manifestação artística de sua fé, em homenagem à primeira igreja (fotografia 13). Explicou que os tijolos, que guardou da antiga igreja, representam os 12 Apóstolos (tijolos da frente), quatro evangelistas (tijolos da passagem) e três discípulos de Cristo (tijolos da lateral). Estes últimos são meio-tijolos e representariam a mulher, Sua “cara-metade”. Sobre a construção de uma pequena gruta localizada na parte frontal da casa (fotografia 12), explicou que é uma homenagem à Gruta Nossa Senhora de Lourdes, pela qual tem grande apreço e orgulho, além de saudades do tempo em que era responsável por ela.

A **religiosidade foi desenvolvida com originalidade**, embora geralmente confundida por uma “aculturação”, “nacionalização”. Uma estória, que me foi contada em entrevistas e depois lida em um dos livros de José Krás Selau⁶⁸ (1995, p.34-36), sobre uma antiga capela é um exemplo ilustrativo. A Capela de São Sebastião (fotografia 14) foi construída por José Webber em seu lote, nas proximidades da Gruta:

Da família do Weber lá e eles, não sei por que onda da cabeça deles, que pegaram e fizeram aquela capelinha lá, inventaram de fazer aquela capelinha lá, mas ela é mais nova do que a igreja aqui, porque a igreja aqui é mais antiga do que lá⁶⁹. Agora lá formaram uma pracinha e lá na Baixada tinha açougue, loja, fabriqueta, tinha fábrica de esquadilha, tinha campo de futebol, então tava meio desenvolvendo, aí já que tava desenvolvendo, vamos fazer uma igrejinha, uma capelinha pra nós ali, então fizeram aquela capelinha lá. (P09b)

Segundo Selau (1995, p.34), “desde os seus primórdios, a capelinha foi o ponto alto das devoções dos colonos”. Em conversas, P09a compartilhou que é célebre o caso de um homem cujo cachorro ficou muito machucado por outros animais durante uma caçada e estava prestes a morrer. O homem fez uma promessa a São Sebastião: “Se o cachorro não morresse, compraria seu peso em farinha e mandaria fazer tudo em massas de pão para o leilão” (SELAU, 1995, p.35). O cachorro sobreviveu e nove

⁶⁸ Pesquisador autodidata brasileiro, nascido em Torres (1923-?).

⁶⁹ José Selau (1995, p.34), por sua vez, afirma que a data da construção da capela coincide com o início da Colônia: “José Webber cumpriu a promessa. Imigrou com a família para o Brasil, vindo se estabelecer aqui na Colônia, na Baixada, perto da gruta, isso no ano de 1826”.



Fotografia 12 - Detalhe da Grutinha na fachada da casa de Padre Roberto - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Centro. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.



Fotografia 13 - Fachada da casa de Padre Roberto - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Centro. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.



Fotografia 14 - Capela de São Sebastião - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Baixada. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.

quilogramas de farinha de trigo foram transformados em pães em formato de cachorro e levados à capelinha. Surgiu então a ideia de fazer um leilão destes pães e o dinheiro arrecadado foi destinado à manutenção da capela. E ali surgiu um costume: as graças alcançadas eram retribuídas com doações que eram leiloadas para assegurar a conservação e manutenção da capela. Este costume é um exemplo de prática de reciprocidade (dar, receber e retribuir), identificada por Marcel Mauss⁷⁰ como uma dinâmica criadora de vínculo social:

Se damos as coisas e se as retribuimos é porque nos damos e nos retribuimos "respeitos" - dizemos ainda "delicadezas". Mas também é que damos a nós mesmos ao darmos aos outros, e, se damos a nós mesmos, é porque "devemos" a nós mesmos - nós e o nosso bem - aos outros (MAUSS, 1988[1924], p.114-115).

A ritualização fora da Igreja Matriz, no entanto, era desencorajada por padres - primeiramente alemães da Congregação dos Missionários da Sagrada Família e, depois, da Diocese de Caxias do Sul:

Os padres, um tanto austeros, não viram com bons olhos aquelas devoções. Jamais prestigiaram as mesmas, chegando mesmo a dizer que era idolatria. A igreja matriz devia ser mais considerada. E tanto falaram que o povo, aos poucos, deixou de frequentar a capelinha. Mas os cultos, nas três datas acima [20 de janeiro, dia de São Sebastião; 6 de agosto, dia de Bom Jesus; 13 de dezembro, dia de Santa Luzia], não pararam, foram transferidas para casas particulares, mas distantes da matriz. Porém, os padres não desistiram. E, aos poucos, também nas casas particulares estes cultos deixaram de ser praticados. Com a saída dos padres alemães e a vinda dos padres de Caxias do Sul em 1942, a capelinha ressurgiu. Estes padres, menos austeros, passaram a prestigiar a capelinha, depois de conhecerem a sua história. Porém, frisaram: "Em primeiro lugar o apoio total à matriz" (SELAU, 1995, p.35).

Lá [na Capela São Sebastião] tem de vez em quando uma missa, coisa assim, por ocasião da festa de São Sebastião, mas é que é muito pequeninha. Que lá é mais da família e sei lá. [...] Mas aí, dificilmente o cantão vem nas missas aqui. [...] Os padres daqui vão uma vez ou duas e tem celebração pra todas pessoas da comunidade. (P09a)

O trabalho da Igreja e da religiosidade católica resultou em marcações e demarcações significativas na Colônia: "Então desenvolveu muito com o trabalho, a Igreja fez muito trabalho bom aqui" (P08). Com vínculos territoriais repletos de contrariedades, o que parece se destacar é uma constante substituição do antigo pelo novo, em que hierarquias são desestruturadas conforme o poder predominante de cada momento, tanto no campo religioso quanto nos demais: conforme relatado por P08, o padre que construiu a nova igreja, o salão paroquial e posto de saúde (Luiz José Benini) não recebeu nem ao menos o nome de uma rua. Entre todas as contradições envolvidas pelo imaginário, a que se ressaltou nos relatos foi a participação de diferentes sujeitos na melhoria das condições da Colônia e o sentimento da falta de reconhecimento.

⁷⁰ Sociólogo e antropólogo francês (1872-1950).

O reconhecimento está ligado, de certa forma, à celebração do Outro. A praça, onde se localizava a Igreja, era um lugar de celebração:

Olha, antigamente havia mais participação nas missas [...]. As festas também era muito participada, muita gente. É claro que naquele tempo era a única coisa que eles tinham de diferente, de se encontrar e festejar. Eram umas festas maravilhosas. Hoje não tem, não faz nada, né. Tem tudo, tem baile, tem festa daqui, festa dali, então o pessoal vai, né. Tem muito motivação assim de recreação, e, né, não é mais como era a mesma. A igreja concentrava tudo, né. Era a única coisa que tinha, era a igreja. (P08)

Devido à distância dos demais lotes, no entanto, a praça não configurava vínculos territoriais cotidianos:

O povo vinha do interior ali aos domingos, aqui tem muita gente do interior, por fora, aí. Aos domingos, eles vinham sábado de tarde pra cá, vinham de carro de boi, de carroça, vinham a cavalo, deixavam os bichos amarrados aí pelos potreirinhos. Então ficavam pra assistir no sábado de noite a missa, a missa domingo. Domingo de noite eles pegavam os bichinho dele e iam pro interior, aí as casas ficavam fechadas a semana toda. (P09b)

José Selau (1999, p.21) relata: "Em 1933, quando fui morar na Praça, moravam no quadrado 20 famílias, [mais abastadas], sendo que mais de 20 casas se achavam fechadas". Em dias de festas, no entanto, a população da Praça era duplicada, "[...] quando os colonos chegavam em carros de bois, cheios de roupas, comida e quitutes, onde não podia faltar nunca a galinha e o porco assados, juntamente com o pão de milho e a rosca de polvilho" (p.22).

Sem um espaço de convivência cotidiana, o isolamento da praça em relação à maioria dos moradores da Colônia pode ser uma das causas da dificuldade de congregação interna, além de sentimentos de solidão. É o caso de algumas mulheres que, longe dos filhos e sem um espaço de convivência, revelaram melancolia e tristeza durante as conversas e, não raro, apresentam diagnóstico de depressão (agradeço à Clarissa Hassdenteufel pelo auxílio a esta reflexão). A Farmácia Caseira – Grupo Rosa Branca é uma iniciativa de mulheres em Dom Pedro de Alcântara, cujo fortalecimento poderia amenizar muitos casos de solidão entre mulheres.

3.2 Bruxinhas de Deus (Farmácia Caseira - Grupo Rosa Branca): conexões femininas

O prédio que abrigava inicialmente o hospital atualmente abriga o Seminário de Formação Pastoral (cujo alojamento me abrigou durante os trabalhos de campo), além da sede litorânea da ONG Centro Ecológico e da Farmácia Caseira - Grupo Rosa Branca. A Farmácia Caseira é também chamada de Farmacinha: "A Farmacinha é caseira, de medicamentos de ervas, só de ervas naturais, muito ligada à agricultura ecológica. Não tem nada a ver com o Centro Ecológico, é independente, funciona ali. Tu vai ver, na entrada do Centro Ecológico, à direita, ali tem uma Farmacinha" (P01a).

O Grupo Rosa Branca, de Dom Pedro de Alcântara, originou-se no **Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR - RS)**, de abrangência estadual ("Primeiro o Movimento das Mulheres, depois que surgiu a Farmacinha" [P07]). A região litorânea é considerada uma das mais atuantes no Rio Grande do Sul (DUARTE, 2002). Na Colônia São Pedro de Alcântara, a participação iniciou em 1983:

Em 1983 foi fundado, e aqui nós começamos em 1984, aqui em Dom Pedro de Alcântara. E o Movimento de Mulheres, ele surgiu porque a gente não tinha benefícios nenhum. Era agricultora, mas não tinha benefícios nenhum. A mulher simplesmente era nas costas do marido, o marido era com uma aposentadoriazinha quando, com 70 anos, ganhava meio salário mínimo, e a gente começou a fazer grupos de estudo e a gente achou que isso não era o certo. E que a gente tinha que ir pra mais longe, né, ir pra mais longe. Aí [...] começamos a formar os grupos. (P06)

Em 1984, organizadas, foram até Brasília reivindicar direitos num contexto de elaboração constitucional:

Aí fomos, a gente foi conseguindo as audiências, através de deputado do lugar, de Santa Catarina, aqui do Rio Grande do Sul, deputado federal, deputado estadual – que foi um junto conosco também. Que a gente começou uma coisa pra valer mesmo. Aí foi que daí então começou, porque ia ser feita nova Constituição, aí foi que a gente começou. [...] E aí foi bolando todos esses encontros, e eu sei que foi uma coisa inédita no Brasil, mulherada lá no Congresso, ia tudo lá no corredor espiar, "meu deus do céu, que que isso, coisa que nunca aconteceu!" (P06)

Conforme Lourdes Maria Prado Duarte (2002, p.14), mais conhecida como Rafinha, as lutas centraram-se no reconhecimento da profissão de Trabalhadora Rural, na aposentadoria da mulher agricultora aos 55 anos, no salário maternidade, no seguro-saúde e na efetivação do Sistema Único de Saúde. O MMTR buscava a autonomia feminina a partir da conquista de direitos, estendidos aos homens:

[...] a gente chamava pra discutir o problema da aposentadoria, pra gente conquistar uma aposentadoria pra mulher também, e pro homem ser beneficiado também com menos idade – que com 70 anos só pra fazer o enterro, né, que ele ia começar a aposentadoria. [...] A gente fez diversos encontros, congressos, encontrão em Porto Alegre envolvendo sindicatos, envolvendo governo... [...] a gente começou a ver que aquilo ia dar resultado, então a gente começou na luta, de discussão, de que as mulheres também pudessem ser independente do homem. Que elas também pudessem ter o seu direito. Se ela trabalhava na roça, por que

que ela não podia ter o direito como agricultora? [...] daí a gente começou a achar que se a mulher que trabalhava na roça quando ganhava os filhos e não tinha ninguém que acolhesse ela, ela podia também lutar pela licença maternidade. Se nós adoecesse, nós também podia lutar por um benefício saúde. E que as mulheres também pudessem ser donas do seu nariz. Poder comprar terra, poder ter voto... [...] Poder ser igual ao homem, né. [...] Aí foi uma vitória que nós trouxemos aquilo no coração! [...] É, do INSS daí nós queria, a reforma da nossa idade, nós queria com 50 anos e foi, e batalhou e batalhou, batalhamo, batalhamo, batalhamo, aí com 50 não aceitaram, aí foi com 55 a mulher e 60 o homem. Mas digo que já é uma vitória... (P06)

Em um contexto bastante machista, o enfrentamento foi compartilhado com fortalecimento do amor-próprio:

[...] o Ministro da Justiça, que naquela época era o Paulo Brossard, e aí nós queria regularização de nosso bloco de produtora⁷¹, e de documento que a gente pudesse ter. Ele foi tão escarniceiro, tão nojento aquele homem, que eu tenho um nojo que eu não consigo nem olhar pra ele, que ele disse assim pra nós, bem cínico: "o que que vocês querem documento, se a minha mãe até hoje também não tem!" [...] Minha Nossa Senhora! Daí então se debulhou, porque tinha umas que tinham a língua bem afiada, tavam bem preparadas... [...] Aí carreguemo nele: aí eu digo "se a sua mãe", primeira resposta que foi dada, "se a sua mãe não tem, é porque o senhor tá aqui ganhando um bom salário nas nossas costas pra sustentar ela; então a minha mãe tem as mãos calejadas também e não tem nada disso". [...] Aí ele foi amansando, foi amansando, daí liberou que a mulher pudesse então ter o nome dela no bloco também, junto com o do marido. (P06)

O MMTR estava bastante ligado às questões dos pequenos agricultores:

E nós queria buscar o nosso direito como cidadã, como trabalhadora rural num sindicato que nos desse apoio, não era num sindicato de FETAG que dá apoio aos grandes produtores, aos grandes fazendeiros. E inclusive até hoje o povo não botou isso na cabeça que o nosso sindicato aqui é FETAG. Tinha que ter um sindicato de pequenos agricultores. Que daí vai lutar pelos pequenos agricultores. Aí eles fizeram umas lutas juntos sobre na época de preço de leite, preço de banana, esse tipo de coisa, envolveram alguma coisa, mas depois a coisa foi ficando que, pra nós, pequenos, não valia mais a pena aquilo. Aquelas migalhas. Nós tinha que buscar o que nós buscava. (P06)

Estes movimentos eram apoiados por integrantes da Igreja Católica, ligados à Pastoral Rural:

[...] um padre que trabalhava com a juventude aqui e ali cresceu jovem inteligente. Assumiu o sindicato dos trabalhadores rurais no começo. Tu sabe que graças aos comunistas... [risos] Hoje os colonos são... [...] Então, os bispos, a CNBB, ficaram apavorados [...] com o avanço das ligas camponesas [...] Então, começaram a organizar as frentes agrárias [...] e assim saiu o sindicato, sindicatos cristão, assim chamados [...]. As frentes agrárias eram pra, no começo, organizar os sindicatos. [...] Então organizou o sindicato, conseguiu o registro do sindicato e aí a gente começou a trabalhar nessa linha das aposentadorias e dos direitos dos agricultores, e quando veio a nova constituição aqui no Brasil, então a gente fez aquele abaixo-assinado, né! Em todo o Brasil a igreja trabalhou muito pra aposentadoria; já tinha conseguido uma aposentadoria, meia aposentadoria, é... E depois que fizeram a Constituição, entrou o salário mínimo [...], mas foi feito um trabalho, uma campanha pra todo o Brasil,

⁷¹ Talonário de nota fiscal para registro das vendas dos estabelecimentos rurais, sobre as quais incide a contribuição previdenciária.

nas igrejas, comunidades, o abaixo-assinado, sempre aqui se fez abaixo-assinado através da Igreja, também certas coisas das mulheres, Movimento das Mulheres, sempre feito através das comunidades cristãs, católicas, sempre... Oh, tem tanta coisa. (P08)

A Pastoral Rural, por sua vez, não recebia apoio integral da Igreja enquanto instituição. A grande rotatividade de padres na Colônia dificultou o fortalecimento de vínculos e enfraqueceu o trabalho desenvolvido por integrantes da Pastoral Rural, como revelado neste depoimento de P08, padre aposentado:

Primeiro lugar, quando eu vim pra cá [Dom Pedro de Alcântara] já era ditadura [...]. Já então, ingênuo [risos] [...] Não, não... Você não sabe o que é uma ditadura, minha filha... Sabia das torturas que eles faziam? É porque nós tínhamos um grupo na Diocese de Caxias [do Sul], um grupo de padres, naquele tempo, era... Nós éramos... Um grupo de padre que nos encontrávamos nos matos, assim pra estudar a questão, nós tínhamos também um rádio que trazia a conjuntura [...] regional, nacional, internacional, nos fazíamos muito esses encontros, né... Pra ter uma visão global da situação. [...] quando veio a DOPS [Departamento de Ordem Política e Social] aqui, vieram os militares, começaram chamar gente pra depor, pegaram nossa liderança e os coitados ingenuamente [...] quando nos pegaram a nós, o sindicato, os padres, não tinha... É coisa pra tu, tu fica assim apavorado... [...] E houve essa coisa, começou assim com a Ditadura e todo mundo continuou assim se cuidando um pouco e sorrateiramente, não fazia mais, isso também acabou e depois, uns dez anos atrás veio esse Bispo novo, um Bispo arcaico, empurraram um Bispo velho pra nós, e... Cortou nossa pastoral, enfim nós tínhamos a Pastoral Rural, que incluía os agricultores e também os jovens, na mesma pastoral, aqui nós estamos no interior, então, a juventude agrária, aham. [...] não sei, acho que o Bispo muito da direita, sei lá, depois de toda essa mudança de padres, nos tínhamos aqui um grupo de padres aqui que trabalhava na salinha, transferiram, mudaram e se perdeu aquele [...] tiraram meus colegas daqui, e eu fui perdendo as forças também [...]. Mas filha, não sei, acho que o trabalho aqui, não sei que que vai dar... (P08)

A participação de muitas mulheres no MMTR, por sua vez, foi pontual: "Então foi conquistas que a gente foi tendo assim e daí depois passado todas essas conquistas, as mulherada se afastaram. Aí não queriam mais saber, porque não tinham mais objetivo, já tinham conseguido o que queriam, as oportunistas, que o que elas queriam era a aposentadoria" (P06). O foco em questões de saúde feminina foi uma retomada do movimento:

Aí foi quando a gente entrou isso aqui, ó. Vamos entrar na saúde, que de repente nós chamava. Porque a saúde é uma coisa que todo mundo precisa, todo mundo chama a atenção. [...] Aí foi então através dessas coisas que a gente tava sendo deixado de lado que a gente se encorajou e perdeu o medo e começamos então a lutar. (P06)

Neste contexto, a criação das Farmácias Caseiras resultou, ao menos inicialmente, numa organização mais ampliada de interesses femininos, a partir da **saúde**⁷². A organização entre mulheres para a implantação em municípios do litoral norte começou

⁷² Conforme relatos, a iniciativa foi de Irmã Zata, da qual não tenho mais informações para compartilhar além da narração a seguir: "E daí eu sei que esse negócio da saúde, começou com a Irmã Zata. A Irmã Zata. E depois foi fazendo aqui. E aí a Irmã Zata fez esse movimento, esse trabalho, em todo o Rio Grande do Sul, todo, quase todo. Todos os municípios têm trabalho de assim, de ervas, de conhecimento de ervas, de plantar ervas" (P06).

em Maquiné: “[...] Em 1992. Foi mais ou menos, porque daí foi criada essas Farmacinhas mais ou menos tudo junto, foi de Maquiné e veio pra cá” (P06).

Assim como no caso da Pastoral da Terra, o apoio da Igreja enquanto instituição às Farmácias Caseiras também era parcial: “Nosso grupo nasceu na luta. Iniciou sem apoio de ninguém, fora o da providência e das próprias mulheres. Como a única pessoa que trabalhava em Maquiné com Plantas Medicinais era Umbandista, o pessoal da Igreja nos confundia com seu Nini (Uma criatura muito acolhedora)” (DUARTE, 2002, p.8). O próprio nome das integrantes das Farmácias Caseiras, Bruxinhas de Deus, é um resgate da religiosidade ligado ao **feminino** em sua integralidade criativa:

P06: Aí então porque o “Bruxinhas de Deus”. Vocês querem saber?

Pesquisadora: Claro, por favor.

P06: Porque, antigamente, eu acho que vocês se lembram da história que eles queimavam mulheres que eram bruxas, né? E por que eles queimavam as mulheres que eram bruxas? Porque eles achavam que a mulher não podia ter capacidade pra nada. E o homem é que curava, o homem é que fazia os chás, os remédios, as coisas... E aí quando descobriram que uma mulher estava fazendo isso, eles pegavam e queimavam a mulher. E chamavam de bruxa. Aí quando começou isso aqui, todo mundo “mas por que bruxa? Pois bruxa é uma coisa ruim”. Eu digo não, é uma coisa ruim porque fizeram, os homens fizeram uma coisa ruim, né, da mulher. Mas que bruxa é um nome sagrado. Elas é que descobriram as comidas. Foi a mulher quem descobriu a comida, né? Eles eram tão, tão bichão, mas eles só caçavam, eles não descobriram as outras coisas... [...] Que bonita essa mensagem das Bruxinhas: “Ser Bruxinha de Deus: ser capaz de um amor tão grande, um amor grande sem mesquinhas ou código. Amor que abraça todos. Torna-se instrumento de purificação no planeta, onde o ódio, o egoísmo e o individualismo estragam as melhores energias. Saber usar a sua sabedoria a serviço de todos. Ter olhos puros para ver que em cada ser seu irmão ou uma irmã de caminhada. Usar ervas para a cura de seus irmãos, ser capaz de usar suas mãos para energizar um irmão só. Enxergar longe, descobrindo junto com seu grupo as armadilhas de um sistema que não busca a vida em primeiro lugar. Ser canal de cura do bem, da luz e da justiça”.

No relato a seguir, escrito por Rafinha⁷³ (DUARTE, 2002, p.7), revela-se um imaginário sobre vínculos territoriais femininos ligado à natureza, ao afeto e à autonomia:

Em dezembro de 1991, reuniram-se as primeiras doze pequenas agricultoras da Linha Solidão (Maquiné), **embaixo de uma árvore, ao lado da casa da companheira** Lúcia Boff. Naqueles dias, só queríamos nos reunir para formar um **grupo de mulheres**, numa comunidade onde só os homens se reuniam no bar para beber, no campo de futebol e no salão para jogar. As mulheres só iam à igreja, nos dias de festa da Padroeira, no almoço e no baile. [grifos meus]

O **afeto** é apresentado no Manual das Bruxinhas (DUARTE, 2002, p.10) como importante instrumento de melhoria na saúde: “[As pessoas] Eram recebidas com um

⁷³ “Fazia apenas cinco meses que estava, finalmente, morando na colônia [Maquiné], como há anos desejava, desde o tempo da Congregação Religiosa, em que todas as minhas companheiras, das Irmãs de Nossa Senhora do Horto, eram originárias da colônia. Desde esta época, tinha muita vontade de viver na colônia” (DUARTE, 2002, p.7).

abraço, e desde o começo, esse toque do abraço foi muito importante no nosso trabalho. Sentir-se acolhido e abraçado traz, para todos nós, a primeira sensação de bem-estar; depois do bem-estar, vem a saúde”. O afeto aparece enquanto um **reforçador de vínculos** e as Farmacinhas efetivam **espaços de congregação**: “Começamos, nesta época, em 92, a nos reunir um dia por semana, para preparar nossas medicinas, e, uma vez ao mês, com todo o grupo, para a gente refletir, festejar os aniversários do mês, rezar, cantar e planejar. Das 12 fiéis no trabalho semanal, chegamos a 35 mulheres” (DUARTE, 2002, p.8-9).

O trabalho na Farmácia Caseira parte de conhecimentos “de fora” de manipulação de plantas, incorporados e organizados por mulheres da região: “[São mulheres] todas da região. Elas buscaram conhecimento fora, mas elas que organizaram, elas que fazem, elas que vendem, elas que receitam. São medicamentos caseiros” (P01a) (fotografia 15).

Aí a Rafinha fez com que a gente tomasse [...] tinturas e elixires. Aí ela foi pra lá, pra Porto Alegre, com o [...] Frei Homero. [...] O Frei Homero estudou tudo, essas ervas, as composições. Ele é brasileiro. Ele era frei e depois abandonou... Não sei se é celibato que se diz. E foi trabalhar só com planta. Então ele se formou em Química, [...] farmacêutico... (P06)

No entanto, o envolvimento de mulheres da região, portanto interno, revela-se frágil, como demonstrado na necessidade de fornecer remédios *prontos*:

Aí ele [Frei Homero] fez o estudo das ervas que nós podíamos juntar pra fazer os elixir, qual erva que nós precisava mais, que nós ia usar mais e que podia juntar pra sair daqui o remédio pronto pra que a pessoa pudesse tomar. Porque o chá tu sabe como é que é, nós podemos dar as ervas, mas elas [mulheres] chegam em casa, colocam num canto e não tomam. E assim esse tá prontinho. (P06)

A falta de envolvimento de mulheres na Farmácia Caseira é concomitante a um desejo de festa, de encontro:

[...] depois da Farmacinha, veio a preocupação de trabalhar a terceira idade. [...] a gente começou assim trazendo palestrante, psiquiatra, médico pra fazer orientação, psicólogo pra dar orientação pras pessoas, pra abrir essa casca que tá grudada e não abre, né. [...] Aí foi, só que abriram pro outro lado. [risos] [...] A gente começou assim, se lembramos assim, “pô, essas pessoas de idade, eles têm tanto pra dar pras pessoas novas, trazer os conhecimentos dela”. Mas não adiantou, ninguém quis nada com nada, só queriam baile e passear, baile e passear, baile e passear. [...] Realmente. [...] aí eu digo “meu deus do céu, a gente começou uma coisa com um objetivo assim tão bom, né, e acabou assim pra outra via que não tem mais jeito”. Padre P08 chega a dizer na igreja “a terceira idade tá uma putaria!” [risos] Mas é verdade... Se eles vão pros mato nos baile, elas saem e vão pros mato com os homens, já deu uma pilha de casamento desfeito, já deu uma pilha de casamento feito, já deu homem com a ex-mulher, namorada, olha, destrambelhou a coisa, que tão pior que as novas. Eu digo “bom, o conhecimento delas que elas tinham foi tudo...” [risos] Elas não tinham nada pra dar pra nós! (P06)

Segundo relatos, há uma **falta de reconhecimento** do trabalho executado nas Farmacinhas, em que a *fé* é projetada para os medicamentos alopáticos:

Mas é uma coisa que, olha. Eu sinceramente, pelo valor que eu acho que é, as pessoas não dão quase valor... [...] Vez em quando tu encontra por lá “ai, porque isso, porque aquilo”, eu digo “vai lá na Farmacinha, pega



Fotografia 15 - Tinturas e elixires manipulados por integrantes da Farmácia Caseira - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Centro. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.



Fotografia 16 - Horta da Farmácia Caseira - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Centro. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008

um remedinho lá, compra lá com as gurias, vai ver como...”, “ai, eu não tenho fé!” (P06)

A utilização de medicamentos alopáticos, por sua vez, é desaconselhada por integrantes das Farmácias Caseiras: “E o outro [antibiótico], ele amortece a doença e quando ela vem, ela vem cada vez com mais força. Mas acontece que quem é que bota na cabeça das pessoas?” (P06). A saúde é compreendida a partir do **fortalecimento do organismo**, ao invés do combate à doença: “Ele [antibiótico] só controla e fortalece as outras pernas pra aí matando, quem cura é o nosso próprio organismo, a nossa reação. Que ele só dá aquele pára-te quieto ali e amortece e segura por ali, ele não cura!” (P06). Assim, o foco é a prevenção:

Os homens eram tão, tão matuto, assim, as mulheres também. Eles não deixavam elas ir no médico fazer o exame preventivo. Porque eles tinham ciúme. [...] Ah, e mamografia, nem pensar! Tava fora de cogitação. Então por isso que morria muitas mulheres. E claro, como a gente trabalhava sempre encima da prevenção e não da cura, então a gente queria era prevenir pra depois não ter que tá remediando e as pessoas sofrendo. E aí foi criado esse movimento das Farmacinha [...]. (P06)

Esta preocupação também está presente na procedência das plantas utilizadas:

E as ervas [...] a gente tem bastante, até, plantado aqui [...] a gente fez a nossa hortinha aqui na frente [fotografia 16]. E aí como são poucas qualidades que a gente precisa, se não me engano, parece que é quarenta e poucas ou cinquenta e poucas, que depois a gente começou aí botando mais... qualidades, né. Aí então uma traz uma coisa, outra traz outra de casa... Só a gente cuida muito da onde foi colocado veneno, não pegar beira de estrada [...] Porque isso tudo eu acho que tudo tem um comprometimento muito sério, né. Aí tu vai pegar uma erva lá enfiada de veneno, como é que tu vai fazer um remédio pra curar um veneno? (P06)

A criação das Farmácias Caseiras estava contextualizada em reflexões sobre impactos da Revolução Verde na saúde: “Posso dizer, com segurança, em cada dez pessoas que vêm ‘consultar’, nove estão contaminadas pelos agrotóxicos. Isso sempre foi uma preocupação nossa; agora, felizmente, estão se dando conta disso, e muita gente já começa a trabalhar e falar no assunto” (DUARTE, 2002, p.11).

3.3 Agricultura convencional e Agroecologia: crenças que podem desconectar

“...porque ninguém fica sozinho...”

(P12a)

A preocupação ambiental na agricultura esteve presente em diferentes conversas em Dom Pedro de Alcântara. Em maior ou menor intensidade, a preocupação estava ligada a **consequências da Revolução Verde**:

Eu me lembro muito assim, né, das coisas que a minha vó falava quando eu era criança, que ela dizia assim: “é, quando chegar no fim do mundo ninguém vai conseguir mais colher, porque a imundice, os insetos, o ruim vai ser tanto que não vão mais conseguir colher as plantas”; mas a gente não precisou chegar no fim do mundo, bastou vim a tal da Revolução Verde do uso do adubo, do uso dos agrotóxicos pra acabar, e ela sempre dizia “quem vai acabar com o mundo não é Deus, é o homem que vai acabar com o mundo”. Ela era muito sábia nessa história, porque realmente é... (P06)

A partir da década de 1990, fortaleceu-se a **ideologia do agronegócio** no Brasil, símbolo da modernidade, “[...] que consiste em demonstrar que a aplicabilidade da ciência na agricultura, por meio de tecnologias cada vez mais sofisticadas, por grandes empresas nacionais e internacionais, é o modelo de progresso associado ao desenvolvimento econômico” (SILVA, 2005, p.4).

Eu nasci e me criei fazendo agricultura. Estudei até a 7ª série, aí parei pra ajudar meus pais, que precisavam de força de trabalho, aí eu tive que parar de estudar pra ajudar na atividade agrícola aos meus 16 anos. Bom, o meu pai ainda não tinha adotado a tecnologia da Revolução Verde, aí eu e meu irmão, nós que, começa com esse desejo de modernidade, de melhorar a produtividade das lavouras, daí entramos na Revolução Verde, com esse conhecimento [...] tecnificar a propriedade, melhorar a produção. Então entramos um pouquinho na questão da Revolução Verde, mais ligado aos fertilizantes, não tanto os venenos, agrotóxicos. Fertilizantes que entramos forte desde 1978, por aí, até 1988, foram uns dez anos de trabalho com a agricultura convencional. (P16)

A partir do senso-comum presente nas entrevistas desta pesquisa, na *agricultura convencional* se utiliza substâncias artificiais, como fertilizantes e agrotóxicos, e na *agricultura ecológica* se utiliza substâncias orgânicas. Aqueles que utilizam predominantemente técnicas convencionais são chamados de *agricultores convencionais* e aqueles que utilizam predominantemente técnicas agroecológicas são chamados de *agricultores ecologistas*. Esta distinção ocorreu lentamente, a partir de algumas iniciativas localizadas de agricultores que sentiam a necessidade de modificar técnicas de cultivo devido aos males à saúde, consequentes da Revolução Verde. Como as situações

são mutantes, optei por utilizar os termos *convencional* e *agroecológico/ecologista* em itálico, especialmente quando designam pessoas.

Diferenciações entre práticas *convencionais* e *agroecológicas* estabeleceram distinções de famílias, que afetam seus vínculos territoriais. Estas distinções se mostraram tão fortes em entrevistas que resolvi abordá-las como novas formas de crenças, que podem tanto unir quanto fragmentar vínculos territoriais – geralmente concomitantemente. Em certa medida, parece continuar uma divisão dos moradores por credo, agora a partir de práticas agrárias e agrícolas.

Os elementos levantados são insuficientes para estimar a magnitude destas divisões e a questão é bastante complexa. A elaboração da metodologia proposta nesta pesquisa demandou bastante tempo e energia e, no entanto, neste texto, defronto-me com grande dificuldade para não ser dicotômica e simplista. Esta dificuldade em mim é um exemplo de que tendências a dicotomias e simplismos são frequentes em nossa sociedade educada a partir de lógicas modernas. Outro exemplo é o tema deste texto, em que percebi dificuldades semelhantes entre agricultores entrevistados. Hannah Arendt (2005[1958], p.205) alerta que, “muito embora as histórias sejam resultado inevitável da ação, não é o ator, e sim o narrador que percebe e ‘faz’ história”. Solicito ao leitor, portanto, vigilância em relação a dicotomias reveladas, que podem estar mais relacionadas à limitação das minhas interpretações.

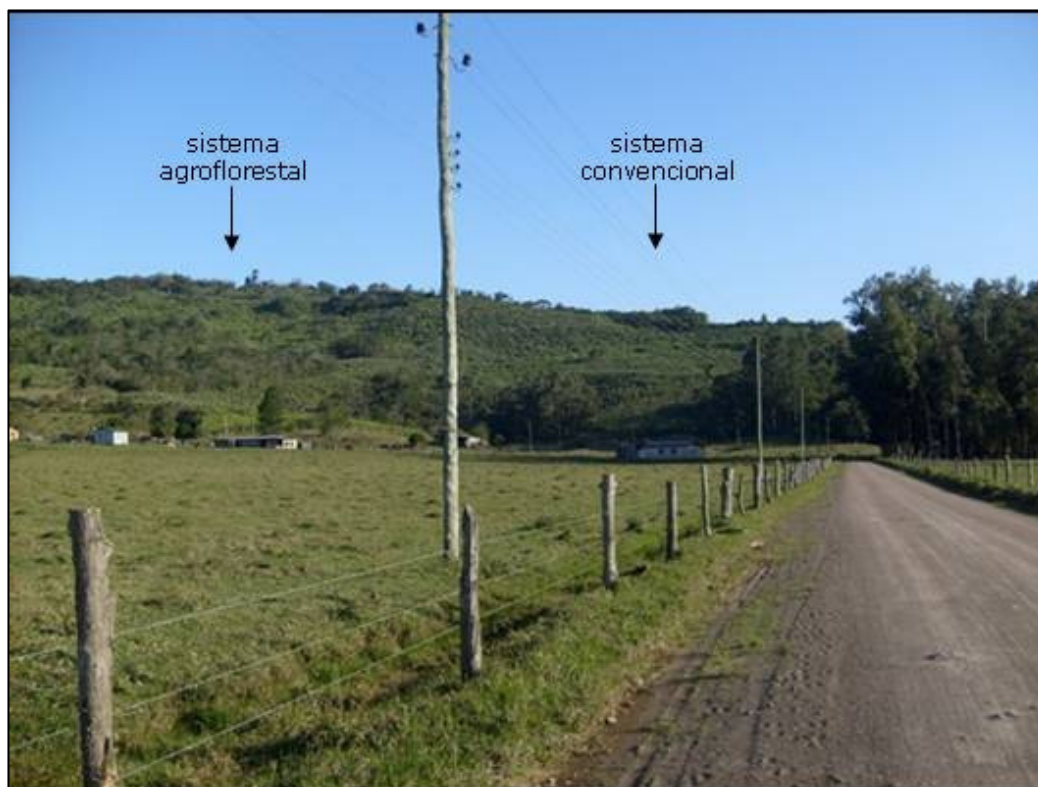
Muitos **agricultores ecologistas** antes eram *agricultores convencionais*. Aos poucos, ao repensarem os efeitos nocivos da Revolução Verde, experimentaram novas técnicas – sozinhos e/ou com orientação – e converteram suas plantações de convencionais para agroecológicas. Por este motivo, também são conhecidos como “agricultores arrependidos”.

Em Antônio Prado, a **Pastoral da Juventude ligada à Igreja Católica**. Aí, o padre [...] tinha um livro sobre probiótica. Eu e meu irmão nos interessamos por esse livro, levou pra casa, emprestado [...] começamos a ler um pouco sobre probiótica. E... bah! Alimentação integral, e coisa e tal, então a gente começou a se interessar por isso, começamos a ler, depois li macrobiótica também, a ler, fizemos uns cursos e adotamos a alimentação macrobiótica. Eu e ele. Sem carne, bem assim, bem radical. (P16)

Os primeiros agricultores a experimentar técnicas mais ligadas à agroecologia, a partir dos próprios conhecimentos, eram conhecidos na região por “relaxados”, devido ao contraste entre uma paisagem resultante dos consórcios de suas plantações com espécies nativas (“plantio no mato”, princípios agrofloretais – fotografia 17) e uma paisagem resultante do padrão monocultor (fotografia 18). Enquanto uma paisagem de um monocultivo representava empenho, dedicação e limpeza, uma paisagem de um sistema agroflorestral representava preguiça, relaxamento e sujeira (semelhante às representações nas figuras 9 e 10, respectivamente – Elo II).



Fotografia 17 - Cultivo de banana em sistema agroflorestal - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Morro do Coco. Fotografia de Clarissa Britz Hassdenteufel, 2008.



Fotografia 18 - Contraste entre paisagens: sistema agroflorestal e monocultivo - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Morro do Coco. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.

Segundo P15, o pioneiro dos sistemas agroflorestais na região foi um senhor, primo de P13a, que “produzia ecológico por amor”, embora vendesse para o mercado convencional. Por falta de um mercado específico, seus produtos, embora orgânicos, eram vendidos como convencionais. Quando P15 começou a produzir ecologicamente, convidou P13a para participar do novo empreendimento: a criação do Grupo dos Ecologistas de Santo Anjo (GESA). Santo Anjo é uma localidade de Três Cachoeiras, município vizinho a Dom Pedro de Alcântara.

Segundo P15, P13a era um “convencional relaxado”, pois deixava o *mato* crescer nos bananais, e por isso sua adesão ao sistema agroflorestal foi mais fácil, enquanto outros estavam bastante reticentes. No início não acreditava neste tipo de manejo, mas por influência de P02a e P15, foi vendo que dava certo. Na época da transição, a venda da *banana convencional* ainda estava em alta, mas sua percepção atual é a de que os que continuaram com este tipo de cultivo sofrem em razão da qualificação da banana e do elevado preço dos insumos. P13a, por sua vez, mantém atualmente o mesmo que ganhava com o *convencional* antes de seu declínio. Atualmente é *bananicultor agroecológico* e fez a conversão para preservar a biodiversidade e diminuir seus custos. Segundo ele, diminuiu aos poucos o uso de agrotóxico e buscou informações. Em outubro de 2010, a conversão total de sua plantação completou oito anos. Atualmente possui **reconhecimento por seu trabalho**, mas no princípio os vizinhos diziam que ele e sua família passariam fome. Hoje os procuram em busca de informações: “melhorou 80%” (P13a).

Explicou que hoje pode levar seu café para o bananal sem medo de onde deixará a xícara, já que não existe veneno, e sente-se bem pela responsabilidade ecológica, por ser um “grãozinho de areia”. Comentou que a ecologia é um tema que ganha cada vez mais expressão. Em Três Cachoeiras, por exemplo, município onde vota, dois candidatos discursavam sobre este tema em seus comícios⁷⁴. Disse que não interessava citar os partidos, pois não definem o interesse pelo tema.

P13a participa do GESA e, assim, vende sua produção para P15, que por sua vez vende para a rede Zaffari/Bourbon de Supermercados, em Porto Alegre. Este tipo de **atravessamento** só ficou claro depois de algumas conversas. Segundo ele, cerca de 30 produtores vendem para esta rede, por intermédio de P15. Segundo P15, responsável pelo grupo, participam do GESA aproximadamente 40 produtores de municípios como Mampituba, Três Cachoeiras, Praia Grande, entre outros. Segundo P13a, P15 foi o “puxador”, mas suas experiências agroflorestais iniciaram mais ou menos juntas.

O sistema de funcionamento do grupo é o seguinte: o agricultor interessado em ingressar é convidado para uma reunião formal, com elaboração de ata, geralmente no

⁷⁴ As entrevistas que fornecem estas informações foram realizadas em ano eleitoral municipal. Sua esposa e seus filhos votam em Dom Pedro de Alcântara.

galpão de P15, e em alguns casos passa a fazer parte do grupo no mesmo momento. A certificação da produção, no entanto, é feita pela Ecovida (desde 2006, aproximadamente) e Ecocert (desde 2004, aproximadamente), intermediadas pelo Centro Ecológico, em Dom Pedro de Alcântara. As bananas vendidas são ensacadas, por exigência da rede de supermercados. Segundo P13a, os produtores buscam alternativas para substituir os plásticos das embalagens. Preferem vender para a rede de supermercados do que em feiras porque criaram um novo mercado, para compensar o fato de serem mais novos no ramo que os agricultores da ACERT (Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres), por sua vez feirantes, que já estabeleceram sua clientela.

O atravessamento⁷⁵ é uma questão bastante polêmica e o desejo de ser autônomo na comercialização de suas produções foi uma constante nas entrevistas com os agricultores. Um forte exemplo é o depoimento do agricultor P14a, que vende para P15, através do GESA, as bananas que cultiva. Segundo os relatos, P15 compra a caixa de 20kg por R\$ 14 a varrida, ou seja, sem distinção de qualidade da banana, preço mais justo do que aquele pago, em média, por um *atravessador convencional*. No sistema *convencional*, a caixa variava entre R\$ 7 e R\$ 14, de acordo com a qualidade da banana. No entanto, P14a compartilhou sentir-se insatisfeito pela continuidade da dependência de um atravessador, pelo GESA não ser uma cooperativa, pois “é particular”.

A busca pela **autonomia** do agricultor, presente no imaginário da maior parte dos entrevistados, está presente em ações da **ONG Centro Ecológico**, cuja sede litorânea é em Dom Pedro de Alcântara. Além do incentivo à formação de cooperativas, estão presentes **cuidados com a saúde das espécies cultivadas e dos agricultores**, cujas ações partem de situações específicas de cada produtor, baseadas em referencial científico: “É, caso a caso e a partir do vivido do agricultor, mas dentro de uma teoria, de uma base pra você fazer as suas inferências, suas observações” (P17).

Mas o Centro [Ecológico] começou em 1985 [no distrito de Vacaria, hoje município de Ipê – Serra Gaúcha]; quem começou o trabalho do Centro Ecológico foi Maria José Guazzelli, ela ainda trabalha com a gente, mora em Florianópolis. Como um exemplo, como uma demonstração de que era possível produzir sem agrotóxico, sem adubos químicos. Porque naquela época vivia-se um momento do final da ditadura militar, então uma reativação, um renascimento dos movimentos sociais no campo, e também já começava a serem observados os efeitos da Revolução Verde no campo. Então, problemas: câncer, bebês nascendo deformados, êxodo rural, problemas ambientais como áreas completamente erodidas, e tudo isso criou nesse momento um ambiente favorável pra várias organizações não governamentais iniciarem seus trabalhos ou se tornarem visíveis novamente, porque muitos ficaram um pouco invisíveis na época da

⁷⁵ Significa uma intermediação entre o produtor e o consumidor. O atravessador/intermediário geralmente é uma pessoa jurídica (empresa, por exemplo) e participa dos lucros através da comercialização dos produtos que compra e revende. O serviço de atravessamento (como transporte, armazenamento e comercialização) agrega custos no preço final para o consumidor; portanto, o produtor geralmente recebe um valor inferior por seus produtos em relação à venda direta, sem atravessamento/intermediação.

ditadura militar. [...] Maria José Guazzelli [...] traduziu um livro muito importante que foi uma referência pra quem estudava agronomia que se chamava "Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos". [...] E lá em Ipê, os dois primeiros anos de trabalho, foram dentro da propriedade. Era muito experimentar, experimentar assim: produzir. E uma experimentação muito interessante porque tinha uma base sólida, que é essa teoria da trofobiose, que até hoje a gente aplica, todo, qualquer curso de agricultura ecológica, de agroecologia que a gente dá para agricultores, a base é essa, que é: as plantas ficam fracas e doentes pela forma que são adubadas, com adubos químicos e, durante o processo de produção, pelo uso de agrotóxicos. Então é um livro que foi e ainda é pra nós uma referência. E aí fomos constituindo, sempre foi muito importante para nós do Centro ter uma base teórica importante, ter uma referência. E isso eu acho que também foi muito importante pra projeção e pra ampliação do trabalho de Centro, porque muitos grupos que vinham, "mas como fazer?" Então nunca fomos a favor do pacote, sempre fomos contra os pacotes e continuamos sendo [...] Pacote tecnológico, "pra uva você usa 30 pulverizações disso, disso e aquilo", entendeu? De tal e tal agrotóxico. (P17)

Trabalhos em Antônio Prado, a partir da sede da Serra, foram desenvolvidos em parceria com a Pastoral da Juventude Rural, Diocese de Caxias do Sul. A sede em Dom Pedro de Alcântara, que atende o Litoral Norte, especialmente a Grande Torres, foi estabelecida a partir de **conexões com a Igreja Católica**:

E essa região aqui do litoral também era Diocese de Caxias do Sul. Então esses jovens [da Serra e do Litoral Norte] se encontravam, e nesses encontros passaram a discutir e colocaram que já estavam desenvolvendo esse trabalho lá [Serra]. E aqui tinha um trabalho muito forte dos padres também, com os jovens. E aí os jovens de Antônio Prado, Ipê, vieram pra cá [Dom Pedro de Alcântara] e passaram uma semana com os padres e com os jovens daqui [do Litoral Norte] discutindo a questão da agricultura ecológica, que era possível, que era viável. Depois desse trabalho aí de base, que não fomos nem nós que viemos, foram os jovens agricultores junto com os padres daqui, nos convidaram pra dar um curso [...] de agricultura ecológica. A partir desse curso é que se formou a primeira associação da região, que é a ACERT, que existe até hoje. E aí começava uma demanda, a gente vinha a cada mês, a cada dois meses, com uma certa frequência pra fazer um acompanhamento, e os padres da região nos colocaram: olha, seria importante ter alguém lá, ter um técnico lá, já. E buscaram um projeto com a cooperação internacional e aí veio um técnico pra cá. Mas um técnico pra trabalhar basicamente em campo, o ponto de apoio dele era a paróquia, morava aqui na paróquia de Dom Pedro, usava o telefone de uma paróquia, telefone de outra... [...] O Padre P08 também, né, era desse grupo de padres, e agora eles estão por outros locais, mas sempre ainda tendo um vínculo grande com vários deles, que toda paróquia nova que eles vão, eles arrastam o trabalho junto, tentam fazer alguma coisa e a gente tenta, na medida do possível, implantar um trabalho, desenvolver, cooperar. Então a partir desse oferecimento a gente instalou escritório em Dom Pedro. E também a gente tinha a ideia de não ser em Torres, por exemplo, que é um município muito mais litorâneo, você não vê a... É claro, tem agricultura, uma agricultura importante, mas a gente queria ficar mais no interior, que eu acho que seria mais importante. Então foi isso que motivou o escritório a estar aqui. E outra, ter a oportunidade de fazer essa parceria com o Centro de [Formação] Pastoral, que tem salas pra cursos, reuniões, um alojamento, um refeitório, uma pessoa que dá conta disso tudo. Então, sempre que a gente precisa de um curso, tá tudo aqui, então isso favorece demais ter essa estrutura. E é claro, a gente usa o escritório sem custo, mas toda vez que a gente vai usar a estrutura do centro a gente obviamente paga alimentação, alojamento, das atividades que vão ser realizadas. Então fechava todas, digamos assim. (P17)

A busca por melhorias na saúde e por responsabilidade ambiental apoiadas em referências científicas também compõem vínculos territoriais de **agricultores convencionais**:

P12b: Meu pai até trabalhou [com cachaça], mas muito pouco. [...] [Hoje plantamos] só a banana.

P12a: Se for diversificar muito...

P12b: Teve uma época em que a gente plantou tomate, mas nunca deixamos de plantar banana. [...] Foi um desafio, a gente plantava, comercializava, tinha o contato com a CEASA.

P12a: Depois, o tomate ficou muito complicado, muita gente plantou.

P12b: A gente se preocupou muito com fungicidas, inseticidas, uma carga de agrotóxicos muito alta.

P12a: Tem muitas doenças, acabava com uma e vinha outra, foi um desafio enorme, era a mesma coisa que jogar na loteria, pois gastava uma fortuna e não sabia se ia ter retorno; então foi uma coisa que se viu que era muita loucura e voltamos para a banana. Isso coincidiu com a época das novidades na banana, daí largamos o tomate e voltamos para a banana. Mas houve a tentativa do tomate porque a banana estava complicada para se viver, então tinha que tentar uma lavoura diferenciada. [...] Banana, na verdade, não tem muita literatura, não têm dados aqui no Rio Grande do Sul. A área é pequena, devido ao clima. Desde que ele [filho] foi estudar, ele começou a pesquisar porque a gente não tem isso. Agora ele vai fazer a tese em cima da climatização, para ver se a gente consegue mais qualidade. [...] Na época [da faculdade], ele questionava, e era conhecido como o "alemão da banana", pois tinha muito arroz, soja, mas ele perguntava "e a banana?". O professor da fruticultura começou a programar saídas de campo, e era uma coisa que a Universidade nunca tinha feito, pois não tinha interesse. Agora todo semestre tem uma saída de campo aqui na região: eles vêm olhar o abacaxi em Terra de Areia e ver a banana aqui, sempre.

Apesar destas preocupações ambientais, em algumas conversas com *agricultores convencionais* ficou evidente um imaginário de segregação ligado ao Centro Ecológico entre *convencionais* e *agroecológicos*. Diversos elementos podem contribuir para isso. Um deles é uma distinção imaginada entre o trabalho da EMATER de Dom Pedro de Alcântara, cujo foco de assessoria estaria em práticas convencionais, e o trabalho do Centro Ecológico, cujo foco é agroecológico. Ao perguntar a P05, técnico da EMATER de Dom Pedro de Alcântara, sobre os sistemas agroflorestais, disse-me que não os aprova. Práticas *convencionais*, no entanto, precisam ser contextualizadas, pois são distintas daquelas relacionadas aos latifúndios de monocultivo de soja, por exemplo. A EMATER de Dom Pedro de Alcântara, segundo P05, estimula o cultivo de hortas é a favor do consórcio de algumas plantas, como o palmito, mas outras criam fumagina (fungo que ataca bananas); o cultivo do palmito, por sua vez, não se expande devido aos roubos: o proprietário que sofre o roubo precisará se justificar à FEPAM e comprovar que não foi o mesmo quem fez o corte. Finalizamos a conversa com P05 falando sobre sua iniciativa de criar uma reserva ambiental na área da Igreja, pedindo-me para que eu falasse com o coordenador técnico do Instituto Curicaca sobre isso.

Talvez um dos motivos do imaginário de segregação seja a maior expressividade, inclusive na quantidade de famílias atendidas, da assessoria do Centro Ecológico em relação àquela prestada pela EMATER de Dom Pedro de Alcântara (“A EMATER aqui não tem expressão” - P13a):

P17: Olha, o Centro Ecológico como um todo, nos dois núcleos de trabalho, a gente estima que a gente trabalha com em torno de 500 famílias, mas trabalha diretamente, são aquelas famílias que a gente visita com frequência, que têm uma relação direta com o Centro. Claro, nosso trabalho envolve inúmeras atividades de capacitação, seminários, então a gente não tem noção do que que isso representa. Então vamos dizer assim, um agricultor que faça um curso aqui com a gente, ele volta pra propriedade, ele começa a usar algumas técnicas, ele começa a aplicar algumas coisas, e de repente ele conseguiu diminuir o número de pulverizações que faz, ele diminuiu o uso de adubo químico, já aprendeu a fazer isso, fazer aquilo... Ele não necessariamente se vincula ao trabalho de alguma associação, de algum grupo que a gente assessora normalmente, mas ele já incorporou alguma coisa, o que tá ótimo, pra ele, pro meio ambiente, pra tudo. Mas a gente não tem essa noção de quantas pessoas incorporaram práticas, técnicas, princípios a partir dos processos de formação que a gente desenvolveu. É um fora de controle bom, né? [risos] O que a gente quer é isso...

Pesquisadora: São multiplicadores...

P17: Exatamente. O que a gente quer é isso, a gente quer que o trabalho avance, quanto mais pessoas vinculadas e envolvidas em diferentes níveis, pra nós, pra todos nós, como um todo, é melhor.

O trabalho de multiplicação, no entanto, não é suficiente para explicar o imaginário de segregação, como relatado por uma *agricultora convencional*:

Quantas e quantas vezes, a gente sempre esteve aberto para ser multiplicador, no caso, mas nem todo mundo está aberto. Mas hoje já tem mais gente... Depois que o [...] [Filho] se formou, para fazer análise de solo, perguntar como coleta, com saco de terra, para [...] [Filho] fazer análise. A gente sempre esteve aberto, **porque ninguém fica sozinho**, então a gente acha que quanto mais gente progredir e enxergar de maneira correta... Porque daí comprar adubo e ir jogar de qualquer forma... Isso sim é destruir a natureza. Se eles perguntam que dose colocar, a gente diz “não precisa usar isso, bota menos”. Tudo o quanto a gente pode contribuir, a gente faz. Nem todo mundo vai ter um filho que se interesse em estudar Agronomia, passar lá na UFRGS, que tenha um parente que possa ficar por um tempo, pois a gente não tinha condições de manter ele lá, a gente tinha bastante dificuldade financeira. Nada foi fácil. E ainda não é. Se a gente olhar para trás, a gente tem muito, pois a gente não tinha nada, tudo foi no caminhar dos anos, a gente está casado há quase trinta anos; não é do dia pra noite que a gente consegue as coisas. (P12a)

Embora o trabalho do Centro Ecológico seja de extrema importância na assessoria de agricultores ecologistas, é a capacidade de conexão entre estes agricultores, e entre consumidores de suas produções, que fortalece as ações⁷⁶:

Pesquisadora: E esse trabalho de assessoria é feito através de associações?

⁷⁶ Os produtores pertencentes ao GESA, por exemplo, trocam alimentos entre si. O casal P13a e P13b também compra alguns alimentos na COPETI, cooperativa de consumidores de Três Cachoeiras.

P17: É, basicamente a gente assessora associações, cooperativas. Hoje, eu não sei mais quantas associações têm na região, se 12 ou 15 associações e grupos de agricultores, tem a cooperativa regional, que foi criada, muito importante, há dois anos⁷⁷.

Pesquisadora: Como se chama?

P17: Cooperativa Regional de Agricultores Ecologistas... Se chama ECONATIVA. Sede ali em Três Cachoeiras e fazem parte agricultores membros de grupos de ecologistas. E agora, mês passado, se não me engano, foi aberta uma filial dessa cooperativa em Ipê. Isso vem sendo discutido há muito tempo, de se montar uma nova cooperativa lá, já existe a AECI, a COPPEG, eles decidiram montar uma filial da ECONATIVA em Ipê. Então foi um processo longo, bem interessante de discussão entre agricultores daqui e agricultores de lá e, claro, o Centro Ecológico cumpre um papel importante aí...

Pesquisadora: De mediação...

P17: De mediação, por ser uma ONG que está nas duas regiões. E fora esse trabalho com os agricultores, a gente tem também um trabalho grande de educação ambiental, a gente tem trabalhado bastante com escolas, especialmente aqui do litoral, desde 2004, 2005 que a gente tem um trabalho com as escolas... Tem um trabalho com as cooperativas de consumidores, que são três na região...

Pesquisadora: São quais?

P17: É a COPETI, Três Cachoeiras, a ECOTORRES e uma em Araranguá, que é a Viver Mais. Eram cinco, mas houve um refluxo por inúmeras dificuldades de manter, de ter produto, é um desafio grande, é uma coisa que a gente aposta bastante.

Pesquisadora: É uma forma de vender os produtos, como é que é isso?

P17: É... A cooperativa é uma articulação de consumidores que queriam ter acesso a produtos ecológicos de segunda a sábado, porque, por exemplo, a cooperativa de Torres surgiu antes da feira de Torres, então o pessoal não tinha acesso.

Pesquisadora: Foi uma demanda dos consumidores?

P17: Dos consumidores. Os consumidores de Três Cachoeiras viam passarem ali na [BR-]101, pra frente, pra trás, e não conseguiam comprar. Teve uma tentativa de feira, uma tentativa de entrega de cestas, mas eles viram que a cooperativa seria a forma de viabilizar. E o seguinte, a região produz bastante, mas quando você quer farinha de trigo, suco de uva, erva-mate, não tem, então você precisa de um espaço que articule, que concentre isso. Então surgiu a de Três Cachoeiras, a gente acompanhou desde o início as discussões, inclusive a proposta de ter uma cooperativa foi dos cidadãos e cidadãs de Três Cachoeiras, inspirados na COOLMEIA. Aí Torres, pessoas de Torres ficaram sabendo e se conheciam e estimularam a discussão, então fundaram a cooperativa de Torres. Depois foi fundada uma em Praia Grande, a COOPERVIDA, depois... Hoje em dia, a COOPERVIDA, ela não tem um ponto de venda, mas ela se tornou uma cooperativa regional, pra fazer a comercialização de produtos de agricultores ali da região. Depois uma em Sombrio, que não conseguiu se manter, por todas as dificuldades enfim, pois não tem uma produção mais forte na região, fica bem difícil... E Araranguá, que mantém ainda. Cinco que existiam, três que ficaram.

Pesquisadora: E aí quem administra?

P17: A própria cooperativa. Eles contratam funcionários...

Pesquisadora: Os agricultores fornecem o produto...

⁷⁷ Entrevista realizada em 2008.

P17: Os agricultores fornecem, e muitos são sócios. A COPETI tem inúmeros sócios, porque além de produzir, eles consomem, e Torres também tem vários agricultores que são sócios, existe um conselho administrativo que contrata os funcionários, que dão conta de tudo. E em Torres, acabou que a gente tinha uma ideia antiga de um espaço que pudesse articular outros empreendimentos solidários, então a gente hoje, apoiado pelo Centro Ecológico, tem ali a Casa da Economia Solidária, que funciona a ECOTORRES, um café, uma biblioteca – a Eco Social –, e no verão a COTAVI, que é a cooperativa das costureiras, que a gente assessora também. Então a gente colocou assim um pouco o pé no urbano, com essas cooperativas de consumidores, com essa cooperativa de costureiras e um pouco do trabalho de economia solidária, que a gente fez timidamente, articulando grupos urbanos. Todo ano, ano passado a gente não fez, mas esse ano a gente vai fazer novamente, a gente vai pra terceira edição da feira de economia solidária, onde a gente traz os agricultores ecologistas e os grupos urbanos: artesanato, e outros, costura... E colocam eles juntos ali, numa feira num fim de semana, bem legal, bem interessante você fazer esse contato rural-urbano... Então a gente viu que muitas pessoas nem sabiam que tinha feira, nem sabiam que tinha cooperativa em Torres, que é uma cidade relativamente pequena, e aí você começa...

Pesquisadora: A divulgar...

P17: É, esse entrelaçamento, essa divulgação.

O acesso às informações do Centro Ecológico, segundo P17, é livre:

Mas, por exemplo, se um agricultor aqui da região, nunca vai ficar sem ser atendido, no sentido da gente, do produtor que queira produzir ecologicamente, se entra em contato com o Centro, a gente faz uma visita, convida pra cursos, então tem... Porque aqui na região não dá pra dizer que tem grande produtor. Você pode até pensar que no arroz tem alguns com áreas um pouco maiores, mas não dá pra chamar de grande produtor, isso relativiza com a cultura que ele tá no momento, não pode dizer que um agricultor que tem 30 hectares de terra, que produz arroz, é um grande produtor. (P17)

Este acesso é relatado por *agricultores convencionais*, por sua vez, enquanto divulgação restrita:

O Centro Ecológico é um grupo muito fechado. Eu tentei participar, mas é um regime fechado: ou tu és 100% orgânico, como eles acham que deve ser, ou não te dão informação nenhuma, não há um meio termo. Se tu plantas de maneira convencional, então tu não entras nem na reunião, nem no curso. (P12a)

O Centro Ecológico, cuja equipe conta com nove integrantes, não prioriza a divulgação de informações, por focar no atendimento de demandas: “Sim, mais no boca-a-boca, e a gente trabalha sobre demanda. A gente tem uma equipe pequena. [...] Então a gente não tem muita estratégia de divulgação, a gente trabalha bastante sob demanda” (P17). Estas demandas, por sua vez, estão relacionadas ao conceito de **Agroecologia**, e não apenas à agricultura orgânica. O conceito de agroecologia aborda, mais do que a utilização de técnicas a partir de elementos orgânicos, relações sociais justas:

A minha porta de entrada para a agricultura alternativa, hoje agricultura ecológica ou agroecologia foi um pouco como a alternativa que os agricultores familiares, na época chamava pequeno agricultor, pequena produção, tinham pra se viabilizar. Porque com agrotóxico, adubo químico, não tinha como viabilizar agricultura familiar, a gente sabia de

todos os problemas que existiam. Então a minha entrada lá não foi pelo viés ambientalista, como muitas pessoas têm, a minha entrada nesse campo foi como a forma de viabilizar a agricultura familiar, o pequeno agricultor, era a agricultura alternativa. (P17)

Segundo Miguel Altieri (2004[1998], p.21),

Só uma compreensão mais profunda da ecologia humana dos sistemas agrícolas pode levar a medidas coerentes com uma agricultura realmente sustentável. Assim, a emergência da agroecologia como uma nova e dinâmica ciência representa um enorme salto na direção certa. A agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (Altieri, 1987).

Como a agroecologia pressupõe relações sociais distintas daquelas estabelecidas geralmente por *agricultores convencionais*, estes podem **sentir-se excluídos da comunidade**, cuja segregação simbólica pode resultar em uma fragmentação de vínculos territoriais:

É como trocar de religião: eu entendo que é uma seita. Eu tentei muitas vezes. Meu marido era mais radical, pois ele era da geração da Revolução Verde, então aquela coisa de que o químico é que dá certo. Eu tentei essa aproximação, pois eu sei que é importante a preservação, ele também sabe, mas na época, era uma coisa que batia muito de frente. (P12a)

A forte ligação entre a Igreja Católica e o Centro Ecológico pode ser uma das causas do sentimento de "acusação" que levou P12a e sua família a pararem de frequentar as missas:

P12a: A gente foi visto como alguém que fazia mal para a sociedade, foi dito isso claramente na comunidade, então a gente foi separado do grupo. Não interessa, era como alguém que não tem escrúpulo, que vai acabar com tudo, acabar com a água, pois está usando óleo mineral. Nós fomos os primeiros a usar óleo mineral, então "o óleo vai acabar com tudo"... Então tinham coisas ditas nas reuniões, ditas nas missas, eu ouvi isso na missa... [...] Que estavam usando óleo mineral na lavoura, que estavam acabando com tudo, que "esse pessoal"... E quem era esse pessoal? Éramos nós, então a gente foi colocado assim. [...] Eu trabalhava na escola, e o Centro Ecológico era uma entidade que ia na escola conversar com os alunos e tudo, e eu me interessei, tentei trabalhar com isso, mas eles sempre tiveram reserva nas suas informações. Nós oferecemos, mais de uma vez, áreas de terra para eles fazerem experimentos, a gente gostaria muito de produzir banana com qualidade, então eu coloquei para o [...] [Técnico do Centro Ecológico], que trabalha ali, se é possível produzir com qualidade. Ele disse que era possível, então questionei porque a gente não podia tentar, se só podia ser em áreas pequenas, então por que não pegam uma área lá do sítio? Mas eles nunca foram fazer. A gente abriu tudo o que podia, mas nunca teve retorno. Sempre que precisavam de uma informação nossa, como ele mesmo fez um estudo e veio aqui em casa perguntar dados e nos prometeu algum retorno... Eles nunca passaram informação. Uma vez que queria um endereço de um produto orgânico, que substituiria por um outro, e nem isso eu consegui. Depois eu descobri, o [...] [Filho] pesquisou na internet e com as amigas da faculdade. Tudo o que a gente precisa: um produto orgânico, um endereço, nunca nos deram. Não é uma coisa que nós não queremos: nós já fizemos práticas de preservação, na medida do possível, a gente faz, o [...] [Filho] pesquisa bastante, mas a gente anda com as nossas próprias pernas, porque a gente ficou meio... Se foi essa coisa do início, se foi porque daí, a partir do momento em que tu progrides, as pessoas não querem...

[...]

Pesquisadora: Como vocês lidaram com as críticas do padre, da Igreja? Vocês são católicos?

P12a: Sim.

Pesquisadora: Isso influenciou? Vocês deixaram de ir à missa?

P12a: Eu me afastei bastante, pois é um lugar muito pequeno, aí fica complicado. Na época, era bem pesado, e isso nos afastou bastante.

Pesquisadora: Isso foi em que época?

P12a: Na época em que o Centro Ecológico veio para cá, tu não tens o registro?

Pesquisadora: Faz uns vinte anos...

Foi possível identificar uma percepção sobre o Centro Ecológico em que o conceito de Agroecologia está ausente, de que a ONG prioriza a produção ecológica:

P12a: A partir do momento em que o [...] [Filho] foi estudar, a gente busca informação onde quiser, tu trocas, tu buscas, não precisa mais da informação deles. Muita coisa que a gente ouve, a gente vê que é mito, é lenda, a pessoa tem pouco conhecimento, vai numa palestra e explica para uma pessoa que tem pouca cultura que algo faz mal, aí a pessoa bloqueia. Uma vez, numa reunião deles, eu vi uma senhora dizendo que cuidava muito da terra, que era sagrada, e nada de botar veneno. "Onde já se viu colocar venenos para formigas?" Ela disse que colocava uma pilha e daí as formigas morriam, então não precisava do veneno. **A consciência ecológica está muito longe da pilha. Falta conhecimento, é um conjunto.**

[...]

P12b: Eu diria que a nossa produção falta pouco para ser ecológica.

P12a: Ficou esse mito de que a gente usa mais [agrotóxico] que todo mundo...

P12b: E a gente usa menos que os outros: usamos só o necessário, o que é preciso usar. Mas ficou esse mito.

P12a: E como a gente tem acesso à informação... E também ficou isso: se o produto for muito bonito, está cheio de veneno, então, se alguém vê uma penca de banana, diz "ah, essa é muito grande, deve ser puro veneno".

Pesquisadora: Em Porto Alegre também é assim.

P12a: Veneno não faz banana crescer, nem ficar mais isso ou aquilo.

P12b: A gente tem uma planta bem nutrida.

P12a: Na verdade, tem gente que tem qualquer coisa jogada e usa o químico na frequência errada, então usa muito mais que a gente. Mas se olhar a lavoura... É a falta de informação: é a história da pilha da mulher.

Perguntei para P16, técnico do Centro Ecológico, sobre o perfil dos agricultores que demandam a assessoria da ONG:

Pesquisadora: E como é que feita a escolha, por exemplo, grandes produtores podem entrar também ou é mais focado nos pequenos?

P16: Nós, o trabalho do Centro Ecológico, ele sempre foi voltado pra agricultura familiar, que é quem não pode... Até porque os nossos projetos, como nós vivemos de projetos, é uma ONG que vive de projetos, o Centro Ecológico, os projetos são sempre mais voltados à agricultura familiar. E nossa opção é sempre com os mais necessitados, então mesmo dentro da agricultura familiar nós vamos dando preferência às

comunidades mais carentes, com mais dificuldades... Em comercializar, por isso que agora estamos entrando em Três Forquilhas, que tem comunidade quilombola, têm famílias que trabalham com subsistência, dificuldades de ter renda, de se manter, então esses são prioritários pra nós. **E grande produtor, a gente nunca acompanhou, porque a gente acha que eles podem pagar tecnologia, quem tem que receber de graça o conhecimento tem que ser o pequeno, que tá mais lascado**, né, então um produtor maior, ele pode contratar um técnico, ter um consultor, ter alguém, ele tem o recurso e o pequeno não tem, então... E agente sabe, é cada vez pior pro pequeno agricultor, o êxodo rural, saindo do campo, então a gente quer que ele permaneça...

Esta priorização também é expressa no relato de P17, também técnica do Centro Ecológico:

Pesquisadora: E tem, teve ou tem procura de grandes produtores, que querem aprender técnicas?

P17: Às vezes, sim.

Pesquisadora: E como é que isso acontece?

P17: Bem... Já chegou até de São Paulo, um produtor de laranja, querendo assessoria e tal. Aí a gente sempre coloca, né: nossa prioridade é a de trabalhar com agricultores familiares, que existe uma falta de tempo. Têm nos procurado bastante por causa da certificação participativa, aí a gente abre toda uma janela que é a rede ECOVIDA, que você pode depois até entrar no site da ECOVIDA pra ver, Rede ECOVIDA, se tu procurar no Google, vai te dar. Que é uma rede que tem nos três Estados do sul do Brasil, que congrega famílias, grupos de agricultores e agricultoras, ONGs e cooperativas de consumidores. A gente tem um núcleo bem ativo aqui na região que faz esse processo de certificação, a Rede de Agroecologia, mas uma das atribuições, quesitos, que faz o processo de certificação, então têm nos procurado, já nos procuraram, pessoas de Porto Alegre e outras regiões, querendo a certificação, mas a gente explica: **bom, a certificação é uma coisa, a rede tem todo um outro objetivo.**

A comercialização, bastante ligada à autonomia de produtores, é um dos pontos fortes nas ações do Centro Ecológico:

O que a gente percebe é o seguinte: uma das coisas que a gente tem que trabalhar muito forte é a questão da renda. **Porque o agricultor tem muita dificuldade na hora da comercialização.** Se a gente... Criamos uma cooperativa regional, aqui o Centro Ecológico ajudou, fomentou surgir a cooperativa dos agricultores ecologistas, pra cada vez mais trabalhar forte a questão do mercado. Se a gente chegar com propostas assim pro agricultor: olha, vamos produzir ecológico, mas também tem onde colocar a produção, vocês vão vender melhor o produto, vocês podem sair do **intermediário**, vender direto; a gente tá percebendo que poderia aumentar muito os agricultores. Claro, a princípio tem o interesse de vender melhor o produto, mas depois tu trabalharias outros aspectos: a ecologia, a produção orgânica, os sistemas agroflorestais, vai se trabalhando aos poucos, construindo esse conceito no agricultor. (P16)

[...]

Pesquisadora: E como é o perfil do agricultor que procura vocês? Tem havido uma diferença de uns tempos pra cá, se antes era mais uma preocupação com saúde e o meio ambiente, e se hoje é mais por causa de uma aceitação do mercado?

P17: Sim, eu acho que sim... Desde sempre nos procuram pessoas preocupadas com a sua saúde, com a questão ambiental, com a saúde dos consumidores, principalmente a questão das hortaliças e a questão das frutas na Serra – uva, maçã, a maçã que é feita muita pulverização -,

tinha uma preocupação com quem tá comendo o nosso produto... E, claro, com o mercado, ele sempre está presente. E eu acho que hoje a divulgação, a mídia, o produto orgânico, existe mais aceitação, existe inclusive uma demanda do mercado, as pessoas têm buscado, os agricultores têm buscado um pouco por causa do mercado. Mas sempre os outros aspectos estão presentes também. Pelo menos pra mim, não lembro de produtor que chegue aqui e quer mudar só porque vai ter mais venda do seu produto. Eu acho que vem junto, porque parte de uma reflexão de querer mudar: ah, não vou mudar tudo agora, vou começar por uma parte, pra testar, experimentar, pra ver se funciona. E o mercado cumpre um papel fundamental, os agricultores dizem que, se tivesse mais mercado, se tivesse mais venda, "venda certa" que eles chamam, né, mais agricultores mudariam. Mas o Centro nunca garantiu comercialização. A gente sempre tentou fazer a ponte, conectar, olha, por exemplo aquele plano de venda de banana ecológica em Caxias do Sul, na Prefeitura, o Ponto de Colheita, a gente faz articulação, até hoje, faz a ponte, mas...

Pesquisadora: Não tem como garantir.

P17: Não tem como garantir... A gente nunca comprou a venda do produto, a gente nunca cumpriu esse papel. Sempre assim: "tá, precisa de um agente? Então, gente, vamos fundar uma cooperativa! Tem que vender? Então, né..." Então, foi sempre nesse sentido que a gente fazia.

Entre *agricultores convencionais*, a comercialização é feita geralmente através de venda para *atravessadores* (intermediários), da venda direta no CEASA (em Porto Alegre) por *atravessadores* que também produzem, ou, em casos mais raros, através de feiras. Para *atravessadores*, tanto de produtos *ecológicos* quanto *convencionais*, ou produtores maiores, as feiras são percebidas como empecilhos: "O Centro [Ecológico] se instalou ali, no espaço paroquial... Nada contra, eu acho ótimo quem consegue produzir nesse sistema [agroflorestal], mas daí produz bem pouquinho e vender em feiras, coisa assim que 'aperta'." (P12a); P15 disse ter raiva de feira porque tira o produtor da agricultura, por demandar muito tempo. Estes pontos merecem aprofundamento da reflexão para avaliar a complexidade territorial, em que vínculos territoriais ora se superpõem, coexistindo em territorialidades tolerantes, ora conflitam, porque seus vínculos com o território divergem essencialmente. É o caso, por exemplo, do significado de feiras enquanto espaços ou reforçadores ou enfraquecedores de vínculos territoriais.

O sentimento de isolamento, no entanto, é mais complexo e vai além das relações entre Centro Ecológico e Paróquia:

A própria sede do centro Ecológico: a sede é aqui [em Dom Pedro de Alcântara], mas o braço mais forte deles é em Morrinhos do Sul, em Mampituba também tem alguma coisa. **Em Dom Pedro mesmo, produtor ecológico, é o lugar que multiplicou menos, a coisa não anda.** Tem poucos produtores que trabalham com eles, tem mais dos outros municípios, e olha que eles estão aqui dentro, então era para ser maior. **Dom Pedro tem uma coisa limitante, que eu não sei...** (P12a)

As substituições do antigo, geralmente interno à Colônia, pelo novo, geralmente externo, não correspondem efetivamente a um sentimento de *progresso* na Colônia, embora tão recorrente em compreensões sobre o tema: "Foi em 1826. Os alemães vieram pra cá" (P09a). "É, muito velho pra não desenvolver nada" (P09b). "E não... É, e não, no fim um cantão assim que não desenvolveu" (P09a).

3.4 Vínculos territoriais entre pioneirismos, cooperações e solitárias frustrações

“ Assim como a vida, também a nossa história se tece de alegrias e tristezas; de esperanças e frustrações; de fracassos e vitórias...”

(SELAU, 1995, p.111)

Apesar do frequente discurso sobre isolamento e comodismo, diversas tentativas em direção a um progresso imaginado ocorreram na Colônia São Pedro de Alcântara. Além daquelas já relatadas, como a construção de capelas e de um hospital, foram construídos um clube, a escola, usinas de álcool, entre outros projetos, presentes em relatos nos livros de José Selau (1995, 1999) e em conversas com moradores:

Acho que era a maior parte o pessoal daqui [que passava], né, passava os tropeiros que vinham da Serra que traziam gado, [...] passava esses viajantes. Tinha hotelzinho, tu vê que aqui na Colônia tinha hotel. Primeiro tinha uma pensão, aí depois o dono da pensão ficou doente e morreu, aí a família acabou com a pensão, depois fizeram um hotel [...] Eu acho que vinha gente pra cá de fora... [...] Aqui na Colônia primeiro tinha delegacia, tinha tudo, pois tinha o delegado que morava ali, tinha o pessoal de fora que vinha trabalhar, tinha os professores, aí paravam no hotel... [...] Era, o Hotel Verde! [...] [Paravam no hotel] os professores, os viajantes, tinha médico, tinha uma clínica, um hospital ali primeiro. Antigamente tinha tudo isso aqui, né. (P06)

O cultivo da cana de açúcar era predominante na Colônia até a década de 1950, aproximadamente. Entre 1911 e 1957, foram construídas quatro usinas de álcool. O que chama bastante a atenção é a duração de funcionamento de cada uma: todas faliram em pouco tempo. A primeira, instalada na localidade Morro do Coco, foi um projeto para garantir maior independência dos agricultores frente aos fretes e intermediários, num contexto de transporte terrestre por carretas:

Mas a picaretagem, como hoje, já funcionava naquele tempo, sendo que os fretes e os intermediários absorviam quase todo o lucro do colono. E foi por esse motivo que por volta de 1911, alguns abnegados da Colônia, encabeçados por Manoel Baltazar, Bento Farias e Cincinato Borges resolveram unir-se com o apoio dos colonos e construir uma destilaria de álcool, já que mais de 50% da cachaça de Torres era destinada à fabricação de álcool. Com uma destilaria deste produto, aqui na Colônia, o frete, é claro, se reduziria em mais de 50%, o que seria uma grande vantagem para o colono (SELAU, 1995, p.31).

O empreendimento faliu pouco tempo depois de começar a funcionar, devido à desvantagem competitiva de seus preços com usinas de outras regiões. Ainda com o objetivo de independência de intermediários, desta vez num contexto de transporte lacustre, “[...] por volta de 1933, alguns colonos, liderados por Francisco Heinzenreder, fundaram a Cooperativa Torrense de Aguardente” (SELAU, 1995, p.31):

[...] batalhou e conseguiu, juntamente com outros companheiros, a fundação de uma cooperativa de aguardente de âmbito municipal, com sede na Colônia São Pedro, visando congregar o produtor de aguardente e, assim, arrancá-lo das garras dos atravessadores que deixavam os produtores completamente marginalizados neste sentido (SELAU, 1995, p.45-46).

Segundo relato de José Selau (1995, p.31-32), o funcionamento da cooperativa não foi satisfatório e foi completamente extinta no começo dos anos 1950:

Com pouco conhecimento cooperativista, tanto do presidente como dos associados, e ainda uma grande dificuldade permanente nas comunicações com os grandes mercados, poucos resultados a cooperativa trouxe. Arrastava-se, épocas melhores, épocas piores. Não resolveu de forma alguma os problemas dos colonos que sem uma conscientização cooperativista, a tudo assistiam impassíveis, vendo as falcatruas acontecerem sem nada poder fazer. Assim a cooperativa passou de mão em mão, até ser completamente extinta no começo dos anos 50, sem ter podido cumprir plenamente as suas finalidades.

Uma segunda tentativa cooperativista durou apenas alguns meses: "As exigências para tal eram muito maiores que antigamente e o conhecimento cooperativista do colono era o mesmo de 50 anos passados" (SELAU, 1995, p.32). Nos relatos presentes nas entrevistas, geralmente as frustrações estavam acompanhadas por vontade de compreensão e bom humor:

Eu tinha que pesquisar alguma coisa, ler, eu já comprei livros sobre a questão da imigração para tentar entender. [...] E ele [José Selau] também era um autodidata, então muita coisa ele também deduzia. Nós, às vezes, brincamos, em reuniões, quando alguma coisa não dá certo "isso vai para o livro do Selau: mais uma coisa que não deu certo". Tentaram montar a cooperativa da cachaça: não deu certo... Depois de tantos anos, não deu certo. (P12a)

Em 1935, ainda durante o funcionamento da primeira cooperativa e através da empresa Dreher & Cia. de Porto Alegre, foi construída a segunda usina de álcool na Colônia, que faliu depois de um ano:

Ficava ali na Baixada, bem defronte à gruta. Era uma usina moderna, bastante sofisticada. [...] Álcool de primeira, conforme o engenheiro responsável. [...] Funcionou alguns meses e sem maiores explicações tudo foi desmontado e levado embora para ser erguido no município de Santo Antônio da Patrulha. Até hoje não se tem uma explicação plausível para o fato (SELAU, 1995, p.32).

Em 1945 (1946?⁷⁸), com iniciativa de líderes municipais e participação do Poder Público, foi construída a terceira usina de álcool, no Porto Colônia; longe dos canaviais, faliu meses depois. Em 1957 (1958?), na localidade de Morrinhos foi construída a quarta usina de álcool, que por motivos técnicos e administrativos faliu antes de ser inaugurada. (SELAU, 1995).

A partir de 1950, com o aumento do cultivo da banana, ocorreram outras tentativas de formações de cooperativas.

Tava ontem falando o negócio da cooperativa. Foi feita a cooperativa, então o troço parou. [...] o padre daqui e o presidente da cooperativa [...]

⁷⁸ As datas nos relatos de José Selau (1995, 1999) são imprecisas.

trabalhavam junto e esse padre, meu antecessor, ele trabalhou muito pela cooperativa da banana, conseguiram registro de exportação. Exportações de banana, tava dando dinheiro, tava dando muito dinheiro. (P08)

A duração dos projetos, no entanto, permanecia breve:

A distribuição da renda, a cooperativa ia bem, depois entrou como em todas coisas nessa região, sei lá o que que há, não tem persistência, não tem uma coisa. Tá tudo assim, não subsististe, não permanece, não desenvolve. Tem um sapo enterrado. É o azar né, os cientistas. [risos] É a expressão, sapo enterrado. Ia muito bem a cooperativa, só que depois foi indo, hoje funciona assim, sei lá. Hoje nem to mais por dentro, depois venderam [...] o registro de exportar, o registro de exportação da cooperativa. (P08)

As cooperativas passaram a se fortalecer após a instalação do Centro Ecológico em Dom Pedro de Alcântara. O número de famílias participantes da Colônia, no entanto, é inferior ao dos outros municípios atendidos pela ONG: "Mas realmente assim, nos surpreende um pouco, a gente estando em Dom Pedro, e ter pouca demanda de Dom Pedro" (P17).

Pesquisadora: Algo que foi bem recorrente que eu ouvi aqui é que as pessoas não são perseverantes em Dom Pedro, que aqui tudo é difícil, que se tentou fazer cooperativas e todas falharam...

Funcionária que estava na sala, nascida em Dom Pedro de Alcântara: [risos] Ela leu teu pensamento [risos]

Pesquisadora: E aí assim, como eu só conversei com pessoas que são muito ativas, eu não percebi isso aqui na região...

P17: Mas é, você está lidando com um estrato de pessoas que estão fazendo, que estão participando de um grupo, que estão numa cooperativa, que estão numa associação, mas é realmente muito difícil, tanto que essa cooperativa regional, ela foi formada a partir de agricultores já vinculados a associações e grupos. Mas levou muito tempo, existe um descrédito super grande; eu não sei se houveram iniciativas com os condomínios, teve uma época que os condomínios... [...] Eram fundados... Chamavam-se condomínios, mas você poderia chamar uma associação, pra ter câmaras de climatização da banana, não sei se comercialização de outros alimentos... [...] Da cachaça... Eu não sei se foram tentativas frustradas que colocaram o... Levaram ao descrédito do sistema, entendeu? Mas realmente é bem mais difícil. É bem mais difícil.

Hannah Arendt (2005[1958]) fornece algumas pistas que podemos relacionar com aquelas fornecidas na Colônia. Segundo a autora, é na *ação* que o homem revela a ele mesmo, é a fonte do significado da vida humana:

Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos; mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens. [...] Só a ação é prerrogativa exclusiva do homem; nem um animal nem um deus é capaz de ação, e só a ação depende inteiramente da constante presença de outros (ARENDR, 2005[1958], p.31).

A ação só se torna relevante através da palavra falada, através da comunicação com o Outro, pois "só no completo silêncio e na total passividade pode alguém ocultar quem é [...]" (ARENDR, 2005[1958], p.192). É na *esfera pública* que posso revelar quem sou enquanto um ser único e distinto: "Se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde

ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como ser distinto e singular entre iguais” (ARENDT, 2005[1958], p.191). Conforme Milton Santos (2002, p.95), a ação é ação em um espaço e é o espaço que dá forma à ação: “A ação não se dá sem que haja um objeto; e, quando exercida, acaba por se redefinir como ação e por redefinir o objeto. Por isso os eventos estão no próprio coração da interpretação geográfica dos fenômenos sociais”. A *ação*, neste sentido, permite o modo Ser de existência conforme o conceito elaborado por Erich Fromm (1979[1976]), que significa vitalidade e relacionamento autêntico com o mundo (em contraste com o modo Ter de existência) e se refere à verdadeira natureza, à verdadeira realidade (em contraste com aparências ilusórias).

Ao considerarmos que “é o poder que mantém a existência da esfera pública, o espaço potencial da aparência entre homens que agem e falam” (ARENDT, 2005[1958], p.212), talvez a *constante presença dos outros* na Colônia tenha sido limitada pela distância da localização da sede, ou seja, da praça, de locais de encontro entre a maioria dos habitantes:

Só a existência de uma esfera pública e a subsequente transformação do mundo em uma comunidade de coisas que reúne os homens e estabelece uma relação entre eles depende inteiramente da permanência. Se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais (ARENDT, 2005[1958], p.64).

Estas condições configurariam uma *esfera pública* enfraquecida, que não ganhava reforço, enquanto esferas privadas se fortaleciam pela necessidade de sobrevivência:

[...] as pessoas aqui no interior, era difícil comprar alguma coisa assim que era de comida [no mercado da família da entrevistada], porque eles tinham de tudo, eles plantavam trigo, plantavam arroz, plantavam café, plantavam mandioca pra fazer farinha, enfim eles colhiam praticamente de tudo, né. Então eu lembro assim de me criar vendo assim eles comentar [sua família] que só se comprava praticamente era querosene, por causa do lampião, e o sal que daí então não tinha. [...] É, ele [pai] vendia querosene, bastante querosene e aí que era o que não tinha. Porque no interior aí eles tinham era galinha, era porco, era gado, era tudo, tudo, tudo... Só plantavam. (P06)

Os cuidados com a sobrevivência correspondem ao que Arendt (2005[1958], p.15) chama de *labor*: “O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida”. Assim, a condição humana do labor é a própria vida e sua existência é imprescindível. Ao contrário da *ação*, o labor pode ser exercido isoladamente.

O *trabalho*, nos termos de Arendt (2005[1958], p.15), também pode ser exercido isoladamente e sua condição humana é a mundanidade. No trabalho, o homem revela a sua capacidade e criatividade artesanal:

O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital

da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo "artificial" de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural.

A valorização do *labor* e do *trabalho*, realizados na *esfera privada*, no entanto, não suprem a importância da *ação*, realizada na *esfera pública*, para que os seres humanos existam em suas integralidades: "Estar isolado é estar privado da capacidade de agir" (ARENDT, 2005[1958], p.201). Milton Santos (2002[1996], p.91), ao citar Wilhelm Szilasi⁷⁹, afirma que o vocábulo *ato* "não designa apenas uma ação, atividade ou processo, mas a própria relação intencional" e acrescenta, citando Gabriel Marcel⁸⁰: "A perda do sujeito se daria na própria coisa que começou por possuir, e que agora absorve o senhor que havia pensado controlá-la".

Pesquisadora: [...] o que eu queria entender com o senhor, era o papel da Igreja aqui na comunidade, né... Que o senhor já tinha falado na conversa ontem, o senhor já tinha me dito que o padre que o antecedeu construiu aqui a igreja...

P08: O salão... [...] Mas isso, querida, é secundário, isso aqui, a igreja, salão, etc., são instrumentos, agora o importante de tudo isso é o trabalho... [...] De educação, de informação, de cultura, né? [...] a única coisa que [tinha era] a subsistência.

Configurações como as encontradas em Dom Pedro de Alcântara não são casos restritos, e a persistência de dificuldades colaborativas é fortalecida por lógicas modernas baseadas no modo Ter de existência (FROMM, 1979[1976]), na supervalorização da *propriedade privada*, mesmo após a facilitação do deslocamento para o encontro (com a difusão da motocicleta⁸¹, por exemplo):

O que sejam as fontes da propriedade não importa; nem a posse impõe obrigações aos proprietários. O princípio é: "Onde e como adquirir minha propriedade, e o que faço com ela só a mim interessa, e a mais ninguém; desde que eu não viole a lei, meu direito é irrestrito e absoluto" (FROMM, 1979[1976], p.81)

Tentativas associativas fundadas em princípios como esses dificilmente conseguiriam perdurar: "A privação da privatividade não se dá a conhecer, e portanto é como se não existisse. O que quer que ele faça permanece sem importância ou consequência para os outros, e o que tem importância para ele é desprovido de interesse para os outros" (ARENDT, 2005[1958], p.68).

⁷⁹ Filósofo e fenomenólogo suíço (1889-1966), nomeado sucessor de Heidegger na cátedra de Freiburg.

⁸⁰ Filósofo francês (1889-1973).

⁸¹ Compreendi a importância das distâncias em Dom Pedro de Alcântara ao me preparar para uma das entrevistas, na localidade Morro do Coco. Eu me programei para ir a pé a partir do Centro e, não fosse a gentileza de C05, conforme relato no Diário de Campo (MITCHELL, 2008, p.75), o encontro seria frustrado: "Eu e C05 chegamos em Dom Pedro de Alcântara mais tarde do que o planejado. Perguntei para C07, responsável pelo alojamento no Centro de Formação Pastoral, onde nos alojamos, como eu chegaria à propriedade de P02a. Respondeu-me que a pé eu nunca chegaria a tempo. Perguntou se eu ficaria muito tempo lá e respondi que não, pois P02a tinha me dito que tinha um compromisso no meio da tarde. Muito gentilmente, ofereceu-se para me levar até lá de moto. Hesitei um pouco, apenas pelo receio de quem nunca andou de moto, mas aceitei e C07 saiu em busca de um capacete para mim. Por não encontrar em lugar algum, foi até sua casa, na entrada do município, buscar outro capacete, dizendo que 'trabalho de preguiçoso sai em dobro...' e rimos. C05 ficou no alojamento trabalhando em suas tarefas acadêmicas e nós duas fomos ao encontro de P02a. Ao chegarmos, P02a nos recebeu e ofereceu bergamotas, que buscamos em seu pomar."

Parece que Dom Pedro, as pessoas lá não conseguem pensar muito de forma coletiva. Forma associação, depois desfaz porque cada um quer tocar o seu próprio negócio, aí acaba que não avança nesse aspecto associativo. E aí não sei, bom, tiveram várias experiências já antigas, de criar cooperativas de cachaça, depois de falir, ficar a dívida com os agricultores; então tem questões regionais que teria que estudar um pouco mais pra saber que motivos que eles não gostam muito do associativismo. E se não associar, se não formar associações, fica difícil pro pequeno produtor. E aqui em Morrinhos, em Três Cachoeiras se formou essas associações, e aí eles avançaram mais, por causa dos grupos de agricultores. E Dom Pedro, agora que tá se puxando alguma associação por lá, tá começando, de uns anos pra cá surgindo grupo ecológico, mas mais difícil, mais difícil. Eu acho que tem essa visão: “bom, eu vou tocar, vou fazer agricultura orgânica, **mas quero eu ter acesso ao mercado**”. A gente sabe que é difícil fazer e não se consegue, né. (P16)

Na Colônia, assim entendo, as tentativas frustradas de cooperativismo/associativismo foram baseadas no que Arendt (2005[1958], p.31) fala de conformismo:

Um fator decisivo é que a sociedade, em todos os seus níveis, exclui a possibilidade de ação, que antes era exclusiva do lar doméstico. Ao invés de ação, a sociedade espera de cada um de seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a “normalizar” os seus membros, a fazê-los “comportarem-se”, a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada.

Essas configurações foram estabelecidas por questões locais, mas também por lógicas compartilhadas por diversos outros locais. E assim como em todo planeta existem exemplos de alternativas a tais lógicas fragmentadoras, na Colônia muitos recursos são apontados pelos próprios habitantes. Seja através da persistência:

Na verdade, em Dom Pedro de Alcântara, faz uns anos pra cá que começou a ampliar o nosso trabalho, nunca conseguimos... [...] É, lá em Dom Pedro, ele [Centro Ecológico] está localizado lá até pra ser estratégico, nós pensamos que nós íamos avançar os trabalhos em Dom Pedro e nunca conseguimos. [...] Primeiro porque, bom, tem aquele Centro Pastoral que tá assim meio desocupado, então é importante ocupar aquele espaço, nós não pagamos aluguel, é um espaço bom pra estar lá localizado. Mas é que Dom Pedro nunca conseguiu formar grupo, então a gente achou que estando lá, naquele meio, nós íamos começar a desenvolver um trabalho em Dom Pedro, **e ele tem começado a surgir, esse trabalho, nos dois, três anos pra cá, quando começou mais forte. Então agora já tem vários agricultores em Dom Pedro, mas antes não tínhamos, não conseguíamos atingir o público de lá.** (P16)

Seja através da educação, aliada à perseverança:

[...] **mas se ele crescesse na linha crítica, social, na participativa** [...] **então tudo bem, né, mas, sei lá.** [...] Não, os pormenor a gente não conta, mas eu to com a Secretaria da Agricultura de Torres... Briguei, dei um soco em cima da mesa. Lá em cima, morava lá em cima. [...] É, [numa reunião] mas, entre nós da equipe, escuta aqui, o que adianta vocês querer empurrar inseticida, adubo químico pra esses coitado que não tem como! A prefeitura vai patrocinar, vai? Temos que fazer que eles ganhem pouco de dinheiro que eles colocam. “Mas nós somos técnicos, nós somos comerciantes, não sei o que”. Bom, então digo, nada feito, porque por aqui não dá pra, nunca mais. Me mandaram e não trabalho mais com ele. É que é assim, não adianta “eu to convencido das práticas”. Tem que dar tempo ao tempo. Tem que ter paciência histórica. Eu tinha um colega meu aqui que trabalhou comigo cinco anos. **Ele tinha qualidades ótimas, muito incentivador dos colonos** [...] **mas não**

tinha paciência, brigava, dizia palavrão; depois que ele saiu daqui, nenhum colega aguentou um ano, eu aguntei cinco anos o cara, porque ele tinha qualidades. Padre é padre. Quatro, cinco anos que ficava por lá. Seis anos nenhum padre conseguiu aguentar. Claro, a gente tinha mais ou menos a mesma ideologia, aquele espírito de organizar [...] de fazer a pessoa crescer, quer dizer criar na pessoa a consciência crítica. Então a coisa é assim, a coisa pra gente povo tem que ir devagarzinho, mas tem que ter [...] projeto, tem que ter um esquema [...] pra levar. E tudo tem paciência histórica, tudo que... Meu Deus do céu, quando... bah. Como meu Deus não ajuda, então meu Deus, quando chegava lá tinha aquela criança tudo sem dente, amarela. Agora como... Então tem que ter paciência pra tocar uma mentalidade, gente, não é fácil. **Tem que ter persistência e ler e ler e ler.** (P08)

Seja através da união entre as pessoas, a partir de vínculos de confiança, aliada à educação e à perseverança:

[sobre reuniões na EMATER] Aí começou de tudo um pouco, mas alguns vão na reunião, escutam e dizem "isso não é para mim, é muito caro, não tenho terra". Cada um tem uma ideia quando volta para casa. Tem aqueles que vão atrás, igual aqueles que vão na aula e depois vão buscar na internet, ir atrás ou "ah, vou dormir um sono e no dia da prova, eu colo". Essa é a diferença, é da pessoa. E o [...] [Filho], quando pequeno, via essa dificuldade de buscar informação, e ficou com isso de querer estudar e fazer Agronomia, nunca quis fazer outra coisa. Daí ficou essa questão da busca: eu lia livros, na época não tinha internet para pesquisar, mas a gente ia atrás de tudo o que desse para enriquecer. **A gente se juntou, na família, para melhorar. E deu resultado.** Quem nos viu há vinte anos e nos vê hoje, é outra coisa, a gente conseguiu adquirir, crescer. E a gente sabe que tem muita luta pela frente. (P12a)

Atualmente, percepções sobre os agricultores não são cristalizadas em uma representação reducionista de preguiça e isolamento:

É, na verdade aqui, eu acho que... Tem descendência de alemães, mas eu acho que eles foram muito contaminados, contaminados no bom sentido, de mistura, com os açorianos e mesmo com os outros, então eu não acho, eu não vejo aqui uma característica alemã tão forte como você vê lá na região de Montenegro, Sebastião do Caí, Estrela, mas é muito diferente. [...] De iniciativa, de empreendedorismo. E tudo isso que eu falo não existe conotação negativa. Claro que lá o pessoal é excessivo. O pessoal tira o leite no verão depois das nove da noite porque já está escuro e não dá mais pra trabalhar na roça. Quantas vezes eu já voltei de reunião em Ipê uma e meia, duas horas da manhã, a reunião começava às onze, porque até o pessoal tirar leite, jantar e ir pra reunião... [suspiro] sabe? **E aqui isso é muito mais interessante, o pessoal consegue tirar o tempo pra participar do curso, pra ir na reunião...** Agora, por outro lado, prevalece muito mais uma questão do ganho econômico lá, lá é fortíssimo, especialmente numa região de colonização italiana, onde a gente tem ali escritório. [...] **Mas por outro lado, você vê que existe uma outra dinâmica que é interessante também, de uma coisa mais tranquila... [...] De se dar tempo pras coisas... O pessoal aqui vai pra praia!** No verão. [...] Lá na Serra, depois da safra da uva, que aí seria fevereiro, março, quase, eles tiram uns dias, assim... Até é interessante porque muitos vêm pra cá! É, vem pra cá, ficam aqui no Centro Pastoral, alguns amigos, agricultores amigos da região ficam lá em casa ou então ligam e pedem pra gente organizar, ajudar a encontrar um apartamento, mas não é comum. O excesso de trabalho... Que a gente pode pensar, fazer uma reflexão sobre. É bem diferente, bem diferente... O [...] [P16] entende bem isso, porque ele é de lá, e ele tá aqui há muitos anos, então ele faz essa leitura. Na verdade o bom seria botar todo mundo no liquidificador, bater e dividir em duas porções [risos], um pouco de uma coisa por outra. (P17)

Espaços de sociabilidade como aqueles criados por Padres, pelas Bruxinhas de Deus e pelo Centro Ecológico talvez possibilitem a reconstrução de uma *esfera pública*, notadamente associada a conceitos agroecológicos. Neste sentido, ser considerado um *agricultor convencional* pode significar, mais do que uma privação (simbólica ou não) de informações sobre práticas agrícolas ecológicas, **vínculos territoriais privados** da própria **esfera pública da Colônia**, como revelado em relatos citados anteriormente.

Em tempos modernos ocorreu o fenômeno de massa da solidão. Mas, como nos ensina Arendt (2005[1958], p.86), "Estar em solidão significa estar consigo mesmo; e, portanto, o ato de pensar, embora possa ser a mais solitária das atividades, nunca é realizada inteiramente sem um parceiro e sem companhia". Assim, vivida no modo Ser de existência (FROMM, 1979[1976]), a solidão pode ser solidária. E nesta solidariedade, após o reconhecimento de Si, é importante o reconhecimento do Outro:

Pesquisadora: E vocês vivem felizes aqui?

P04a: E agora, o que eu vou te dizer?

Pesquisadora: Só pergunta difícil!

P04a: Só pergunta difícil que a gente não pára pra pensar. Dizer que a agricultura é fácil, não é. Como é que eu vou te dizer? Assim, oh: é muito ideológico, é uma ideologia muito bonita, aquela coisa de idealização da vida no interior. Mas assim, como todo ser humano, o agricultor também é gente e ele gosta de evolução, ele quer participar do mundo, entendeu? Daí eu acho que a frustração das pessoas mais novas com relação ao campo é justamente que... O abandono. Ele sabe... Já entra, já começa se sentindo excluído do mundo, entendeu? Por estar na agricultura [...]. Falta de apoio, falta de incentivo [...]. Não existe uma política que incentive a agricultura [...] igual em outros países aí, não existe nada que favoreça a agricultura e sim que cobre da agricultura, é cobrado tudo, né! "Ah, deu inflação? Foi a roça, o produto é da roça." Tudo que arrebenta, arrebenta no agricultor e daí eu acho que talvez por isso acho que daí chega um certo ponto que tu vai desanimando, sabe! Tu vai meio que dizendo: "pô, tu tá aqui, tu tá plantando, é aquela coisa, dando suporte pro povo construir um país melhor, né!" **Por que eu vejo assim, a agricultura industrial dentro do processo de desenvolvimento, aquela coisa que desenvolve, cresce e tal, ela faz parte do mundo moderno. Agora a agricultura familiar ela assim, oh... É aquele... Na guerra ele não é o fuzileiro que vai levar a medalha, ele é o cara que tá lá descascando batata e fazendo comida pro soldado, quando vir da briga encher a barriga e voltar pra guerra, e aquele lá, o cara da batata, nunca vai levar medalha por ter feito comida pro soldado, né!** E o agricultor ele é assim, nós que plantamos as frutas e as verduras, que abastecemos a cidade, mas nós não temos reconhecimento. É reconhecida a soja que deu não sei quantas mil toneladas, é não sei o que, né, tem incentivo pra todas essas áreas, mas agora pra agricultura familiar é muito pouco e é sempre uma luta, um desafio, sabe, sempre brigando pra ter o teu espaço, pra sobreviver, pra ser enxergado. E tu não é enxergado. De certa forma tu aparece em estatísticas quando: dia 25 de julho, Dia do Agricultor, só. Fora disso ninguém conhece, ninguém se lembra.

3.5 A natureza imaginada e o imaginário sobre corredores ecológicos

“ O que eu quero dizer é que a busca da utopia é algo de ancestral e companheiro do homem. Eu sei que hoje se costuma ridicularizar quem fala em utopia, mas não me preocupo em insistir que sem ela não vale a pena viver, que sem ela tampouco é possível pensar. Porque o pensamento não é produzido a partir do que houve, nem do que há.

”

(Milton Santos, 2007)

Voltemos aos corredores, onde ocupação e itinerário estão interligados. Mas como pensar corredores, ainda que ecológicos, em um município em que se imagina isolado, “parado no tempo”? Assim como ocorre com as outras espécies, as relações são em *área*, por mais que as propriedades estejam em *corredores*. Mas eu gostaria de falar ainda de um corredor cuja estória envolve tesouros, covas e fantasmas.

O “Mato da Cova Funda”, ou “Mato do Professor” é uma propriedade cortada pelo acesso a Dom Pedro de Alcântara, formando um corredor de Mata Atlântica. Uma figueira, uma das protagonistas da lenda, divide a estrada ao meio (fotografia 19). P03a contou-me que aproximadamente trinta anos atrás a estrada que corta o *mato*, antigo, era estreita e de areia. Depois que arrumaram a estrada, “ficou um mato que sempre assustava as pessoas, onde apareciam fantasmas” (P03a). A lenda conta que fantasmas protegiam o tesouro enterrado na figueira que corta esta estrada, e como pessoas cavavam em busca do tesouro, teria ficado o nome “cova funda”. Os buracos apareciam, mas mandavam tampar. “Tinha muita história na figueira, que tinha ouro enterrado... [...] Mas isso aí é história antiga, né... eu acho que nunca apareceu [fantasma]” (P03a). A história foi passada pelas gerações, “os véio conta pros novo e vem até hoje, né... até hoje tem gente que tem medo” (P03a).

P09b: Então aquele mato ali, os cara atiravam tudo, ossada, sabe os bucho? Era tudo atirado lá dentro.

Pesquisadora: Isso ainda é, ainda tem.

P09b: Aí eu fui pra cima, eu fui pra cima dos cara. [...] Passava lá, era um fedor que não dava pra aguentar, né, digo “eu vou botar gente aqui a cuidar e vou denunciar vocês”, aí deu uma aliviada, mas depois daquilo também aumentou mais e não teve o que fazer...

Pesquisadora: Mas ali no mato ainda tem. É uma briga porque [a Curicaca] leva as criança pra fazer atividades de educação ambiental e de vez em quando aparece umas ossada lá. Daí as crianças já perguntam: por que que é Mato da Cova Funda?



Fotografia 19 - Figueira que divide o acesso a Dom Pedro de Alcântara e o Mato da Cova Funda (ou Mato do Professor) - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Baixada. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.

P09b: Vai ver que mataram os cara e ficaram pra fora da cova... [risos] Tem uma figueira, do lado direito da figueira quem vai daqui pra lá, tem uma cova assim, um buracão que tem até água lá embaixo e eu acho que colocaram o apelido de cova funda por causa daquela cova que tem ali.

P09a: Ninguém sabe dizer.

P09b: Nunca ninguém disse direito, inclusive alguns dizem que é assombrado; passava assobiando, quando vinha de Porto Alegre, descia a pé nos tempos de guri cantando, assobiava bem alto, era escuro, tu não enxergava nada, era mais fechado ainda, tudo fechado dos dois lado que encostava o mato por cima, era um túnel, não via sol, não via a lua, não via nada, tapado completamente.

P09a: Medo de assombração. [risos]

*

P01b: Na época dos meus pais, a minha mãe contava muita história de "aparência", não sei. Naquela época tinha muita alma perdida, não sei... [...] Naquela época tinha muita mina enterrada [...] Dizem que quem tira a mina, se muda. [...] [Mina] é onde os antigos enterravam dinheiro.

P01a: Ninguém conta certo...

P01b: Mas é, [...] é claro que enterravam. Não tinha banco para guardar o dinheiro e, naquela época, o dinheiro era quase todo em moedas, então eles enterravam.

P01a: Era ouro, prata...

P01b: E tinha muito valor. Então, quem desenterrava a mina, ficava rico.

P01a: Costumavam guardar o dinheiro e enterravam, daí depois morriam e ficava.

P01b: Tinha gente que contava muita história dali [a figueira do acesso ao município], pelo amor de... Hoje em dia, ainda tem gente que cavoca, pra tirar mina. [...] Em tudo quanto é lugar. O meu cunhado, que também já faleceu, tinha um desses aparelhos que dizem que detectam... Mas nunca conseguiu. [...] E gente que aparecia, de meio corpo. A minha irmã viu um homem de meio corpo, de chapéu, tem muita gente que via essas coisas, sabe? Apareceu para ela.

P01a: São coisas que não dá para comprovar.

P01b: Mas apareceu para ela. E ela disse que olhou, assim, e chamou. Ela estava com a janela aberta, mas sabe lá era um homem vivo, mesmo [risos]... Ela estava com a janela aberta, pois estava muito calor, eu não sei quem estava com ela, acho que nós mesmos. Ela disse que chamou, aí nós não acordamos, não sei como é que foi, não sei o que ela falou, não lembro mais direito, se ela quis perguntar... daí dormiu, apagou, deu um medo, não deu tempo de contar. Umas coisas assim, que contavam; muita coisa que a minha mãe contou, eu já esqueci. A gente ficava com medo, ela contava essas histórias de noite, a gente não tinha luz elétrica. A minha avó, que morava sozinha, daí a gente ia dormir com ela, e tinha aqueles pilões de socar arroz, daí a gente levava bastante arroz com casca, que a gente colhia, e ia socar arroz, de noite. Eu e as minhas primas fazíamos uma festa, de contar caso. Tinha a dindinha, que contava muita coisa. Aqueles casarões muito grandes, aquelas salas muito grandes... [...] É, lá onde eu morava. Ela contava aquelas histórias de "aparência" de fantasma, a gente ia deitar com medo, um medo, a gente se grudava uma na outra, não tinha luz, não tinha nada. Hoje em dia a gente tem medo dos vivos; naquela época, tinha medo dos mortos.

Há uma semelhança da lenda do tesouro enterrado na Figueira do Mato da Cova Funda com o mito "A Casa de M'Bororé", na região das Sete Missões no Rio Grande do Sul. Documentado por Luis da Câmara Cascudo em seu livro "Geografia dos mitos

brasileiros” (1983, p.247), “M’Bororé é o local escolhido pelos Jesuítas, expulsos pelo Rei D. Carlos III d’Espanha, para esconderijo dos tesouros”. Perguntei sobre lendas para P13a e este me contou uma cuja história é muito semelhante a do Mato da Cova Funda, mas leva o nome do mato que existe próximo de sua casa, que igualmente faz um corredor de árvores na estrada.

Independente da existência ou não de tesouros enterrados por padres jesuítas, as figueiras são importantes marcos de vínculos na Colônia, seja referência espacial, seja espaço de encontro:

[...] atrás da figueira bonita à esquerda [...] (P01a)

[...] Vamo localizar uma figueirona grande isolada aqui na beira da estrada que nós achamos o nosso [...] (P06)

[...] quando eu vim pra cá eu tinha três comunidades, eu fundei sete comunidades. Não tinha nada e eu fazia escola embaixo das figueira [...] (P08)

[...] ali até perto da figueira lá, uns cinquenta metros da figueira que faz um uma curva assim da figueira até ali na direita [...] (P09b)

O “Mato da Cova Funda” ou “Mato do Professor”, fragmento de Mata Atlântica bastante preservado, é a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)⁸² do Prof. de Botânica da UFRGS Luís Rios de Moura Baptista. Perguntei para algumas pessoas se o medo de assombrações na Figueira teria colaborado na preservação deste fragmento:

Pesquisadora: Será que é por isso que o mato ficou conservado?

P09b: Não, não. Ficou conservado porque existia muito mato naquela época e aquilo ali é um terreno que não é grande coisa pra plantio. É uma areia, um areião e os dono nunca precisaram, os velhos tão em Torres, moram Porto Alegre. [...] inclusive essa reta aqui [acesso a DPA] era toda mato nativo na direita, há 50, 60 anos atrás. [...] [Esse mato do Professor preservou] porque é gente que não precisava de usar o mato pra nada, nem potreiro, nem roça, não existia preservação porque não tavam necessitado daquilo ali. Porque assim ali, as famílias eram pequenas...

Outra hipótese levantada foi a relatada por P03a, que em sua juventude trabalhou como desflorestador na Colônia. Naquela época, o cultivo da cana-de-açúcar era majoritário. Costumava entrar no “Mato da Cova Funda” para derrubar árvores que serviriam, especialmente, como lenha para os alambiques. Com a transição para o cultivo de bananas em encostas na Colônia, a demanda por lenha diminuiu e muitos dizem que hoje existe mais floresta do que antigamente. A fiscalização ambiental também é uma das causas da diminuição do desmatamento:

⁸² O Art. 21. da LEI No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000 assim a define: “A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

§ 1o O gravame de que trata este artigo constará de termo de compromisso assinado perante o órgão ambiental, que verificará a existência de interesse público, e será averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis.

§ 2o Só poderá ser permitida, na Reserva Particular do Patrimônio Natural, conforme se dispuser em regulamento:

I - a pesquisa científica;

II - a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais;

III - (VETADO)

P09b: Eu tenho um hectare ainda lá de mata virgem mesmo, centenário, ou mais que centenário, nós temos ainda. [...] Aí, no topete do morro. O triângulo que aparece lá.

P09a: É até proibido desmatar ali. Claro, porque se fosse permitido eu acho que até a gente não... [risos] Porque é uma terra muito boa, né.

A presença de resquícios de **Mata Atlântica** na região também foi motivação para a instalação de uma sede do Centro Ecológico no Litoral Norte: "Porque aqui ainda tem, o cara tem ali o bananal, tem um mato pertinho, *vamos colocar algumas espécies aqui, vamos plantar isso e plantar aquilo, você ainda consegue uma chegada mais fácil*" (P17). Segundo dados da Fundação SOS Mata Atlântica (2008), Dom Pedro de Alcântara possui 6% de remanescentes de sua cobertura original de Mata Atlântica (de uma área original de 7.852 hectares – área total do município –, restam 449 hectares) (figura 16).

Em 1998, nós já discutíamos internamente que talvez fosse importante ter um escritório na região, a demanda estava aumentando bastante e aqui, por ser bioma Mata Atlântica, por ser uma região que, claro isso é importante em qualquer lugar, mas a ameaça ao ecossistema era muito evidente, então a gente discutiu internamente da importância de ter um escritório aqui. (P17)

A **caça**, por sua vez, foi um tema de opiniões contraditórias. P04a disse ver mais *bichos* hoje, que não há mais caça, pois a conscientização começa desde criança. P14a comentou que existe bem mais *mato* e *bichos* atualmente, pois "cria árvore, os bichos vêm também", embora, para seu desgosto, seu vizinho costume matá-los. P05 compartilhou que ainda existe muito caçador na região. A ave chamada trinca-ferro, por exemplo, diminuiu: após ser apreendida, é presa em gaiolas e guardada como estimação ou vendida. O IBAMA criou um sistema com anel para diferenciar aves criadas em cativeiro de aves silvestres, mas, segundo P05, é possível comprar este anel até na internet.

Em conversas na Colônia, foi possível identificar **compreensões sobre corredores ecológicos**, talvez pelo trabalho desenvolvido pelo Instituto Curicaca na região, ainda que restritas a aves:

P12a: Eu disse que nós tínhamos, aqui atrás, corredores ecológicos, lembra? Então, a banana que não vai para comercialização ele põe nas caixas, climatiza, pois no inverno a banana sempre fica verde, ele traz e os passarinhos comem.

P12b: A gente se preocupa até com os passarinhos...

P12a: Aqui nos fundos, ali... ele traz e bota ali. Como a gente tem, nos fundos, os maricás, a gente plantou algumas árvores nativas, a gente comprou algumas mudas aqui pro terreno. Plantamos, e o [...] [Filho] trouxe algumas coisas para plantar. [...] Ipê, figueira, louro, ingá, um monte de coisas. A gente pretende fazer um "capão", como dizem. Como ali tem taquaireiras, os maricás e o mato do vizinho, enche de passarinhos para comer banana, coisa mais linda, vem comer as bananas. Vem de tudo. [...] Eu digo para ele que nós vamos fazer um corredor ecológico, tem as saracuras, os passarinhos de tudo quanto é cor, eu digo "tomara que as árvores cresçam rápido". Eu brinco que a gente tem o corredor ecológico. [...] Eu digo que tem que ter um lugar para eles comerem. A gente colocava a banana no chão, mas o [...] [vizinho] tem um porco e, daqui a pouco, no inverno, ele botava a caixa e dizia: "viu, como os

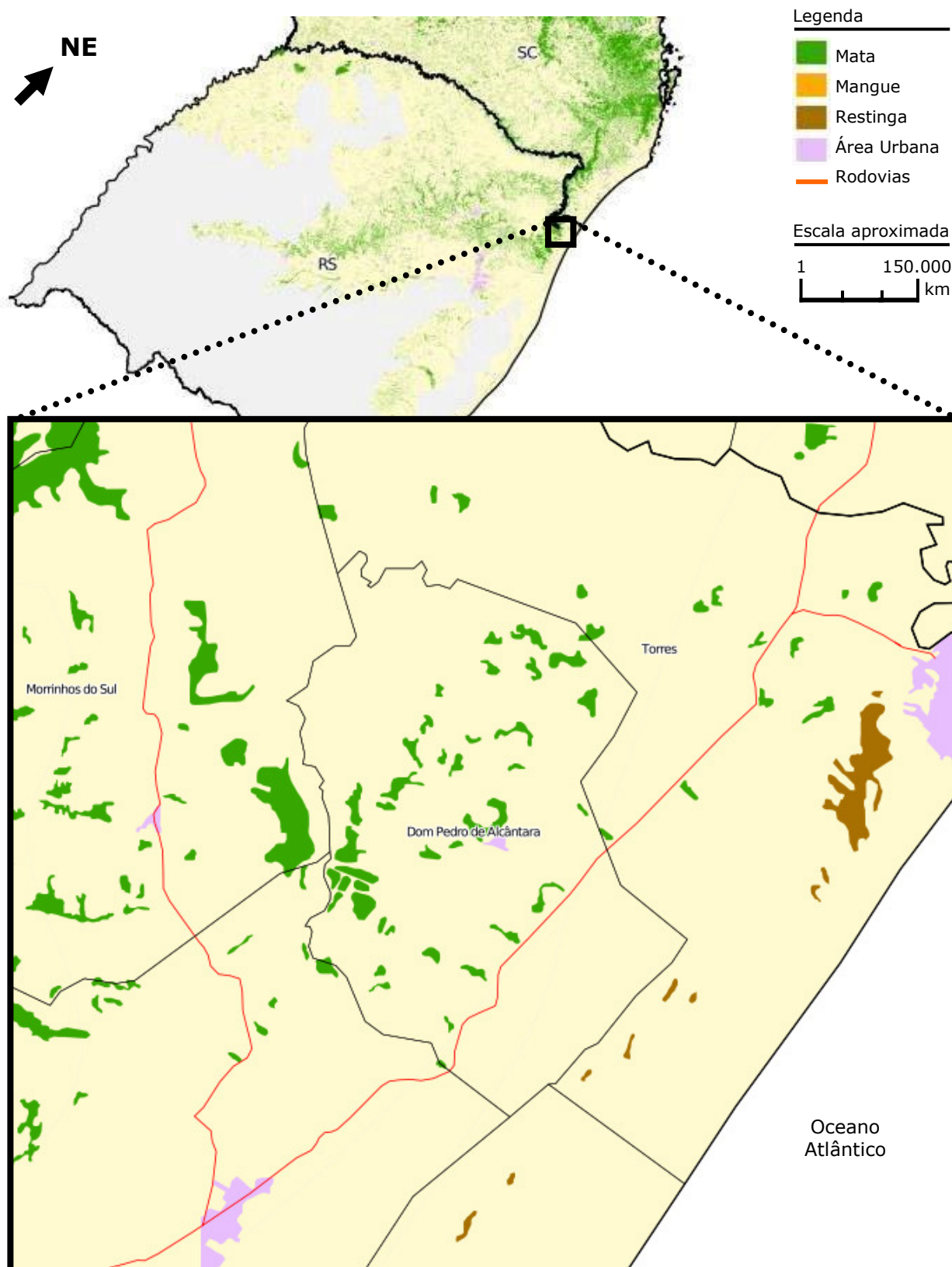


Figura 16 - Localização do município Dom Pedro de Alcântara e remanescentes florestais da Mata Atlântica (2005)

Fonte: Modificado de FUNDAÇÃO S.O.S. MATA ATLÂNTICA; INPE, 2008.

passarinhos estão loucos de fome?”. Depois descobrimos que o porco comia tudo: “por isso que ninguém dava conta de banana para os passarinhos”. Daí botaram umas tábuas, fizeram um estaleiro com as bananas em cima. É uma diversão esse nosso corredor ecológico. Eu disse que gostava de plantar, ela [Pesquisadora] quis ver minha horta e eu disse que tinha até vergonha da horta que eu tenho atualmente, mas eu tenho. Eu ainda vou ter uma maiorzinha, quando tiver o corredor ecológico, quem sabe. Mas é muito divertido, a gente está sempre remexendo. A gente está sempre de olho nos forneiros, para ver se fazem uma casinha na coluna da casa, mas está difícil.

Outro exemplo, desta vez mais ligado à contiguidade espacial, é o de P13a: comprou três propriedades com a preocupação em interligá-las para estabelecer um corredor ecológico através delas. Independente de um entendimento sobre o conceito, corredores ecológicos se formam espontaneamente pela conexão, entre vizinhos, de sistemas agroflorestais. Segundo informações do Centro Ecológico, a localidade Morro do Coco, por exemplo, é quase toda ocupada por agrofloresteiros.

A **sensibilização ambiental**, tão importante no estabelecimento de corredores ecológicos, é uma questão complexa. Das entrevistas, chamo atenção ao que P03a me relatou sobre a diferença da banana com veneno e a sem veneno. P03a é conhecido na Colônia por ter precisado sumariamente partir do município pelos efeitos em sua saúde do uso excessivo de agrotóxico. Em seu mercado, em uma pequena praia de Torres, perguntei qual das duas bananas ele comia e me respondeu prontamente: “a com veneno, pois é mais bonita, claro! Pois nós comemos com os olhos”. Fez-me comer a banana sem veneno para provar que era mais saborosa e disse que ela apodrece no seu mercado por falta de demanda, afinal, “todos comem com os olhos”. Insisti, perguntei se, mesmo tendo ficado muito doente devido ao veneno e tendo afirmado que a sem veneno era mais saborosa, ainda assim preferia a com veneno. Respondeu-me novamente que todos querem o que é bonito.

Considero este imaginário extremamente importante no contexto de P03a, pois é um elemento de conflito com seus vínculos territoriais em Dom Pedro de Alcântara, espaço ao qual recebeu orientações médicas restritivas devido ao adoecimento pelo contato excessivo com agrotóxicos. No final da conversa, perguntei se ainda tinha terras em Dom Pedro de Alcântara. Contou que gostaria muito de voltar para a agricultura e que terra herdada não vende nunca, pois quer dar o exemplo para seus filhos, para que estabeleçam, no futuro, contato com a terra.

No caso de redes de agricultores cooperativos que cultivam em sistemas agroflorestais, em casos de Mata Atlântica, a implantação de corredores ecológicos em escala local pode ser importante em termos estratégicos para o fortalecimento de vínculos territoriais ligados à Agroecologia, e não apenas a condições econômicas favoráveis. Assim, corredores ecológicos poderiam ser pensados a partir do fortalecimento de “corredores” de vínculos espaciais. Uma rede fortaleceria a outra, o que interferiria na escala sem necessidades de controle externo:

A composição, que deve visar a expressão, modifica-se com a superfície a ser coberta. Se pego uma folha de papel com determinada dimensão, traçarei sobre ela um desenho que terá uma relação necessária com seu formato. Não repetirei o mesmo desenho em uma folha com proporções diferentes, retangular em vez de quadrada, por exemplo. Mas não me contentarei em aumentá-lo se tiver de transpô-lo para uma folha com o mesmo formato porém dez vezes maior. O desenho deve ter uma força de expansão que dá vida às coisas que o cercam. O artista que quer retomar uma composição numa tela maior deve, para conservar sua expressão, concebê-la de novo, modificar sua aparência, e não simplesmente elevá-la ao quadrado (MATISSE, 2007, p.39).

Estas são sugestões do meu ponto de vista a partir do que conheci com esta pesquisa. Planejamentos de corredores ecológicos em escalas regionais permaneceriam importantes, mas não necessariamente prioridades: "É importante planejar na paisagem, mas agir na propriedade" (VALLADARES-PÁDUA *et al*, 2004, p.76). E vale ressaltar que muitos *agrofloresteiros* foram *agricultores convencionais* em outro momento. As pessoas mudam. Como disse Fernando Fernandez (2000, p.196), "pode parecer insignificante, mas poucas coisas melhorariam mais o mundo, tanto ecológica como socialmente, como valorizar as pessoas pelo que são, não pelo que têm". As fragmentações ocorrem em ritmo acelerado, inseridas em ritmos de bolsas de valores, de mercadorias e futuros que funcionam 24h por dia, conectadas pelo mundo. Talvez, e muitas ações nos mostram isto, esteja cada vez mais necessário vivermos mais no Planeta do que no Mundo. E o planeta sempre esteve conectado. "O motor da vida é o vínculo. Tudo está vinculado. Nada se basta a si mesmo" (HOME, 2009).

“ILHAS DE PASSAGEM”

No conceito de corredores ecológicos, “ilhas de passagem de biodiversidade” são pequenos remanescentes florestais que aumentam a diversidade espacial e cumprem o papel de refúgio e de elemento de ligação entre grandes fragmentos, estimulando vias de acesso para diferentes espécies. Neste trecho da dissertação, como num corredor ecológico, encontramos numa ilha de passagem: um refúgio para as ideias e um estímulo para o prosseguimento das caminhadas.



Fotografia 20 - Município de Dom Pedro de Alcântara, localidade Porto Fagundes. Fotografia de Ana Stumpf Mitchell, 2008.

Peço licença para apenas lançar questões e breves conclusões formuladas a partir da pesquisa e que não puderam ser aprofundadas na dissertação (figura 17). Através da pesquisa, identifiquei dois **extremos conceituais** (portanto inexistentes na realidade) **de configurações de corredores ecológicos**: uma em que a natureza é externa aos seres humanos e uma em que a espécie humana faz parte da natureza.

No que diz respeito a **concepções de qualidade de vida**, bifurcam-se: a) aqueles que a buscam a partir de motivações extrínsecas, da *independência* a partir da troca de dinheiro por coisas e serviços; b) aqueles que a buscam a partir de motivações intrínsecas, da *autonomia* a partir dos elementos encontrados na própria propriedade. A **ligação ao mercado** é essencial para a manutenção do modo de vida ligado a motivações extrínsecas, enquanto o **cooperativismo** é essencial para a manutenção do modo de vida ligado a motivações intrínsecas.

Há uma diferença também em relação ao **uso do espaço**. Enquanto no primeiro caso está ligado aos sistemas orgânicos, no segundo caso está ligado à agroecologia. A **contiguidade espacial**, necessária à configuração de um corredor ecológico, pode ser configurada no primeiro caso pela necessidade de mais espaço para maior produtividade e no segundo caso pela necessidade de cooperativismo – geralmente entre vizinhos – para vender seus produtos. Nestes casos, o tamanho inicial dos fragmentos (correspondentes ao tamanho de cada propriedade) poderia ser compensado pela conectividade das propriedades através das redes de solidariedade.

Em relação ao **tempo**, a duração de um corredor ecológico mediada pelo mercado pode ser extremamente curta, impossibilitando a reprodução de diversas espécies. Se um proprietário que opta por práticas agrícolas orgânicas e vinculadas a sistemas agroflorestais por, num determinado momento, ter uma maior rentabilidade econômica do que os sistemas agrícolas convencionais, não há garantias efetivas de que o mesmo proprietário não irá converter novamente suas plantações para o sistema convencional se este se apresentar mais economicamente rentável em outro determinado momento. Já um proprietário que opte por práticas agroflorestais por motivações intrínsecas assegurará a duração do corredor ecológico por no mínimo a duração de sua vida.

Ambos poderiam possibilitar a configuração de corredores ecológicos, mas o primeiro possuiria duas fragilidades estruturais: primeiro propriamente referente à exclusão de outros seres humanos; e segundo referente à duração, vinculada às condições do mercado. A espécie humana é considerada extrínseca à natureza e apenas alguns *tipos* de seres humanos tem acesso a *ela*. É o caso de unidades de conservação que impedem o acesso de pessoas em geral, mas permitem a presença de pesquisadores, por exemplo. Não é de se surpreender que, geralmente, pessoas que vivem cotidianamente com outros seres vivos, diante da diversidade existente, sejam mais sensíveis à sensibilização sobre a questão ambiental.

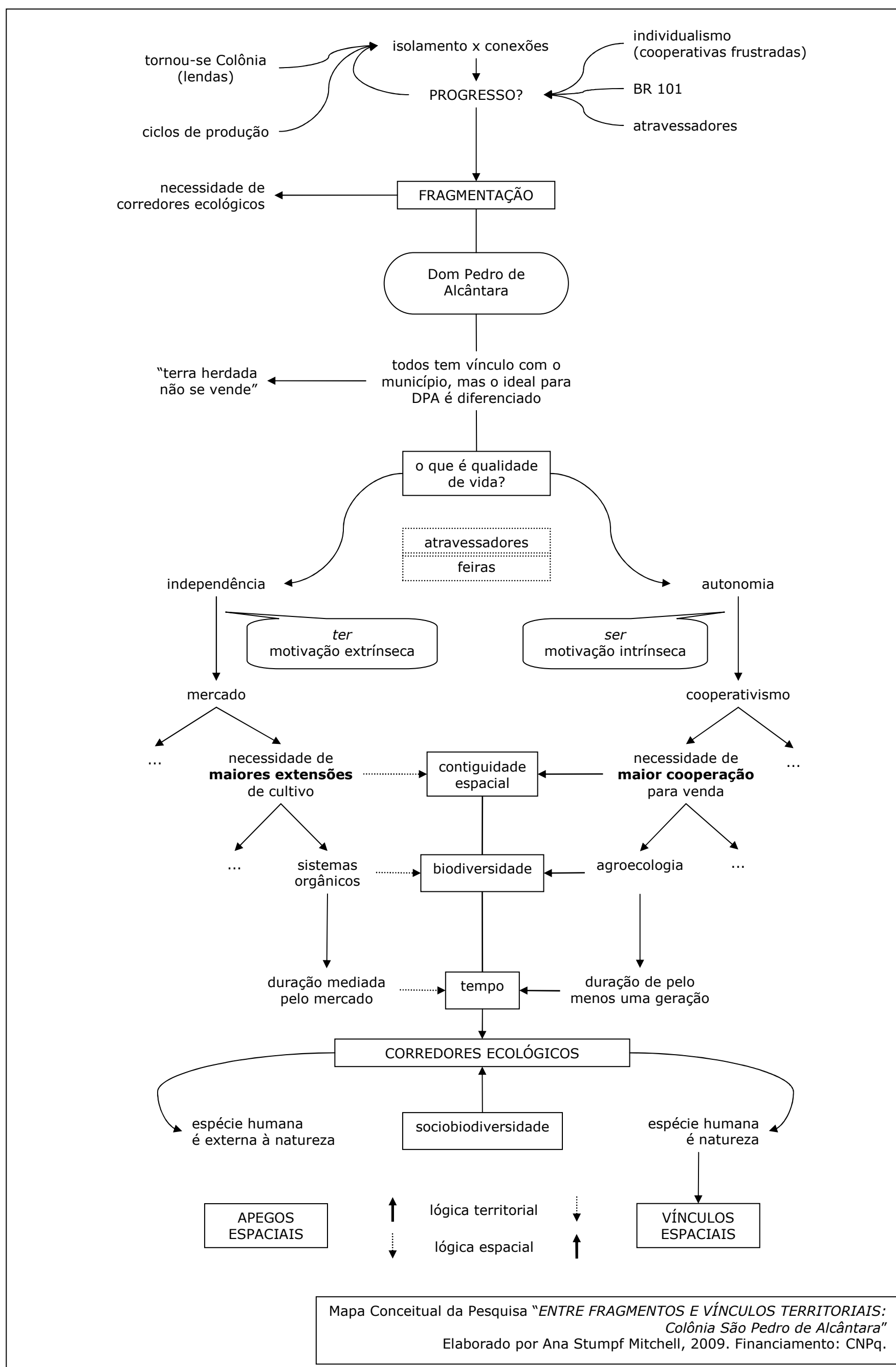


Figura 17 - Mapa conceitual de conclusões formuladas a partir da pesquisa e que não puderam ser aprofundadas na dissertação

A presença dos demais seres da natureza apenas enquanto externalidade, excluídos na vida cotidiana da maior parte dos seres humanos, possibilita a naturalização do discurso vulgar sobre a questão ambiental. Daí a apelação ao uso de animais de imagem carismática em campanhas de proteção ambiental, como o mico-leão-dourado, embora do ponto de vista ecológico a proteção dos *habitats* seja mais relevante do que a de uma espécie em detrimento de outras. Os *habitats*, por sua vez, não possuem o mesmo poder de desempenho afetivo em seres humanos dissociados da *natureza*, tão necessário para a sensibilização. Além disso, o espaço tratado enquanto mercadoria rompe hierarquias, dificultando sensibilizações. Conforme o conceito de Bert Hellinger (2006):

Volto a falar das ordens da consciência coletiva e direi algo sobre a segunda ordem, que está a serviço da consciência e que tenta restaurá-la, quando foi ferida. Essa ordem exprime que cada indivíduo de um grupo deve e precisa assumir o lugar que lhe pertence de acordo com a sua idade. Isso significa que aqueles que vieram antes, têm precedência em relação aos que vieram mais tarde.

Assim, ideias trazidas por pessoas que criaram vínculos mais recentemente com determinado território podem ser rechaçadas, sem prévia avaliação, por pessoas cujos vínculos são mais antigos devido ao sentimento de inversão de hierarquia.

A pesquisa despertou algumas inquietações sobre o conceito de território, especialmente pela dissociação entre seres humanos e natureza, em relações de dominação. Na tentativa de compreendê-las, comecei a me orientar por uma metodologia efetuada pelo pesquisador psicanalista Erich Fromm em seu livro "Ter ou Ser?" (1979[1976]). No referido estudo, Erich Fromm fundamenta-se nas **Quatro Nobres Verdades** (a natureza do sofrimento; a origem do sofrimento; a cessação do sofrimento; e o caminho para a cessação do sofrimento), base de ensinamento **de Siddhartha Gautama** e apresenta coerências com as **ideias de salvação de Friedrich Marx** (mostrar à classe trabalhadora que ela sofria; mostrar que a natureza do capitalismo e o caráter de ambição e avareza produzido pelo sistema capitalista são as causas desse sofrimento; mostrar que o sofrimento podia ser afastado se as condições do sofrimento fossem afastadas; mostrar o novo estilo de vida através de novo sistema social) e o **método terapêutico de Sigmund Freud** (a essência do processo psicanalítico é ajudar os pacientes a se tornarem conscientes das causas de sua doença; intuição dos pacientes de que sua doença pode ser curada, desde que removidas suas causas). Utilizar tal linha de raciocínio é uma escolha didática e uma intenção colaborativa ao relatado estudo.

Estamos sofrendo e temos consciência desse sofrimento: Entendo espaço e território enquanto dois conceitos distintos que materializam duas formas distintas de relação de seres humanos com o espaço-tempo. São distintos conjuntos inseparáveis de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2002), sem com isso significarem

dois extremos de uma evolução sócio-espacial. O conceito de território é bastante caro a diversos estudos geográficos. Parto do conceito de territorialidade humana elaborado por Robert Sack (1986), a qual pode ser manifestada de várias formas e em diversos contextos sociais, cujas formas mais comuns de ocorrência são as políticas territoriais e a propriedade privada da terra. Nestes casos, é possível identificar mais didaticamente a relação espacial doentia de seres humanos entre si e os demais seres da natureza.

Reconhecemos a origem do nosso mal-estar: Para Sack (1986), a territorialidade é a base do poder. Compreende poder diferente de instinto; não é essencialmente agressivo e pode ou não ser territorial. Argumento que uma territorialidade pode ser construída a partir tanto do poder (ARENDETT, 2005) quanto da violência. Ser violento é diferente de ser protetivo (como no exemplo dado por Sack em relação a crianças e cozinha), ainda que este signifique uma estratégia conveniente. Os territórios, baseados em identidades e representações, são construídos a partir das diferenciações, da exclusão dos diferentes. Neste sentido, as configurações territoriais estão mais associadas ao modo Ter do que ao modo Ser de existência (FROMM, 1979).

Reconhecemos haver um modo de superar nosso mal-estar: Mas como migrar para uma relação "não-territorial"? Para começar, não é através de sua negação (por isso meu termo não é adequado), mas através do investimento de energia em outra lógica:

O perigo aproxima-se pouco a pouco. A areia está próxima à margem do rio e a água significa perigo. Aumentam os desentendimentos. Nessas épocas cresce facilmente uma intranquilidade geral. Os homens culpam-se uns aos outros. Quem permanecer sereno conseguirá que tudo chegue a bom termo. A difamação terminará por emudecer, caso não seja alimentada por réplicas ofendidas (WHILHELM, 2002, p.44).

A configuração territorial, resultado de relações de apego através do espaço (demarcações), pode ser transmutada através de relações de vínculo através do espaço, que resultam, por sua vez, em marcações espaciais. A educação, em seu sentido mais complexo, possibilita a escolha consciente e o respeito, ao invés da simples tolerância.

Aceitamos que a fim de superar nosso mal-estar devemos seguir certas normas de vida e mudar nossa atual maneira de viver: Assim, como afirmou de Haesbaert (2004, p.370), "(...) para poder 'amar tudo o que existe' e construir territórios efetivamente – o que significa, sobretudo, 'afetivamente' – apropriados, é necessário, primeiro, acabar com toda exploração e indiferença dos homens entre si e dos homens para com a própria 'natureza'".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema central da pesquisa foi o tensionamento entre processos de fragmentação e conexão territorial no município de Dom Pedro de Alcântara. A fragmentação, conforme avaliação nesta pesquisa, é decorrente de lógicas territoriais, especialmente a partir do projeto moderno de inclusão através da tentativa de padronização.

Enquanto coerência com o tema, a metodologia foi construída na tentativa de não fragmentar a compreensão. Assim, as análises partiram do que Maturana (2001) chamou de objetividade entre parênteses, que trata da explicação do fenômeno cognitivo. Este modo de escutar e aceitar reformulações da experiência possibilitou, se consegui segui-lo, maior autonomia ao leitor no diálogo com a pesquisa, pois as afirmações não são petições de obediência. Para tanto, fiz referência a condições de constituição das afirmações, numa tentativa de seguir orientações de Bourdieu (1998). No mesmo sentido, *espaço* e *território* foram considerados a partir de suas hibridizações. O conceito de vínculos territoriais foi construído por uma hibridização dos conceitos ocupação, uso e imaginário (optei por utilizar o conceito de imaginário ao invés do conceito de representação), que permitem ainda a articulação de outros conceitos, como paisagem, lugar, região, território etc. Esta hibridização conceitual auxiliou uma compreensão de processos na Colônia São Pedro de Alcântara de isolamentos e conectividades, que fazem parte de uma realidade híbrida.

A utilização do conceito de vínculos territoriais a partir do orientador da pesquisa, Heidrich (2004), possibilitou a compreensão do conceito a partir de diálogos que permitiram ir além do próprio conceito. De um conceito pensado a partir de uma humanização do espaço enquanto condição oposta à natureza, chegamos a um conceito que operacionaliza reflexões sobre territorialidades que não fragmentem o ser humano enquanto ser integral. A subversão do conceito ocorreu a partir da identificação de brechas no próprio raciocínio do autor e de situações encontradas durante a pesquisa em Dom Pedro de Alcântara.

A expansão de padronizações espaciais (tanto monocultivos quanto adensamentos urbanos) estabelece uma fragmentação de ecossistemas, impossibilitando o livre fluxo de espécies e um conseqüente enfraquecimento da biodiversidade e prejudica a diversidade social no momento em que reduz saberes diversos a um saber hegemônico. Desta forma, a fragmentação dos ecossistemas se dá por processo de territorialização humana, em particular em seu aspecto socioeconômico, mas não se tratando de qualquer territorialização e menos de qualquer ser humano.

A vida humana é uma experiência também territorial, em que há marcação e demarcação. Em territorialidades ligadas à lógica moderna há uma predominância de

demarcação e fragmentação do espaço e manifesta-se doentia, pois baseada na *dominação da natureza*. A violência da lógica territorial, assim eu entendo, não atingiria diretamente pessoas em sua generalidade, mas seres desprovidos, pelo imaginário de quem classifica, de humanidade segundo uma territorialidade moderna. Atingiria os seres que fazem parte da "natureza", os *não-normais*. Exemplos de seres *não-normais*, por sua vez, multiplicam-se e a lógica moderna perde força a cada dia. Considerar a condição territorial moderna como fato dado e irreversível é ignorar a diversidade da vida, especialmente humana, neste planeta.

A própria discussão sobre questões ambientais geralmente é apresentada a partir de uma lógica territorial moderna, como no caso de "terrorismos climáticos", em que haveria tipos humanos que *destroem* e tipos humanos que *respeitam* o ambiente, o que justificaria a implantação de territórios configurados como ilhas de conservação. Estratégias de conservação da biodiversidade ainda representam uma caminhada solitária e fragmentadora do espaço, mas o Sistema Nacional de Unidades de Conservação simbolizou um avanço na legislação brasileira ao reconhecer a existência de territorialidades diferentes da lógica moderna e ao destacar a importância de corredores ecológicos, reconhecendo a existência de territorialidades de outros seres vivos - para além de ilhas de conservação. Os corredores ecológicos servem para amenizar os efeitos de borda resultantes das fragmentações dos biomas, por isso são importantes associados a unidades de conservação (fragmentos bem conservados). Os corredores ecológicos são, assim, mais complexos do que espaços de passagem entre fragmentos.

Como as territorialidades são construídas no cotidiano, onde se produzem os vínculos no território associados ao semelhante e à alteridade, é no lugar que se observa fragmentação e solidariedade territorial. Assim, investigações sobre a manutenção de áreas diversificadas tanto ecologicamente quanto culturalmente evocam, além do estudo de relações de poder e de conjunturas econômico-produtivas, uma tentativa de aproximação de subjetividades, do imaginário das pessoas envolvidas com o espaço geográfico específico. Para a eficiência da conservação da biodiversidade, é importante o aprofundamento sapiente de diversidades territoriais, no mínimo interdisciplinar, para além da dicotomia *territorialidades humanas e territorialidades animais*.

O estabelecimento de áreas protegidas legalmente é extremamente importante para a conectividade de fragmentos de natureza, mas não é suficiente. Estratégias de sensibilização e valorização de saberes que respeitem os ecossistemas são necessárias. Apesar de serem estratégias não-territoriais, estão fortemente ligadas aos vínculos estabelecidos com o espaço, e conhecê-los é fundamental para suas concretizações. Não é a ação antrópica *stricto sensu* que fragmenta o espaço, mas tipos de atividades humanas em suas complexidades: quem tem vínculo com a terra não deseja destruí-la, ainda que a prejudique (e a própria vida) por falta de conhecimento.

As substituições do antigo, geralmente interno à Colônia, pelo novo, geralmente externo, não correspondem efetivamente a um sentimento de *progresso* na Colônia. Conhecer o território para melhor viver nele e saber se defender não é sinônimo de diferenciá-lo pela exclusão dos “de fora”. A preocupação com o externo pode resultar numa tentativa de imobilizar o território numa identidade, tradição, enfraquecendo-o ao longo do tempo. Um exemplo é a preocupação com o “progresso” a partir de referências externas. Apesar do frequente discurso sobre isolamento e comodismo, diversas tentativas em direção a um progresso imaginado ocorreram na Colônia São Pedro de Alcântara.

Diferentes grupos humanos ocuparam, usaram e construíram imaginários sobre espaços localizados junto à província geomorfológica planície costeira, marcados por migrações, corredores de passagem, caminhos. Em Dom Pedro de Alcântara há um frequente discurso sobre o isolamento da Colônia. A inauguração da Rodovia BR-101 possibilitou a conectividade da Colônia com outros mercados, mas a comercialização da banana da região teve uma queda: o ingresso na região de banana proveniente de São Paulo, que além de concorrer com a da região, disseminou uma doença que atinge a folha da bananeira.

O atravessamento é uma questão bastante polêmica e o desejo de ser autônomo na comercialização de suas produções foi uma constante nas entrevistas com os agricultores. A frustração da maioria das tentativas de cooperação está provavelmente ligada a um individualismo desenvolvido na esfera privada, especialmente pela ausência de um espaço destinado ao encontro. No início do estabelecimento da Colônia, famílias influentes conseguiram trazer o centro comunitário para a proximidade de suas residências, demarcando-o com a construção do cemitério. A sede comunitária se desenvolveu, portanto, mais afastada da maioria dos lotes da Colônia e mais próxima da via que a comunica com o exterior. Sem um espaço de convivência cotidiana, o isolamento da praça em relação à maioria dos moradores da Colônia pode ser uma das causas da dificuldade de congregação interna, além de sentimentos de solidão. Sentimentos de solidão entre mulheres e uma dificuldade de envolvimento em atividades que trabalham o feminino internamente – como o conhecimento, a confraternização com outras mulheres e a ligação à natureza – convivem com desejos ligados ao externo, como é o caso das sensações (partes mais externa do corpo humano).

Espaços de sociabilidade em Dom Pedro de Alcântara como aqueles criados por Padres, pelas Bruxinhas de Deus, pelo Centro Ecológico e pela participação em feiras e cooperativas talvez possibilitem a reconstrução de esferas públicas, notadamente associadas a conceitos agroecológicos. Neste sentido, ser considerado um *agricultor convencional* pode significar, mais do que uma privação (simbólica ou não) de informações sobre práticas agrícolas ecológicas, vínculos territoriais privados da própria

esfera pública da Colônia. Como a agroecologia pressupõe relações sociais distintas daquelas estabelecidas geralmente por *agricultores convencionais*, estes podem sentir-se excluídos da comunidade, cuja segregação simbólica pode resultar em uma fragmentação de vínculos territoriais. A forte ligação entre a Igreja Católica e o Centro Ecológico pode ser uma das causas do sentimento de "acusação". Como o reconhecimento do Outro é importante, fortalecimentos de diferenciações adjetivadas ("identidades") podem prejudicar diálogos.

Com vínculos territoriais repletos de contrariedades, o que parece se destacar em Dom Pedro de Alcântara é uma constante substituição do antigo pelo novo, em que hierarquias são desestruturadas conforme o poder predominante de cada momento. Houve a participação de diferentes sujeitos na melhoria das condições da Colônia acompanhada do sentimento da falta de reconhecimento.

Assim, ficou a questão: como pensar corredores, ainda que ecológicos, em um município em que se imagina isolado, "parado no tempo"?

Antes da instalação da Colônia São Pedro, o espaço correspondente era constituído integralmente por Mata Atlântica. Atualmente, restam apenas seis por cento. O desmatamento, segundo relatos, regrediu nas últimas décadas e a quantidade de floresta aumentou. Entre as causas estão a diminuição da demanda por lenha devido à transição dos alambiques para o cultivo de bananas; a fiscalização ambiental; e, talvez, medo de assombrações dentro dos fragmentos florestais.

Independente de um entendimento sobre o conceito, corredores ecológicos se formam espontaneamente pela conexão, entre vizinhos, de sistemas agroflorestais. Assim, corredores ecológicos poderiam ser pensados a partir do fortalecimento de "corredores" de vínculos espaciais. Planejamentos de corredores ecológicos em escalas regionais permaneceriam importantes, mas não necessariamente prioridades.

Uma das questões que ficou mais evidente durante a pesquisa foi a capacidade de mudança das pessoas. Muitos *agricultores ecologistas* foram *agricultores convencionais* em outro momento. Por isso é significativo valorizar as pessoas pelo que são, pela capacidade de criação de redes solidárias, e não pelo que têm, pela quantidade de terras e propriedades.

Recursos para a conexão de fragmentos são apontados pelos próprios habitantes através da união entre as pessoas, a partir de vínculos de confiança, aliada à educação e à perseverança. Através desta pesquisa, diferentes pessoas me ensinaram que, para uma planta crescer forte e saudável, não há que "se fazer justiça" eliminando as "ervas daninhas"; basta nutri-la e deixá-la em companhias que a nutram. O agrotóxico envenena, enquanto a cumplicidade entre as plantas leva à biodiversidade.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A.N. Aziz Ab'Sáber: problemas da Amazônia brasileira. Entrevista a Dario Luis Borelli *et al.* In: **Dossiê Amazônia brasileira I**. São Paulo: Estudos Avançados 19 (53), 2005.

AGUIAR, M.D.S.de. **Percorrendo os caminhos da modernização**: técnica e tempo na construção social do Litoral Norte gaúcho. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis, 2006.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004[1998].

ALVES, R. Sobre deuses e caquis. In: **A Casa de Rubem Alves**. julho/1987. Disponível em <<http://www.rubemalves.com.br/sobredeusesecaquis.htm>>. Acesso em 12 junho 2008.

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a[1958].

ARTEHISTORIA REVISTA DIGITAL. **Cuadro Carlos IV de España con su familia**. Disponível em <<http://www.artehistoria.jcyl.es/genios/cuadros/119.htm>>. Acesso em 12 junho 2008.

ASSOCIAÇÃO DE MOTOCICLISTAS DO RIO GRANDE DO SUL. **4ª Romaria de Motociclistas - Dom Pedro de Alcântara**. 2009. Disponível em <<http://www.amors.com.br/content/view/438/48/>>. Acesso em 12 junho 2010.

AYRES, J.M. et al. **Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil**. Fotografias Luiz Claudio Marigo. Belém, PA: Sociedade Civil Mamirauá, 2005.

BARROSO, V. Os alemães em Santo Antônio da Patrulha: as colônias São Pedro e Três Forquilhas. In: ELY, N.; BARROSO, V. (orgs.). **Raízes de Terra de Areia**. Porto Alegre: EST, 1999. p.180-192.

BOURDIEU, P. É possível um ato desinteressado? In: **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996[1994].

_____. Os fundamentos históricos da razão. In: BOURDIEU, P. **Meditações pascalinas**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Oeiras: Celta Editora, 1998, p. 79-112.

_____. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 12ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009 [1989].

BRANDÃO, C.R. **Identidade e etnia**: construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. pp.13-50; 143-164.

CAMARGO, I. Gaveta dos guardados. In: **Gaveta dos guardados**: Iberê Camargo. Organização e apresentação Augusto Massi. São Paulo: Cosac Naify, 2009[1993-1994]. p.29-32.

CASCUDO, L.C. **Geografia dos mitos brasileiros**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1983.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt. 3ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução de Guy Reynaud. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CATTANEO, D. **Identidade territorial em Unidades de Conservação**: ponto de apoio para uma análise epistemológica da questão ambiental. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2004.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. In: **Geographia**. Niterói: 1(2):7-26, 1999.

COMISSÃO Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991[1988].

DELEUZE, G. Uma conversa, o que é, para que serve? I. In: DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998. p.9-28.

DERSU UZALA. Direção: Akira Kurosawa. Intérpretes: Maksim Munzuk, Yuri Solomin e Svetlana Danilchenko. União Soviética/Japão: Atelier 41/Daiei Studios/Mosfilm, 1975. 1 DVD (144min), son., color.

DIEGUES, A.C. **Etnoconservação**: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB-USP, 2000.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Annablume, Hucitec, NUPAUB-USP, 2002.

DIEGUES, A.C.; VIANNA, V.M. (orgs.). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**: coletânea de textos apresentados no Seminário alternativas de manejo sustentável de recursos naturais do Vale do Ribeira, realizado entre 15 e 19 de junho de 1999. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB-USP, CEC, 2004.

DITT, E. **Fragmentos florestais no Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Annablume; Ipê; IIEB, 2002.

DREHER, M. São Leopoldo e Três Forquilhas - relações humanas. In: ELY, N.; BARROSO, V. (orgs.). **Raízes de Terra de Areia**. Porto Alegre: EST, 1999. p.235-242.

DUARTE, L.M.P. (Rafinha). **Bruxinhas de Deus**: a serviço da vida. RS: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, 2002.

DUARTE, M.M.; BENCKE, G.A. (coord.). **Plano de Manejo do Parque Estadual de Itapeva**. Porto Alegre: FZB, 2006.

ELY, N. A influência do rio na integração do vale do Três Forquilhas. In: ELY, N.; BARROSO, V. (orgs.). **Raízes de Terra de Areia**. Porto Alegre: EST, 1999. p.178-180.

EMMANUEL (Espírito). **Pão Nosso**. Psicografado por Francisco Cândido Xavier. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 1950.

FALCÃO, M.C.; NETTO, J.P. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez Editora, 1987.

FERNADEZ, F. A floresta em pedaços e a floresta vazia. In: **O poema imperfeito**: crônicas de biologia, conservação da natureza e seus heróis. 2. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2004. p.143-166.

FERRY, L. A família virou sagrada. Entrevista. In: **Revista Veja**, edição 2083, 22 de outubro de 2008. Disponível em < <http://veja.abril.com.br/221008/entrevista.shtml>>. Acesso em 30 maio 2010.

FLORES, G; NAZÁRIO, J. 4a Romaria dos Motociclistas de Torres (RS) [09jun2009]. Disponível em <<http://sobremotos.solupress.com/sobremotos/news/article.asp?articleid=2749>>. Acesso em 12 janeiro 2010.

FONSECA, G.; ALGER, K.; PINTO, L.; ARAÚJO, M.; CAVACANTI, R. Corredores de biodiversidade: o corredor central da Mata Atlântica. In: ARRUDA, M.B.; NOGUEIRA DE SÁ, L.F.S. (ORGS.). **Corredores ecológicos**: uma abordagem integradora de ecossistemas no Brasil. Brasília: IBAMA, 2004. p.47-65.

FROMM, E. **Ter ou Ser?** Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979[1976].

FUNCH, R.R. **Avaliação dos limites do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Bahia, Brasil, através de análise da vegetação**. Tese (Doutorado). Feira de Santana/BA: Universidade Estadual de Feira de Santana. Departamento de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Botânica, 2006.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica**: período 2000-2005. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica; INPE, 2008.

GIL FILHO, S.F. **Espaço de representação**: uma categoria chave para a análise cultural em geografia. 2003. Disponível em <<http://www.geografia.ufpr.br/gilfilho/filosofiadageografia/documentos/espacoderepresentacao>>. Acesso em 19 agosto 2009.

GOOGLE MAPS. **Brasil Beta**. Disponível em <<http://maps.google.com.br/>>. Acesso em 8 junho 2010.

GRAN TORINO. Direção: Clint Eastwood. Intérpretes: Clint Eastwood, Bee Vang, Ahney Her e Christopher Carley. Estados Unidos/Alemanha: Warner Bros. Pictures, 2008. 1 DVD (116min), son., color.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

_____. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (orgs.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004b. p.87-119.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004[2001].

HEIDRICH, A.L. **Além do latifúndio**: geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

_____. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (orgs.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p.37-66.

_____. Territórios de exclusão e inclusão social. In: REGO, N.; MOLL, J.; AIGNER, C.; HEIDRICH, A. [et al.] (orgs.). **Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p.21-44.

_____. (entrevistado). Territorialidade humana: memória, representação e consciência. In: **Revista Formação**, nº14, volume 2. 2007. p.01-07.

_____. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. (orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009a. p.271-290.

_____. **Espaço e multiterritorialidade entre territórios**: reflexões sobre a abordagem territorial. In: IV Seminário Estadual de Estudos Territoriais; II Seminário Nacional de Múltiplas Territorialidades. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2009b.

HEIDRICH, A.L.; CARVALHO, O.A.de. Territorialidade de exclusão e inclusão social: relações da sociedade com o espaço em situações de pobreza e de construção de vida econômica e de consciência. In: **Anais 8º Encontro de Geógrafos de América Latina**. Santiago: Associação de Geógrafos de América Latina, 2001.

HEIDRICH, A.L.; HEIDRICH, B.B. Reflexões sobre o estudo do território. In: BUITONI, M.M.S. (coord.). **Geografia**: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. p.113-136. (Coleção Explorando o Ensino ; v. 22)

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985[1970].

HELLINGER, B. **O que fica e o que parte**: a constelação familiar espiritual. Congresso em Reit im Winkl, Alemanha, de 14 a 17 de dezembro de 2006. Disponível em <http://www.institutohellinger.com.br/principal/index.php?option=com_content&view=ar

ticle&id=68:sobre-as-consciencias&catid=24:textos&Itemid=38>. Acesso em 01 janeiro 2011.

HOME. Direção: Yan Arthus-Bertrand. Roteiro: Isabelle Delannoy, Yan Arthus-Bertrand, Denis Carot e Yen Le Van. França: Elzevir Films - EuropaCorp, 2009. 1 DVD (93min), son., color.

IBAMA. Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Decreto nº 4.940, de 22 de agosto de 2002. Brasília: IBAMA, 2002.

_____. **Corredores Ecológicos - experiências em planejamento e implementação**. Brasília: MMA, 2007.

JÜTTNER, F. Ilustração de *Schneewittchen*. In: GRIMM, J. **Schneewittchen**. Mainz: Scholz, 1905. p.07.

KERN, A. Pescadores-coletores pré-históricos do litoral norte do Rio Grande do Sul. In: **Documentos**, São Leopoldo n. 3 (1989), p.107-122.

_____. As origens pré-históricas do povoamento de Torres. In: BARROSO, BARROSO, V.; QUADROS, T.; BROCCA, M. **Raízes de Torres**. Porto Alegre: EST, 1996. p.37-42.

LATOURE, B. **Jamais formos modernos**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994[1991].

LOPES, R.J.L. Diversidade aos pedaços. In: **Scientific American Brasil**. Ano 3 - nº28 - setembro de 2004. p.70-77.

MACHADO, A. Proverbios y cantares - XXIX. In: _____. **Poesías completas**. Madrid: Espasa - Calpe, 1997.

MACHADO, U.; MONTENEGRO, O. Intuição [7ª estrofe]. Intérprete: Oswaldo Montenegro. In: **Intimidade**. Rio de Janeiro: Bravo RJ, 2008. 1 disco versátil digital (DVD), faixa 10.

MAFFESOLI, M. **A parte do diabo**: resumo da subversão pós-moderna. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2004[2002].

MARIGHELLA, C. Rondo da Liberdade. In: **Poemas Rondó da Liberdade**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994[1959]. p.96.

MARTINS, J.S. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MATISSE, H. **Escritos e reflexões sobre arte**: Henri Matisse. Seleção dos textos, notas e bibliografia: Dominique Fourcade. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

MATURANA, H. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Organização e tradução de Cristina Magro e Victor Paredes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Tradução de António Filipe Marques. Lisboa: Edições 70, 1988[1924].

MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em Sociologia. In: THIOLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5.ed. São Paulo: Editora Polis, 1987. p.191-211.

MITCHELL, A.S. **Moradia popular e suas representações**: o caso dos moradores do Condomínio Pôr-do-Sol no Programa Integrado Entrada da Cidade, em Porto Alegre, RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Departamento de Geografia. (Trabalho de conclusão de curso). Sob orientação de STROHAECKER, T.M. e co-orientação de DIAS, V.L. N. 2005.

_____. **Exclusão social na Modernidade**: conservação das hierarquias e enfraquecimento da diversidade. In: XXVII Encontro Estadual de Geografia, 2007, Santa Maria. XXVII Encontro Estadual de Geografia - Santa Maria - RS/2007. Porto Alegre: AGB Seção Porto Alegre, 2007.

_____. **Diário de campo da pesquisa "Vínculos territoriais em Dom Pedro de Alcântara/RS, Brasil: reflexões sobre o estabelecimento de corredores ecológicos"**. Porto Alegre: não publicado, 2008.

_____. com.vivo.\o/\o/. In: MITCHELL, A.S. **Geopoiesis**: geografias cotidianas, 2009a. Disponível em <<http://geopoiesis.wordpress.com/2009/08/28/com-vivo-oo/>>.

_____. Procrastinação. In: MITCHELL, A.S. **Geopoiesis**: geografias cotidianas, 2009b. Disponível em <<http://geopoiesis.wordpress.com/2009/12/18/procrastinacao/>>.

_____. Mente estridente. In: MITCHELL, A.S. **Geopoiesis**: geografias cotidianas, 2010. Disponível em <<http://geopoiesis.wordpress.com/2010/05/26/mente-estridente/>>.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

NERUDA, P. **Canto general**. México: Oceano, 1952.

NUNES, C.X. **Um diálogo entre espaço e corpo em Salvador**. 2007. 183f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

OLIVEIRA, A.U.de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A. (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p.63-110.

OLIVEIRA, L.D.de [et al]. **Duplicação da Rodovia BR-101 SC/RS**: Trecho Torres-Osório. Estudo do Patrimônio Histórico e Cultural na área de influência do empreendimento. Porto Alegre: PUCRS/MCT, 2003.

ONU-BRASIL. **Convenção sobre Diversidade Biológica**. Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/doc_cdb.php>. Acessado em 22 maio 2009.

ORTIZ, B.; MITCHELL, A.S. **Bruanas de Avelã**. Ilustração de Bruno Ortiz e poesia de Ana Stumpf Mitchell. Disponível em <<http://brunortiz.blogspot.com>> e <<http://geopoiesis.wordpress.com>>. Acesso em 21 junho 2010.

PARRA, V. Gracias a la vida. [1ª estrofe]. Intérprete: Mercedes Sosa. In: **Mercedes Sosa 30 Años**. Universal City, EUA: Polygram Records, 1994 [1964-1965]. 1 disco sonoro, faixa 3.

PEREIRA, M.A.S. *et al.* Considerações sobre a fragmentação territorial e as redes de corredores ecológicos. In: **Geografia - v. 16, n. 2, jul./dez. 2007** – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. p.5-23.

PESAVENTO, S.J. Em busca de uma outra História: Imaginando o Imaginário. In: **Revista Brasileira de História: Representações**. São Paulo: ANPUH/ Contexto, vol.15, nº 29, 1995. p.9-27.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL de Dom Pedro de Alcântara. Ponto turístico: Gruta. Disponível em <http://www.dompedrodealcantara.rs.gov.br/portal1/municipio/ponto_turistico.asp?iIdMun=100143125>. Acesso em 12 janeiro 2011.

QUINN, D. **The Fence**. Pôster original de Daniel Quinn, intitulado "The Fence", traduzido e adaptado por Eduardo Wagner. 2002. Disponível em: <<http://idealismodebuteco.wordpress.com>>. Acesso em 15 maio 2009.

RAFFESTIN, C. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, G. et alli. **Reseaux territoriaux**. Caen: Paradigme, 1988. p.263-279.

_____. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993[1980].

RAMBO, B. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**: ensaio de monografia natural. 3.ed. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2000.

RESTANY, P. **Hundertwasser**: o pintor-rei das cinco peles. Tradução de Teresa Carvalho. Köln, Alemanha: Taschen, 2003[2001].

SACK, R.D. **Human territoriality**: its theory and history. Londres: Cambridge University Press, 1986.

SAINT-EXUPÉRY, A.de. **O Pequeno Príncipe**: com aquarelas do autor. Tradução de Dom Marcos Barbosa. 48ªed., 7ªimp. Rio de Janeiro: Agir, 2002.

SANTOS, J; VALERIANO, D. Análise da paisagem de um corredor ecológico na Serra da Mantiqueira. In: **Anais XI SBSR**, Belo Horizonte, Brasil, 05-10 abril 2003, INPE. p. 707-715.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. Por uma Geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. Porto Alegre: **Boletim Gaúcho de Geografia**, n. 21, ago. 1996. p.72-88.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. O bem e o mal [trecho recitado]. Intérprete: Hebe Alves. In: ULLOA, M.; SAJA, J. **Salve as folhas**. Salvador: Instituto do Meio Ambiente, 2007. 1 disco sonoro, faixa 1.

SANTOS, M; SILVEIRA, M.L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 5ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAQUET, M.A. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SARAMAGO, J. **A caverna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SBCP. Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica. Disponível em <<http://www2.cirurgiaplastica.org.br/>>. Acesso em 25 novembro 2010.

SELAU, J. **Colônia de São Pedro**: um pouco da sua história. Torres: [s.n.], 1995.

_____. **Imigração alemã em Torres - Por quê?** Torres: Jornal GAZETA, 1999.

SILVA, M.A.deM. Trabalho e trabalhadores na região do "mar de cana e do rio de álcool". In: **Revista Agrária**. nº 2. São Paulo: USP, 2005. p. 2-39.

SONHOS. Direção: Akira Kurosawa. Intérpretes: Akira Terao, Mitsuko Baisho, Toshie Negishi, Mieko Harada. Estados Unidos/Japão: Warner Bros. Pictures/Akira Kurosawa USA, 1990. 1 DVD (119min), son., color.

TAVARES, A.S. **Campesinato e os faxinais do Paraná**: as terras de uso comum. 2008. 756f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5.ed. São Paulo: Editora Polis, 1987.

TONON, R. Amanhã eu faço. In: **Revista Vida Simples**, setembro 2009, edição 83. São Paulo: Abril, 2009. p.18-25.

TSAI, C.K. **A Ponte**. Disponível em <<http://centrosinobrasileiro.com.br/escola/a-ponte>>, acesso em 24 novembro 2010.

VALLADARES-PÁDUA, C.; CULLEN JR., L.; PÁDUA, S.M.; DITT, E.H. Combinando comunidade, conectividade e biodiversidade na restauração da paisagem do Pontal do Paranapanema como estratégia de conservação do Corredor do Rio Paraná. In: ARRUDA, M.B.; NOGUEIRA DE SÁ, L.F.S. (ORGS.). **Corredores ecológicos: uma abordagem integradora de ecossistemas no Brasil**. Brasília: IBAMA, 2004. p.67-79.

VILA Ventura Hotéis. **Página inicial**. Disponível em <<http://www.vilaventura.com.br/>>, acesso em 28 abril 2010.

WEIMER, G. A arquitetura da imigração germânica no litoral do nordeste rio-grandense. In: ELY, N.; BARROSO, V. (orgs.). **Raízes de Terra de Areia**. Porto Alegre: EST, 1999. p.212-228.

WILHELM, R. (tradução do chinês para o alemão, introdução e comentários). **I Ching: o livro das mutações**. 20ªed. Tradução para o português de Alayde Mutzenbecher e Gustavo Alberto Corrêa Pinto. São Paulo: Ed. Pensamento, 2002.

WITT, M. **Política no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: a participação de nacionais e de colonos alemães – 1840-1889**. 2001. Dissertação de mestrado em História. São Leopoldo: UNISINOS, 2001.

WOORTMANN, E. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ZANK, S.; MITCHELL, A.S.; KROB, A.J.D. **Diagnóstico ambiental, social, econômico e cultural para subsidiar a definição de microcorredores ecológicos**. Instituto Curicaca: Porto Alegre, 2006.

O Projeto Microcorredores Ecológicos da Restinga de Itapeva

O objetivo deste texto é contextualizar o leitor sobre o projeto “Os microcorredores ecológicos que sustentam a riqueza biológica e sócio-cultural da Restinga de Itapeva”, ao qual eu estava vinculada na época de idealização do tema desta dissertação.



Figura 1 – Logo do Projeto

Fonte: sítio www.curicaca.org.br

Este projeto tem como proponente a ONG Instituto Curicaca e viabilizado através de um financiamento do Ministério do Meio Ambiente (Plano de Desenvolvimento Ambiental/PDA Mata Atlântica), com o objetivo de promover, ao longo de 30 meses, “[...] a criação e o início da implantação de microcorredores ecológicos na região da Restinga de Itapeva e sua zona de influência, buscando restabelecer e assegurar as dinâmicas ecológicas que viabilizam áreas protegidas e importantes remanescentes de ecossistemas naturais da porção nordeste da Mata Atlântica do Rio Grande do Sul” (PROJETO CURICACA, 2005, p.07).

Um dos grandes diferenciais desta proposta, em relação a outras, de caráter conservacionista, são os meios para alcançar este objetivo. As estratégias para seu alcance envolvem o fortalecimento da proteção de áreas de preservação permanente e

do papel das reservas legais, a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), a promoção do ecoturismo e do artesanato como formas sustentáveis de uso dos recursos naturais pelas comunidades locais, e a sensibilização para os saberes e fazeres dos habitantes da Mata Atlântica.

O projeto abrange os municípios de Arroio do Sal, Dom Pedro de Alcântara, Mampituba, Morrinhos do Sul, Torres e Três Cachoeiras, do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil (figura 2). Estes municípios estão localizados na Região do Litoral Norte⁸³, nordeste do Rio Grande do Sul, e pertencem à microrregião de Osório e à mesorregião metropolitana de Porto Alegre.

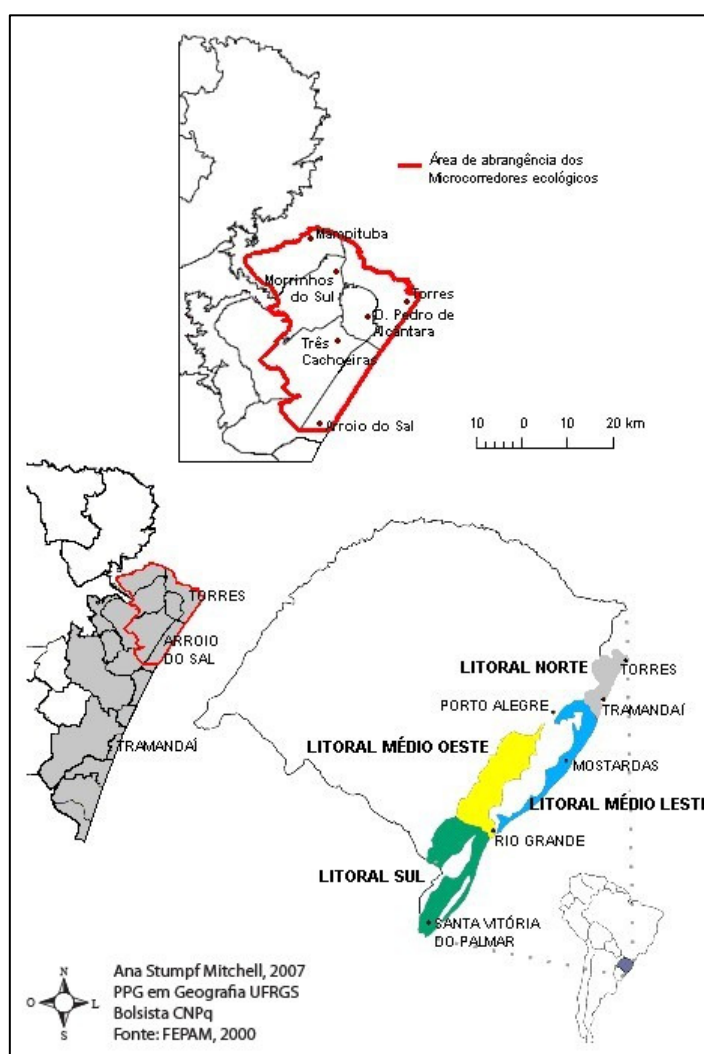


Figura 2 – Localização da área de abrangência dos Microcorredores Ecológicos da Restinga de Itapeva

⁸³ Formada pelas áreas totais ou parciais de 19 municípios: Arroio do Sal, Capão da Canoa, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Osório, Pinhal, Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá.

Até o presente, o projeto concluiu duas etapas. Na primeira, uma equipe de técnicos do Instituto Curicaca, do Centro de Ecologia da UFRGS, da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE) construiu a base necessária para o desenho dos microcorredores.

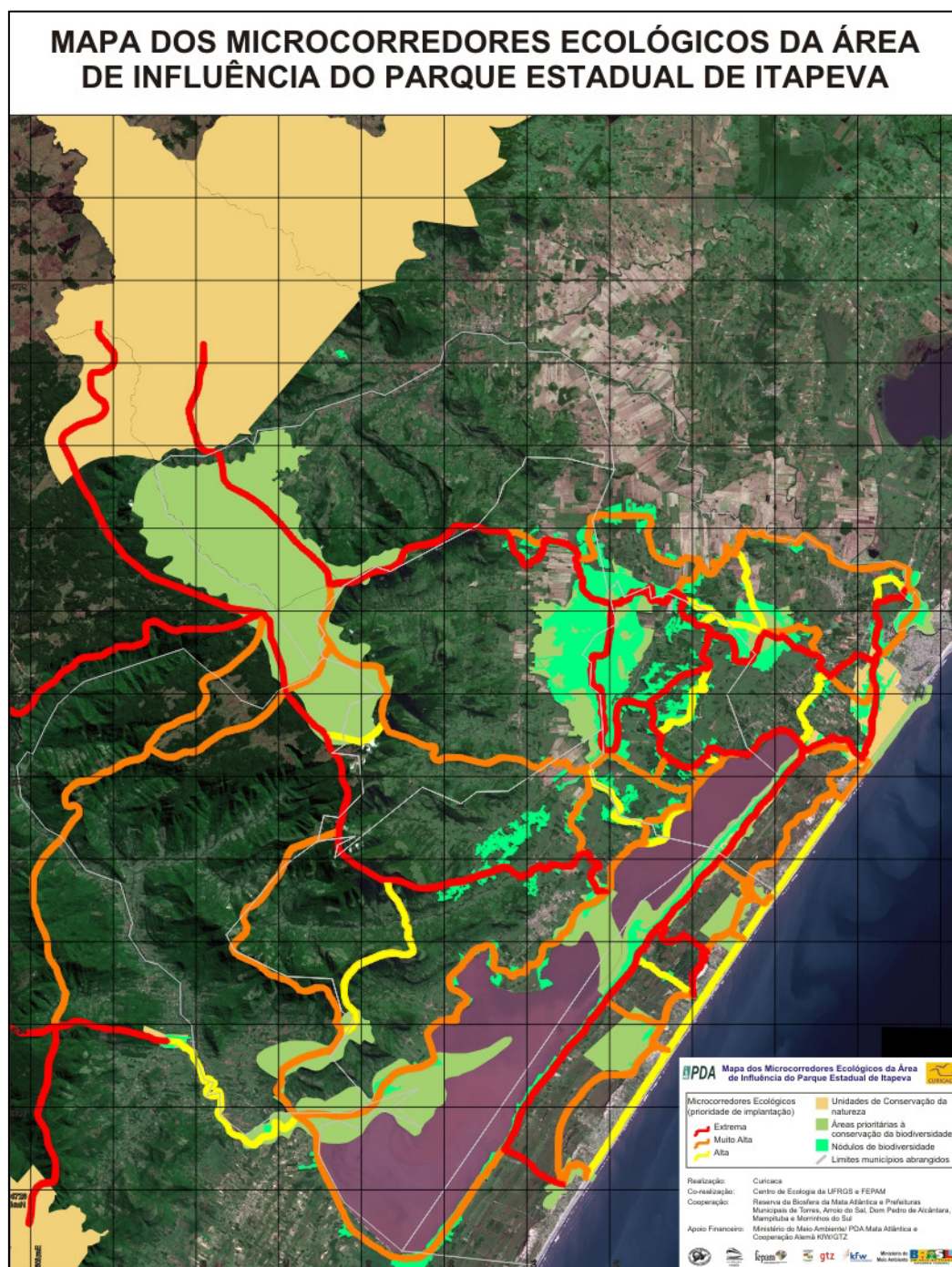


Figura 3 – Desenho dos Microcorredores Ecológicos da Restinga de Itapeva
 Fonte: Projeto Curicaca, 2007.

Foram realizadas análises de oportunidades e ameaças ao trânsito de espécies a partir de imagens obtidas por satélite, além de um diagnóstico de campo que incluiu informações sócio-econômicas, culturais e da natureza. A partir destes estudos foram identificados os possíveis melhores caminhos para interconectar as áreas naturais com maior relevância para a conservação, utilizando como um dos critérios os valores culturais (O CORREDOR ECOLÓGICO, 2007, p.01) (figura 3).

O desenho hierarquizou três patamares de microcorredores ecológicos, correspondentes ao grau de relevância para a conservação: a) extrema, b) muito alta e c) alta. Estes traçados possuem uma largura de 300 metros no terreno e interligam alvos de conservação.

A segunda etapa correspondeu à discussão e ao aprimoramento da proposta técnica supracitada numa oficina de planejamento no município de Torres, realizada com a colaboração de outros técnicos de instituições do Governo e da sociedade civil com atuação municipal, estadual e federal. Os resultados foram então apresentados às administrações estaduais e ao Governo Estadual, o que possibilitou o início da implantação dos Microcorredores Ecológicos da Restinga de Itapeva (ibidem).

As estratégias de implantação dos microcorredores ecológicos estão primeiramente focadas nos microcorredores prioritários (extremamente relevantes para a conservação da biodiversidade).

Referências:

FEPAM/GERCO. **Diretrizes ambientais para o desenvolvimento dos municípios do Litoral Norte**. Porto Alegre: Fepam/Programa de Gerenciamento Costeiro, 2000. (Cadernos de Planejamento e Gestão Ambiental; v.1)

O CORREDOR ECOLÓGICO. Informativo semestral do Projeto Microcorredores da ONG Curicaca. Setembro de 2007, número 001, ano 1.

PROJETO CURICACA. **Os microcorredores ecológicos que sustentam a riqueza biológica e sócio-cultural da restinga de Itapeva** (Projeto). Porto Alegre, 2005.

_____. **Mapa dos microcorredores ecológicos da região de Itapeva**. Porto Alegre: Instituto Curicaca, 2007.

Anexo A – Exemplo da categorização por cores no Diário de Campo

Entrevista nº 1 (E01) [P01a]

Município: Dom Pedro de Alcântara/RS		Localidade: Pinheiro	13/05/2008 manhã
Entrevistado: P01a	Sexo / idade: Homem / 59 anos	Ocupação: agricultor	
Gravação: não		Fotografias: não	

[...]

P01a nasceu em Dom Pedro de Alcântara, seu avô materno era dono de aproximadamente 120 hectares do morro⁸⁴ “pra cá”, e seu avô paterno “do moro até a praça”. Contou-me que se mudou 16 vezes de residência, tendo morado até em Curitiba. A Olaria do Rio Cardoso já foi de seu pai. Sua esposa, Dona P01b, nasceu na comunidade Mata Boi, localizada “atrás do morro da esquerda” (segundo orientação defronte para a sede).

Eram em 12 irmãos, restou apenas ele na agricultura. Quatro moram em Gramado, os demais moram em Caxias do Sul, Porto Alegre, Torres, Curitiba. “Já nasci pra isso, faço por gosto, é por prazer”. Perguntei o que lhe representa uma boa vida, ao que me respondeu ser ter uma plantação, uma renda suficiente para viver, ter sua própria casa, o potreiro, ter tudo para sobreviver⁸⁵ e, sobre o engenho, este “é uma relíquia”.

A tradição do engenho na família iniciou com seu avô materno, XXX. O engenho por ele construído, localizado “atrás da figueira bonita à esquerda” (estando de frente para a sede) é mantido por seu tio materno, XXX. Seu filho, XXX, mora em frente, na casa ao lado de sua filha, mas não trabalha na terra, trabalha como construtor em Torres e é atualmente Vereador de Dom Pedro(?). Na casa do falecido XXX (casa azul) mora sua tia XXX e seu esposo XXX. O filho planta banana, mas principalmente as comercializa. XXX trabalha com o pai e trabalha na terra, como P01a.

P01a sugeriu que eu poderia deixar o mapa com ele para que ele pudesse ir estudando e pensando em outras com quem seria interessante conversar, prometi então que traria um mapa melhor da próxima vez.

[...]

Os pais de P01a, segundo ele, eram “andarilhos”, faziam de tudo, plantavam para seu sustento e tinham o engenho, mas não permaneciam fixamente em nenhuma atividade (mantinham cana, banana, gado).

P01a participou de cursos promovidos pela EMATER e pela EPAGRI (SC) sobre cachaça. Considera-se um líder na comunidade, foi eleito vereador no município em 1997 e sua base era o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Informou-me que naquele mesmo dia iniciava outro curso, promovido pelo MPA.

[...]

⁸⁴ Morro que fica atrás da sede do município.

⁸⁵ Questão: na conversa com P01, a importância da autonomia esteve presente como fator de extrema relevância para o bem viver “no campo”.

Anexo B – Lei de criação do município de Dom Pedro de Alcântara

LEI Nº 10.647, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1995.

Cria o Município de Dom Pedro de Alcântara.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - É criado o Município de Dom Pedro de Alcântara, com área que se emancipa do Município de Torres.

Parágrafo único - O território do novo município é assim delimitado:

ao norte: inicia no desembocadouro do Rio dos Mengue na Lagoa do Morro do Forno, segue circundando a Lagoa do Morro do Forno até o nascedouro do Rio do Monteiro, daí segue pelo Rio do Monteiro, à montante, por 2.650m. Deste ponto, segue em linha seca de sentido geral sudeste até o pico de cotas 174m do Morro do Canto dos Magnus e deste, em linha seca, no mesmo sentido, até o pico de cotas 99m no Morro do Jacaré;

ao leste: do ponto anterior segue em linha seca no sentido geral sudeste (SE), passando pelas águas da Lagoa do Jacaré, até o desembocadouro do canal d'água, que desemboca na mesma. Deste ponto, segue pelo canal d'água no sentido sudoeste (SW), até a ponte da estrada que liga a localidade do Campo Bonito a São Pedro de Alcântara. Deste ponto, segue em linha seca no mesmo sentido sudoeste (SW) até o pico de cotas 35m do Morrete do Rusguento. Daí segue em linha seca no sentido sudeste (SE) até o pico de cotas 123m do Morro do São Brás. Deste ponto, segue em linha seca de azimute 130 graus norte até a margem oposta da Lagoa Itapeva.

ao sul: do ponto anterior segue pela margem da Lagoa Itapeva, no sentido sudoeste (SW) até o vértice oeste (W) do lote rural, cadastrado no INCRA sob nº 853038055794/9, exclusive, pertencente a Félix José Simão, na margem da Lagoa Itapeva. Deste ponto, segue em linha seca no sentido noroeste (NW) até o pico de cotas 178m no Morro dos Lippert;

ao oeste: a partir do ponto anterior, segue pelo divisor d'água das bacias hidrográficas da Sanga do Mata-Boi e do Rio Cardoso, passando pelos picos cotados em 219m no Morro dos Scheffer; 85m e 56m do Morro do Coco, até a ponte por sobre o Rio das Pacas, da estrada que conduz à localidade de Santo Anjo da Guarda, no município de Três Cachoeiras. Deste ponto, segue pelo Rio das Pacas, à jusante, até o seu desembocadouro na Lagoa do Forno, daí em linha seca de sentido noroeste (NW), por sobre a mesma lagoa até o desembocadouro do Rio dos Mengue, ponto inicial da poligonal.

Art. 2º - A sede do novo município será a localidade de São Pedro de Alcântara.

Art. 3º - O município será instalado em 1º de janeiro de 1997.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 28 de dezembro de 1995.

FIM DO DOCUMENTO.

Fonte: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul / Sistema LEGIS - Texto da Norma.

Anexo C – Questionário aplicado em jovens da Escola Estadual de Ensino Médio Dom Pedro de Alcântara

Vínculos territoriais em Dom Pedro de Alcântara/RS

Setembro de 2008 - Programa de Pós Graduação em Geografia/UFRGS

Em nenhum momento seu nome será publicamente associado a suas respostas, mantendo assim o anonimato das mesmas. Desde já somos muito gratos por sua colaboração com a pesquisa!

Perfil	
1. Número do questionário	<input type="text"/>
2. Nome	<input type="text"/>
3. Sexo <input type="radio"/> 1. feminino <input type="radio"/> 2. masculino	
4. Idade	<input type="text"/>
5. Localidade	<input type="text"/>
6. Contato (telefone e/ou e-mail)	<input type="text"/>
Atividades	
7. Você trabalha com agricultura? <input type="radio"/> 1. sim <input type="radio"/> 2. não	13. Como se dá a sua rotina, quais são suas atividades ao longo da semana (e fim de semana)?
8. Caso afirmativo, seu trabalho com agricultura é na propriedade da sua família? <input type="radio"/> 1. sim <input type="radio"/> 2. não	<input type="text"/>
9. Em que meses/estações do ano você trabalha com atividades agrícolas?	<input type="text"/>
10. Você trabalha com outra(s) atividade(s)? <input type="radio"/> 1. sim <input type="radio"/> 2. não	14. Existem dia(s) de descanso? <input type="radio"/> 1. sim <input type="radio"/> 2. não
11. Caso afirmativo, qual trabalho?	15. Qual(is)?
<input type="text"/>	<input type="text"/>
12. Em que meses/estações do ano você exerce esta profissão?	16. Que atividades você faz para se divertir, distrair?
<input type="text"/>	<input type="text"/>
Organização da família	
17. Número de moradores na casa	20. Qual a principal atividade da família para mantê-la (principal fonte de renda)?
<input type="text"/>	<input type="text"/>
18. Idades dos moradores da casa	21. Renda mensal da família
<input type="text"/>	<input type="text"/>
19. Cidade de nascimento dos moradores da casa	
<input type="text"/>	

Organização da propriedade

22. O que existe na propriedade?

23. A propriedade em que você mora é:

1. herdada 2. comprada
 3. arrendada (alugada)

Você pode marcar diversas casas.

24. Faça um esquema/desenho da propriedade:

Produção

25. Existe plantação(ões) na propriedade?

1. sim 2. não

26. Caso afirmativo, o que se planta na propriedade?

27. O plantio é feito:

1. de forma convencional (monocultivo), COM produtos químicos (veneno, fertilizante, etc.)
 2. de forma convencional (monocultivo), SEM produtos químicos
 3. associado a outras plantas (no mato, no meio das árvores)

Você pode marcar diversas casas.

28. Para quem/onde é vendida a produção?

Alimentação

29. Possuem horta?

1. sim 2. não

30. Onde adquirem/compram alimentos?

Dom Pedro de Alcântara

31. Você possui amigos/familiares no município?

1. sim 2. não

32. Você possui mais amigos/familiares

1. em Dom Pedro de Alcântara
 2. em outros(s) município(s)

Você pode marcar diversas casas.

33. Conhece lenda(s) do município?

1. sim 2. não

34. Qual(is)?

35. Gosta de morar em Dom Pedro de Alcântara?

1. sim 2. não

36. Por quê?

37. Que lugar(es) em Dom Pedro de Alcântara você recomendaria para um turista visitar?

38. Por quê?

39. Que lugar(es) em Dom Pedro de Alcântara você não recomendaria para um turista visitar?

40. Por quê?

Mobilidade

41. Que tipos de transportes a família possui?

1. bicicleta 2. trator 3. moto
 4. carro 5. outro (qual?)

Você pode marcar diversas casas.

42. Você passa o período de férias escolares em outro(s) município(s)?

1. sim 2. não

43. Caso afirmativo, onde?

44. Por que motivo?

1. lazer 2. trabalho 3. estudo
 4. visitar família 5. outro (qual?)

Você pode marcar diversas casas.

Desejos

45. Gostaria de mudar sua vida:

1. NÃO, tenho a vida que gostaria
 2. SIM, em parte
 3. SIM, totalmente

46. Justifique sua resposta da questão nº 45

Todo cambia

(Julio Numhauser)

Cambia lo superficial
Cambia también lo profundo
Cambia el modo de pensar
Cambia todo en este mundo

Cambia el clima con los años
Cambia el pastor su rebaño
Y así como todo cambia
Que yo cambie no es extraño

Cambia el más fino brillante
De mano en mano su brillo
Cambia el nido el pajarillo
Cambia el sentir un amante

Cambia el rumbo el caminante
Aunque esto le cause daño
Y así como todo cambia
Que yo cambie no es extraño

*Cambia, todo cambia
Cambia, todo cambia*

Cambia el sol en su carrera
Cuando la noche subsiste
Cambia la planta y se viste
De verde en la primavera

Cambia el pelaje la fiera
Cambia el cabello el anciano
Y así como todo cambia
Que yo cambie no es extraño

Pero no cambia mi amor
Por mas lejos que me encuentre
Ni el recuerdo ni el dolor
De mi tierra y de mi gente

Y lo que cambió ayer
Tendrá que cambiar mañana
Así como cambio yo
En esta tierra lejana.